

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL EM
HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

**SIGNIFICÂNCIA HISTÓRICA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ENSINO DE
HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS NARRATIVAS DOS ESTUDANTES
DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PROFESSOR CARLOS LOREA PINTO.**

GIOVANA PONTES FARIAS

**RIO GRANDE
2015**

GIOVANA PONTES FARIAS

**SIGNIFICÂNCIA HISTÓRICA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ENSINO DE
HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS NARRATIVAS DOS ESTUDANTES
DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PROFESSOR CARLOS LOREA PINTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial/final para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-graduação em História, Mestrado Profissional em História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação da professora Dra. Adriana Kivanski de Senna

**RIO GRANDE
2015**

F224s Farias, Giovana Pontes.

Significância histórica e as questões de gênero no ensino de História: um estudo de caso sobre as narrativas dos estudantes no ensino médio da Escola Professor Lorea Pinto / Giovana Pontes Farias. – 2015.

124 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em História, Rio Grande/RS, 2015.

Orientadora: Dr^a. Adriana Kivanski de Senna.

1. Educação histórica 2. Gênero 3. Significância 4. Narrativas
5. Ensino de História I. Senna, Adriana Kivanski II. Título.

CDU 93:37

GIOVANA PONTES FARIAS

SIGNIFICÂNCIA HISTÓRICA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS NARRATIVAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PROFESSOR CARLOS LOREA PINTO

Dissertação apresentada como requisito parcial/final para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-graduação em História, Mestrado Profissional em História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação da professora Dra. Adriana Kivanski de Senna

Aprovada em 20 de novembro de 2015, com conceito **A**, pela banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Adriana Kivanski de Senna-Doutora pela PUCRS

Ivete Martins Pinto-Doutora pela FURG

Francisca Carla Ferrer-Doutora pela USP

Carmem Schiavon-Doutora pela PUCRS

*“Escolas que são asas não amam pássaros
engaiolados. O que elas amam são pássaros em
vôo” Rubem Alves*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao universo por me levar sempre aos melhores caminhos e me permitir a oportunidade de poder cursar uma pós graduação.

À minha família e ao meu noivo que sempre estiveram do meu lado me apoiando, nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

À minha orientadora Adriana Senna que vem me acompanhando desde a graduação e que sempre acreditou em mim.

À escola E.E.E.M. Professor Carlos Loréa Pinto onde iniciei a minha caminhada como docente e também como pesquisadora, principalmente por todo carinho e atenção que me proporcionaram.

Aos meus alunos que foram os personagens principais desta pesquisa e me permitiram conhecer mais sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Aos meus amigos e colegas, pelas conversas, pelas indicações de leituras, pela paciência, pela colaboração neste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar como os estudantes da turma de história do terceiro ano do ensino médio, da Escola Estadual Professor Carlos Lorea Pinto, situada em Rio Grande, elaboram narrativas no intuito de significar as questões de gênero através do pensamento histórico. Este trabalho segue as premissas teóricas da educação histórica e discute conceitos de significância, consciência histórica e narrativa, assim como faz uma reflexão sobre as questões de gênero, corpo e sexualidade no ensino de história.

A metodologia deste trabalho contempla os pressupostos de pesquisas desenvolvidas na educação histórica, sendo um trabalho de cunho qualitativo que tem com objeto de análise as narrativas dos estudantes e está dividido em três fases. A primeira fase corresponde a questionamentos que busquem identificar as ideias prévias dos estudantes sobre gênero e ao contato dos estudantes com as fontes históricas selecionadas, essas fontes são o livro didático e um jornal. Através da utilização do próprio livro didático como fonte histórica e do contato como um jornal feminino do início século XX – o jornal riograndino *Corymbo* – os alunos irão elaborar e estruturar suas visões a respeito das questões de gênero. A segunda fase desta pesquisa diz respeito à produção de narrativas dos estudantes. Neste momento os alunos irão mobilizar seus pensamentos históricos para a produção de narrativas em formatos de jornais sobre a mulher. Por fim a terceira parte aborda a investigação destas narrativas e dos questionamentos feitos aos alunos, através da utilização da metodologia de análise de conteúdo.

Este trabalho visa contribuir para que haja maior conhecimento sobre a forma como os estudantes apreendem história e demonstrar a importância da competência narrativa e da reflexão sobre as relações de gênero para o ensino de história.

PALAVRAS-CHAVE: Educação histórica, gênero, significância, narrativas.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es examinar cómo los estudiantes en la clase de historia, en el tercer año de la escuela secundaria, la Escuela Estatal Profesor Carlos Pinto Lorea, ubicada en Río Grande, construyen narrativas elaboradas para significar las cuestiones de género a través del pensamiento histórico. Este trabajo sigue las premisas teóricas de la importancia histórica de la educación y discute conceptos, conciencia histórica y narrativa, y reflexiona sobre el género, cuerpo y sexualidad en la historia de la enseñanza.

La metodología de este trabajo incluye los presupuestos de investigación desarrollados en la educación histórica, siendo un trabajo de naturaleza cualitativa que tiene como objeto de análisis las narraciones de los estudiantes y se divide en tres fases. La primera fase corresponde a las preguntas que tratan de identificar las ideas previas de los estudiantes sobre el género y el contacto de los estudiantes con las fuentes históricas seleccionadas, estas fuentes son el libro de texto y el periódico. Mediante el uso de su propio libro de texto como fuente histórica y el contacto con un periódico femenino del principio del siglo XX - el periódico riograndino *Corymbo* - estudiantes prepararán y estructurarán sus puntos de vista sobre cuestiones de género. La segunda fase de esta investigación se refiere a la producción de narrativas de los estudiantes. En este momento los estudiantes movilizarán sus pensamientos históricos para la producción de narrativas en formato de periódico sobre la mujer. Finalmente la tercera parte se ocupa de la investigación de estos relatos y preguntas de los estudiantes, mediante el uso de la metodología de análisis de contenido.

Este trabajo pretende contribuir a una ampliación del conocimiento sobre cómo los estudiantes perciben la historia y demostrar la importancia de la competencia narrativa y la reflexión sobre las relaciones de género para la enseñanza de historia.

PALABRAS CLAVE: educación histórica, el género, la importancia, narrativas.

LISTA DE FIGURAS

Capa do livro-História: ser protagonista.....	49
Página do Livro-História: ser protagonista-Imagem de Almerilda Farias.....	56
Página do Jornal <i>Corymbo</i>	70
Charge.....	77
Fotografia.....	78
Imagem 1-Jornal Silvana.....	87
Imagem 2-Jornal Silvana.....	87
Imagem 3-Jornal Alessandra.....	94
Imagem 4-Jornal Alessandra.....	95
Imagem5-Jornal Bruna.....	107
Imagem6-Jornal Bruna.....	107

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1.Uma reflexão acerca das discussões de Gênero, Educação e Ensino de História.	17
1.1 Educação, gênero e sexualidade.....	20
1.2 Gênero e Ensino de História.....	26
1.3 Gênero e Historiografia.....	30
2. As fontes e o ensino de história: O uso do livro didático e do Jornal no processo de construção da significância histórica.....	45
2.1 O jornal como fonte histórica em sala de aula.....	67
3.Conhecendo melhor o processo de aprendizagem histórica através dos significados presentes nas narrativas do estudantes.....	79
3.1 Relações temporais.....	83
3.2 Protagonismo feminino.....	92
3.3 Representações femininas.....	102
Considerações Finais.....	111
Fontes e Referencias Bibliográficas.....	116
Apêndice.....	123

Introdução

Este trabalho busca analisar como os estudantes apreendem história, dando enfoque a qual sentido assume para os alunos as questões de gênero na aprendizagem histórica. Acredita-se que é necessário conhecer como vem ocorrendo o processo de ensino aprendizagem, para que assim seja possível identificar caminhos e efetuar mudanças no processo educativo.

Essa pesquisa foi motivada pela necessidade de investigar o meu próprio campo de trabalho – o espaço de sala de aula – a fim de detectar estratégias para incluir as questões de gênero no ensino de história. Muitas dificuldades foram encontradas no processo de aplicação da pesquisa, mesmo diante da vantagem de aplicar a pesquisa com a minha própria turma de história. A infrequência dos estudantes foi o maior obstáculo, pois faz com que o mesmo interrompa um processo de aprendizagem e pesquisa; outra contrariedade é a própria dificuldade que os estudantes possuem de trabalhar com narrativas, o que caracteriza deficiências herdadas de seu processo de formação, de um ensino de história moldado sobre atividades tradicionais que não valorizam a produção de narrativas e sim a mera repetição de fatos dados.

Meus interesses pelas questões de gênero e sexualidade surgiram ainda na graduação quando comecei a questionar onde estaria a história das mulheres que lutaram pelos seus direitos, direitos estes que foram durante anos negados pela sociedade. Na cidade onde moro nunca havia escutado sobre a participação das mulheres no movimento feminista, e foi através da imprensa, que teve grande destaque na cidade no final do século XIX e XX, que pude encontrar mulheres transformando e participando ativamente da história, uma história que tomou forma nas páginas do meu trabalho de conclusão de curso, mas que ainda estava muito distante do ensino de história.

Quando comecei a lecionar sabia que precisava contribuir para um ensino diferenciado, mas me deparei com uma série de dificuldades que marcam a vida de um professor iniciante de escola pública e periférica, disposto a transformar seu espaço educativo. Assim, ao ingressar no mestrado profissional optei por levar o jornal *Corymbo* – fonte histórica que serviu de meu objeto de pesquisa na graduação – para dentro da sala de aula, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre ensino de história a as questões de gênero.

Ao lecionar história para o terceiro ano do ensino médio, seguindo a grade curricular,

foi trabalhado o conteúdo de República Velha, neste assunto é que foram exploradas as questões de gênero na história e esta pesquisa, no período referente a um trimestre. Durante a instauração da república no Brasil, muitos costumes europeus e norte-americanos passaram a ser incorporados pelos brasileiros, na busca de um novo modo de vida republicano e democrático, mas que se chocava com os antigos costumes da aristocracia brasileira. Neste período histórico, o jornal *Corymbo* trouxe a visão feminina das irmãs Revocata Heloisa de Mello e Julieta Monteiro de Mello e de outras mulheres sobre essas mudanças.

O uso de documentos em sala de aula é uma alternativa que há muito tempo já é identificada como importante no processo de educação. Os documentos escritos, embora já tradicionais em comparação a outras fontes audiovisuais, são essenciais para que os estudantes possam desenvolver habilidades crítica e analítica.

Esta dissertação buscou compreender e acompanhar de que forma os acontecimentos históricos vão criando sentido para os estudantes. Muitas vezes nós, professores, achamos que temos o “controle” sobre o ensino-aprendizagem, pensamos que quando ministramos uma boa aula conseguimos transmitir aos alunos ideias históricas vistas para nós como essenciais para a aprendizagem. Ao agir assim, negamos o fato de que os estudantes apreendem de formas diferentes, mobilizam outros saberes, pois possuem caminhadas distintas. Desta forma, o que os estudantes aprendem nas aulas de história assume diferentes significados para eles, de acordo, com suas vivências e percepções históricas.

É possível identificar como os estudantes estão aprendendo através de seus relatos. Neste trabalho, a narrativa dos estudantes é percebida como fonte para pesquisa, pela qual se procurou identificar que sentidos os alunos atribuem às questões de gênero quando passam a trabalhar essas temáticas dentro do ensino de história. Foram analisados os textos de 8 estudantes, de 17 a 19 anos, alunos do terceiro ano do ensino médio. Ao aplicar a pesquisa, teve-se a preocupação de incitar nos estudantes à reflexão sobre a ausência e presença das questões de gênero na história, trabalhando o livro didático e o jornal *Corymbo* como fonte histórica.

Para tanto foi utilizado o aporte teórico de Jörn Rüsen e as pesquisas em torno da educação histórica, interessadas em investigar a consciência histórica, a identidade, a significância, as narrativas dos estudantes, entre outras questões que envolvem o ensino e a aprendizagem de história. Nessa linha teórica, percebe-se a história como a ferramenta que permite auxiliar os estudantes no processo de conhecer e significar o mundo em que vivem, onde seus próprios sentidos sobre a vida se cruzam com o meio escolar e social, enriquecendo a dinâmica das relações humanas.

A Educação Histórica é uma área de estudos que tem entre as suas preocupações investigar como os estudantes aprendem história e como esta disciplina tem sido ensinada nas salas de aula, com objetivo de auxiliar os jovens em suas vidas. A educação Histórica possui vertentes em países como Portugal, França, Inglaterra, Canadá e também no Brasil e tem como alguns dos seus principais autores, Jörn Rüsen, Peter Seixas, Peter Lee, Isabel Barca, Maria Auxiliadora Schmidt, Luis Fernando Cerri, entre outros.

Segundo os pressupostos teóricos adotados pelo teórico Jörn Rüsen, a história possui uma função prática: ela orienta os sujeitos no tempo, auxiliando-os a atribuir significados que irão orientar as suas formas de viver e agir no mundo. A história assume um papel diferente da história tradicional, baseada em uma infinidade de conteúdos impostos, o ensino de história sobre a perspectiva da Educação Histórica precisa servir para a vida, o que vai além do ambiente escolar.

“Enquanto o campo do Ensino de História abarca temáticas mais amplas – políticas públicas, currículo, história do ensino de história, entre outras –, a preocupação fundamental da Educação Histórica centra-se nos processos de aprendizagem, nos usos sociais da história apreendida, na construção do pensamento histórico e na formação da consciência histórica.”(AGUIAR,2013.p.2)

Segundo Aguiar(2013), a Educação Histórica é uma linha teórica que está interessada em investigar de que forma o pensamento e a aprendizagem histórica se desenvolvem, reconhecendo que essa aprendizagem e pensamento estão presentes tanto nos espaços formais de aprendizagem como nos espaços não formais.

Para Rüsen (RÜSEN,2010,p.74) os sujeitos olham para o passado para que assim possam ir em frente, para que possam compreender o presente e planejar o futuro, eles precisam de alguma orientação e nesse processo ressignificam e interpretam os acontecimentos históricos. Assim, o passado vira história não somente por ser passado, mas por interessar os historiadores no presente e por orientar a vida das pessoas.

Para que seja possível superar antigos modelos e tradições que não contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade de cidadãos ativos e transformadores, a escola deve ser vista como um vasto campo investigativo, onde também os professores estão abertos para aprender. As novas gerações possuem uma perspectiva diferente sobre a vida e a educação, perspectiva que é não melhor nem pior, mas sim importante dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Alguns projetos bastante ambiciosos já foram realizados com base na teoria da

educação histórica. De caráter quantitativo podemos citar o projeto “Youth and History”, preocupado com a questão da identidade europeia; o projeto “Jovens e a história”, que inclui a pesquisa com jovens brasileiros, argentinos e uruguaios; o “Memórias de La Historia” realizada por pesquisadoras uruguaias, também relacionado as questão da identidades. (CERRI, 2011) Caminhando no sentido de tornar a história significativa para a vida prática, ainda há muito que investigar, pois não basta apenas realizar mudanças na metodologia do ensino de história, é preciso também investigar como os estudantes reagem a essas mudanças, se elas são ou não significativas para a aprendizagem destes, além – é claro – de que tipo de aprendizagem está sendo propiciada.

As pesquisas em torno da educação histórica, tanto os grandes projetos citados acima quanto pesquisas qualitativas, como é o caso desta dissertação, são orientadas pela ideia de que todo indivíduo possui uma noção ou orientação temporal, que pode ser mais simples ou mais complexa, podendo reconhecer a influência do passado nos acontecimentos presentes, ou em outros casos buscando rupturas com este passado. A questão é que o passado está presente na formação da identidade dos indivíduos.

O ensino de história é um espaço que interfere na formação da consciência histórica dos indivíduos. Segundo Rüsen (2010) a consciência histórica é a “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar intencionalmente, sua vida prática no tempo.” (RÜSEN,2010,p.57).

É através das narrativas que os sujeitos expressam suas visões históricas, investigar esses modos de compreensão histórica é um caminho para compreender como os sujeitos aprendem história, pois quando o sujeito escreve sempre coloca na escrita um pouco de si, do seu contexto, do seu olhar sobre o mundo.

A questão da narrativa surge na historiografia com o rompimento do paradigma positivista e está presente no trabalho de alguns teóricos, entre eles Paul Ricouer, Jorn Rusen e Hyden White, os quais passam a reconhecer a história como uma ciência específica, que não obedece a leis gerais, não sendo possível negar a subjetividade do pesquisador. O historiador, ao selecionar e pesquisar nas fontes, produz narrativas com objetivo de explicar e construir a história, nesse processo –embora este utilize uma rígida metodologia – entram em jogo questões como o “argumento”, a “trama” e a “ideologia” da narrativa.(RUDIGER,1990,p.12)

Embora muitos historiadores, na ânsia de defender a cientificidade da história tenham negado seu caráter narrativo, o indivíduo quando narra expressa sua compreensão sobre o tempo histórico, ”mobiliza” sua memória, torna o passado parte do seu presente e constrói a

sua identidade. (RUSEN,2010,p.97) A tendência historiográfica de que o historiador deveria ser neutro e objetivo, de modo a não interpretar os fatos históricos e apenas relatá-los, conhecida como historicismo teve uma influência muito forte no conhecimento histórico, interferindo também no ensino de história. Ainda hoje, muitas aulas de história são baseadas no ensino da mera repetição de acontecimentos históricos, e esta realidade parece muitas vezes estar longe de ser superada.

A competência narrativa permite que as histórias que ensinamos sobre o passado adquiram novos significados a luz da visão que os estudantes atribuem sobre os acontecimentos que estão estudando. É somente interpretando o mundo que se vive que se é capaz de agir sobre ele.

Assim, além de ter como principal fonte para esta pesquisa a narrativas dos estudantes, esta dissertação parte de um principal questionamento: analisar quais significados os alunos atribuem as questões de gênero. Para orientar essa problemática maior pretende-se também:

- Analisar quais as visões dos estudantes sobre gênero herdadas de suas culturas.
- Identificar como os estudantes mobilizam seus saberes no processo de formação da sua consciência histórica.
- Analisar de que forma o uso da imprensa pode contribuir para a compreensão das questões de gênero em sala de aula.

Por conseguinte, tem-se uma preocupação central com a questão da significância histórica. Para que o ensino de história possa auxiliar os indivíduos nas suas vidas, os acontecimentos históricos tem de adquirir significância, para isso os sujeitos precisam relacionar e interpretar os fatos de forma subjetiva e objetiva, ou seja os fatos precisam fazer sentido para que assim os sujeitos desenvolvam a capacidade de comparar, julgar, analisar e compreender.

Esse fazer sentido está associado à capacidade de “interpretação, orientação e motivação”.(RUSEN,2010,p.156). A aprendizagem histórica requer uma transformação na percepção que os sujeitos têm do mundo e de si mesmos, a constituição de sentido histórico, ou da “narrativa do sentido histórico”, é um fenômeno complexo, pois mobiliza fatores mentais e da vida humana. Neste processo Rüsen considera determinantes cinco fatores:

- 1) carências de orientação da vida humana prática, decorrentes das experiências da contingências na evolução temporal do mundo humano;
- 2) diretrizes de interpretação que se referem à experiência do passado, se baseiam na memória e assumem a forma de teorias, perspectivas e categorias implícitas e explícitas;
- 3) métodos, com os quais o passado empírico tornado presente é inserido nas diretrizes de interpretação, mediante o que estas se concretizam e se modificam;
- 4) formas de representação da experiência do passado incorporada à diretriz de interpretação;
- 5) funções de orientação cultural mediante a experiência interpretada e representada na forma de uma direção temporal do agir humano e na forma de concepções de identidade histórica. (RÜSEN, 2010, p.162)

Esses fatores demonstram que a constituição do sentido histórico é um processo que inclui diferentes fatores, tanto os relacionados à experiência individual e à constituição da identidade, assim como aqueles que se relacionam à experiência social e temporal, ligados à memória e às teorias e suas representações.

É explorada também com a hipótese de que a utilização de fontes históricas, neste caso da imprensa escrita, auxilia no processo de construção do saber histórico dos estudantes. De modo que a imprensa feminina possa auxiliar os alunos do ensino médio a se relacionar com as discussões em torno de gênero dentro da história e da historiografia.

Este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado às questões referentes a educação, gênero e ensino de história, assim como a educação histórica e suas bases teóricas, explicitando os conceitos norteadores desta pesquisa. O segundo capítulo trata da apresentação das fontes trabalhadas com os estudantes, fontes históricas que serviram de instrumento para que os discentes construíssem seus argumentos históricos, como o jornal *Corymbo* e o livro didático. No último capítulo há a exposição dos resultados da análise da produção final dos estudantes, que culminou na construção de um jornal sobre as mulheres.

Cap.1

Uma reflexão acerca das discussões de Gênero, Educação e Ensino de História

Antes de pensar sobre o ensino de história, é imprescindível refletir também sobre o próprio papel que a educação brasileira assume nos dias atuais. Pois em cada momento da história a sociedade viu na educação uma função diferente.

Para começar com um olhar mais positivo, é possível pensar que diferentemente da educação de trinta anos atrás, que atendia uma pequena parcela da população, hoje se vivencia a ampliação da educação a todas as camadas sociais e o próprio crescimento do número de crianças e adolescentes matriculados nas escolas. Também, segue-se um caminho pedagógico menos coercivo e castrador, comparado ao aplicado pelas pedagogias tradicionais que marcaram o início da educação pública no país. Porém, não há dúvidas de que se está muito longe em termos de qualidade educacional, já que os investimentos públicos aplicados à educação ainda são insuficientes. Mesmo com a redução do número de analfabetos, o Brasil ainda não tem bons números de estudantes que concluem a educação básica e ingressam no ensino superior, sem contar os índices de evasão e reprovação.

A escola atual ainda está aprendendo a lidar com a pluralidade cultural de seu público, a democratização do ensino público levou diferentes grupos para a escola, nesse processo o maior desafio tem sido vencer o modelo construído como cultura dominante. Essa cultura “dominante” que se apresenta de forma muito sutil é marcada pelo etnocentrismo, pela homofobia, pelo patriarcalismo, pelo racismo e pela intolerância religiosa, e infelizmente ainda está sendo reproduzida nos espaços escolares.

Para tanto a escola precisa assumir uma postura mais ativa e comprometida, precisa estar constantemente revendo sua estrutura curricular, seus projetos político-pedagógicos, seus regimentos e sua realidade escolar. Como afirma Junqueira:

se quisermos construir um modelo educacional efetivamente inclusivo, precisamos repensar os valores hegemônicos (e as relações de poder) que nortearam, até aqui, a edificação de uma escola para poucos. Assim, é preciso também debater os critérios de que nos valem para avaliar e classificar o mundo, as coisas, as pessoas e suas atitudes; construir dialogicamente novas regras, novas formas de convívio; repensar o currículo e conceber novas formas de ensinar e aprender. A escola pode deixar de ser um espaço de opressão sexista, homofóbica (heterossexista e heteronormativa) e racista para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livres e educativos para todas as pessoas. (JUNQUEIRA,2007,p.12)

O sonho de uma nova escola brasileira baseada em ideias libertadoras e multiculturais tem de passar por um processo de desconstrução dos valores hegemônicos como afirmou Junqueira. Neste trabalho as questões de gênero serão aprofundadas, bem como seus desafios, para que essas indagações sejam trabalhadas de uma forma construtiva no espaço educativo.

Primeiramente acredita-se ser importante apresentar ao leitor a escola em que foi desenvolvida a pesquisa. A escola E.E.E.M. Professor Carlos Loréa Pinto a qual foi desenvolvida esta pesquisa surgiu em 1988, oferecendo o primeiro grau incompleto de 1º a 5º ano, anos depois a escola agregou também o ensino médio. Atualmente oferece ensino fundamental anos iniciais e finais, bem como ensino médio regular diurno e educação para jovens e adultos.

A escola possui cozinha, sala de direção, sala dos professores, sala de atendimento especial, biblioteca e laboratório de informática. Sua estrutura é parte de alvenaria e parte pré-fabricada, a escola não possui quadra de esportes e tem problemas na parte pré-fabricada, como salas com pouca ventilação e com partes danificadas. O colégio está localizado no bairro Cohab IV, mas também atende alunos dos bairros vizinhos tais como: Castelo Branco, Profilurb, Santa Rosa, Junção, Cidade de Águeda.

Segundo dados do Projeto Político Pedagógico da escola, produzido em 2010 e que está sendo refeito neste ano de 2015, a escola está situada em um bairro periférico da cidade, que apresenta uma clientela com condições financeiras baixas, muitos pais desempregados, com serviços temporários e recebendo em média um salário mínimo. Além disso, o serviço de saúde fornecido no bairro apresenta condições precárias e a segurança pública apresenta-se deficiente.

Diante dessas condições, a escola procura estabelecer um vínculo bastante próximo com a comunidade, apresentando um “histórico de lutas marcantes com a comunidade a qual pertence” (trecho retirado do PPP). A escola – segundo o PPP – opta por uma filosofia na qual é preservada a liberdade dos docentes para desenvolver projetos educacionais, em um sistema de avaliação que preserve o qualitativo em detrimento do quantitativo a fim de desenvolver uma formação voltada para a cidadania, para o mercado de trabalho e, também, pensando em uma formação pessoal e integral, envolvendo questões sociais, físicas e emocionais.

Atualmente a escola possui uma série de projetos educacionais que visam retirar o aluno das ruas e de condições de marginalidade, proporcionando ao educando uma formação em turno integral. O Programa Mais Educação, organizado pelo governo federal, oferece na

escola aulas de reforço das disciplinas curriculares e também aulas de música e o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) incentiva propostas inovadoras que surgem no ambiente escolar. Neste programa, a professora de matemática desenvolve na escola o curso de fotografia e eu desenvolvo aulas de yoga.

Diante deste ambiente de dificuldade, mas também aberto para muitas possibilidades, que este projeto de pesquisa foi desenvolvido graças ao apoio da escola e também com muita compreensão dos educandos, que são aqui os principais atores desta narrativa.

Os alunos envolvidos na pesquisa são meninos e meninas que estavam cursando o terceiro ano do ensino médio, com idade de dezessete a dezoito anos. A média de pessoas que compõe a família dos estudantes é de quatro pessoas que possuem escolaridade variando entre ensino fundamental completo a ensino médio completo.

Gênero

Gênero	Nº de jovens
Meninos	2
Meninas	6

Idade

Idade	Nº de jovens
18 anos	5
19 anos	1
17 anos	2

Outro dado importante é que a maioria dos estudantes trabalhou ou fez algum curso profissionalizante enquanto o ensino médio. Os principais meios de comunicação utilizados pelos alunos para buscar informações são internet, TV e livros. Entre o tipo de leitura que mais interessa aos estudantes estão alimentação e qualidade de vida, história e filosofia, segurança e saúde, religiosos, ficção e romance. Embora imersos em uma geração que acessa muito mais a internet do que lê livros, os estudantes possuem algum envolvimento com a leitura, que muitas vezes ocorre no meio virtual através de blogs, sites ou páginas do *facebook*.

Quando questionados sobre as questões de gênero e de feminismo, a maioria dos estudantes afirma que a primeira vez que ouviram falar sobre o assunto foi no ambiente

escolar e apenas uma aluna diz ter ouvido pela primeira vez na televisão.

Quando ouviu sobre gênero e feminismo pela primeira vez.

Local	Nº de alunos
Escola	7
Televisão	1

Esses dados são muito relevantes visto que apresentam o quanto a escola possui influência no processo de aquisição de novas informações e conhecimento, mesmo em um mundo no qual a informação chega aos estudantes de forma mais rápida e por diversos meios de comunicação.

Quando questionados sobre a importância de conhecer e problematizar as questões de gênero para suas vidas, esses responderam que acreditam ser importante estudar sobre gênero e feminismo para que possam entender mais sobre a história de direitos e lutas conquistadas, já outros alunos consideram importante estudar este assunto na escola para agregar conhecimento.

Importância do estudo de gênero e feminismo.

Justificativa	Nº de alunos
Para saber seus direitos e lutas	2
Pelo conhecimento	4
Não justificou	2

Como será possível ver em dados levantados nesta pesquisa mais adiante, os estudantes tem pouca aproximação com essas questões, não sendo muito comum a discussão e problematização deste tema na escola ou no dia a dia. Porém, como também será observado que essas questões estão sim presentes, não de forma clara, mas de uma maneira mais enraizada nas tensões cotidianas.

1.1 Educação, gênero e sexualidade.

As questões de gênero surgem como políticas nacionais para a educação através dos Parâmetros Curriculares Nacionais¹, com objetivo de auxiliar a escola e os professores na

¹ Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados para orientar e referenciar a educação brasileira. Esses parâmetros têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento de princípios de igualdade e cidadania no

construção do espaço e do saber escolar, incorporando questões referentes à ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, temas locais, e orientação sexual (incluído na temática da orientação sexual, está a temática de gênero). O surgimento das relações de gênero em parâmetros nacionais de educação demonstra o quanto esse assunto está presente em nossa sociedade, o que revela uma conquista de grupos sociais e intelectuais que vem realizando pesquisas e lutando por políticas que visem a igualdade e a denúncia das violações dos direitos humanos, através de práticas de opressão de gênero.

Os temas transversais dos PCNs são escolhidos seguindo critérios de “urgência social”, “abrangência nacional”, “possibilidade de ensino aprendizagem” e favorecimento da “compreensão da realidade e participação social” (PCNs,1997,p.33). Contudo, a forma como gênero é tratado nos PCNs ainda tem recebido algumas críticas, segundo Galdelman (2009) os parâmetros ainda trabalham sobre uma perspectiva que mantém a dicotomia homem/mulher, gênero/sexo.

A categoria de gênero aparece esvaziada de seus aspectos políticos e históricos, dizendo respeito ao contrário, unicamente ao âmbito das famílias e das relações interpessoais. A categoria criada pelos PCNs não inclui noções de conflito. Não faz menção aos sujeitos históricos e as relações sociais que estão constantemente construindo as representações e relações de gênero (GADELMAN, 2009,p.203)

Além disso, gênero é tratado nos PCNs como um dos eixos do tema maior chamado de “Orientação sexual”. Estes eixos se dividem em: Corpo Humano e relações de gênero e Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. Neste aspecto, convém refletir que ainda hoje no âmbito escolar a questão da sexualidade é vista como um espaço das ciências e da biologia, pois quando se pensa na educação sexual logo as preocupações deslocam-se para questões referentes às D.S.T.s. Esta visão é totalmente equivocada, pois segundo Weeks (2000) em seu artigo “O corpo e a sexualidade”:

só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando as condições historicamente variáveis que dão origem à importância atribuída à sexualidade num momento particular, compreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como um comportamento normal ou anormal; aceitável ou inaceitável.(WEEKS,2000,p.29)

Assim como nos afirma Weeks (2000), é preciso estar atento aos discursos socialmente e historicamente construídos sobre o corpo e a sexualidade, pois esses discursos são complexos e construídos sob várias relações de poder. Muitas vezes pensa-se estar avançando no trabalho sobre gênero e sexualidade na educação, mas ainda se está preso a vários padrões e modelos entendidos por sexualidade, corpo e gênero.

Ao analisar os PCNs, Gandelman (2009) também alerta que os parâmetros não apresentam um debate de teóricos sobre o assunto de modo a facilitar a compreensão do professor que entra em contato com a matéria. Fica assim dependendo do professor buscar outros materiais e leituras para que possa trabalhar as questões de gênero de forma mais aprofundada.

Os temas transversais, além de orientação sexual, também incluem ética, pluralidade cultural, meio ambiente e saúde e temas locais. A transversalidade (PCNs,1997) significa algo que perpassa, atravessa os conteúdos e a realidade escolar. Para que a transversalidade seja aplicada na educação, o currículo deve ser pensado também de forma transversal, tratando as temáticas escolhidas de forma incluída ao conteúdo curricular “padrão” e não de forma isolada. Segundo os PCNs, é preciso pensar também que a transversalidade implica pensar o ensino para além da sala de aula, desenvolvendo um ensino preocupado com o desenvolvimento de “valores” e “atitudes”, preocupado com a relação dos alunos com o meio familiar e social. Para isso, muitos desafios são travados, tais como a necessidade de um trabalho contínuo e aprofundado sobre esses temas durante toda a formação escolar, o que revela uma mudança de olhar e de organização curricular e metodológica.

As questões de gênero e sexualidade ainda estão muito ausentes da prática escolar, no que tange aspectos curriculares e metodológicos. Mesmo que a todo o momento essas questões façam parte do saber escolar e das próprias relações vividas na escola, esse debate muitas vezes não é bem recebido tanto pelos estudantes quanto pelos professores e até mesmo pelos os pais. Ainda hoje, o debate em torno de gênero, corpo e sexualidade são compreendidos como algo que deve apenas ser discutido no âmbito familiar, ou ainda que nem deve ser discutido, sendo visto como algo pertencente à vida privada ou ideológica de cada um. Mostrar aos alunos que essas questões são importantes de serem abordadas porque envolvem a forma como os sujeitos se relacionam com os colegas, a forma como são compreendidos os códigos sociais, e que esses códigos são baseados em relações de poder é um trabalho que envolve os alunos, a escola e seus agentes e até mesmo a família.

As questões de gênero não estão presentes somente nos PCNs, é possível citar outros

programas em nível governamental que se preocuparam com as questões de gênero, como os dois Planos Nacionais de políticas para as Mulheres (PNPM) e O Programa “Brasil sem homofobia” (BSH) (JUNQUEIRA,2008,p.12). O PNPM surgiu em 2004 e foi reestruturado no governo de Dilma Rousseff, permanecendo nos anos de 2013 a 2015. O plano apresenta uma série de ações que visam atingir os princípios básicos das políticas nacionais para as mulheres, como autonomia feminina, igualdade, respeito à diversidade e combate a discriminação, estado laico, universalidade dos serviços públicos, participação das mulheres nos serviços públicos e transversalidade nas políticas públicas.(PNPM,2013-2015). O Programa BSH (2004)²foi criado também em 2004 e estendido até 2007, tendo como princípios gerais a promoção da cidadania dos homossexuais e combate à homofobia, a capacitação dos homossexuais na luta por seus direitos, informação sobre direitos e autoestima homossexual e incentivo a denúncia a atos de preconceito. A relevância desses planos e suas capacidades de ações requerem uma análise mais precisa, no entanto, cabe salientar que o trabalho acerca das questões de gênero e sexualidade é de relevância social, devendo assim ser discutido nos espaços sociais responsáveis pela formação cidadã.

As universidades também tem sido responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas e seminários sobre gênero e sexualidade. Na universidade Federal de Rio Grande, foi criado o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola, que além de desenvolver pesquisas sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar e social, também oferece formações em parceria com o Ministério da Educação, como no caso do curso Sexualidade e Escola: Discutindo a diversidade sexual, o enfrentamento ao sexismo e a homofobia. e também Gênero e sexualidade na escola: Aperfeiçoamento modalidade a distancia.Essas formações são resultados de grandes parcerias,

uma articulação de diversos ministérios do Governo Federal Brasileiro (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ministério da Educação.) o British Council (órgão do Reino Unido atuante na área dos Direitos Humanos, Educação e Cultura) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).³

Assim nota-se a relevância que as questões de gênero possuem para a formação acadêmica, que recebe apoio de diversos órgãos seja nacionais e internacionais, o que contribui como resposta a sociedade mais tarde.

² Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

³ Disponível em <http://www.sexualidadeescola.furg.br/> Acesso em 19/02/2015 as 17:13.

As questões de gênero, corpo e sexualidade tem sido discutida em nível mundial. Diversos grupos tem se organizado para conseguir seus direitos políticos, pois em alguns lugares do mundo ainda é preciso lutar pela ampliação das liberdades individuais e por um estado não interventor nas questões da vida privada. No Brasil grupo de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais tem fortalecido suas lutas nos últimos anos, atingido a conquista da união estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011 e a conquista da carteira de nome social para travestis e transexuais. No entanto, o Brasil ainda se mostra um país contraditório, como podemos perceber com a criação do projeto de lei que queria tornar a homossexualidade objeto de tratamento psicológico no país, projeto conhecido como “cura gay”⁴ que acabou sendo arquivado.

O feminismo no Brasil também tem se fortalecido. O movimento que surgiu no país no início do século XX, com a luta pelo sufrágio universal, hoje assume diversas vertentes, seguindo manifestações mundiais como a Marcha das Vadias e a Marcha Mundial das Mulheres, e até mesmo movimentos de caráter religioso, como é o caso do grupo “Católicas pelo direito de decidir.” É possível encontrar nos discursos desses grupos feministas o direito ao aborto, a eliminação da violência doméstica contra a mulher, a igualdade de salários entre os sexos, a participação feminina na política, a liberdade sexual feminina, o apoderamento feminino, o desenvolvimento da solidariedade entre as mulheres entre outras reivindicações. Muitas destas acabam sendo confrontadas com o conservadorismo e a influência da religião nas questões sociais. Além desses grupos e manifestações, existem também pequenos grupos locais, que realizam pequenas manifestações em suas cidades ou que se encontram para manifestar pela internet.

A Marcha das Vadias surgiu no Canadá em 2011 e assim como nos afirma Ferreira (2013), atingiu uma forte repercussão no Brasil, devido ao que a autora chama de “web-militância” (FERREIRA,2013,p.34). A internet tem servido de grande ferramenta para os movimentos sociais, estes a utilizam como uma plataforma para realizar debates e marcar eventos, atingindo um grande número de pessoas.

A Marcha das Vadias gera forte impacto sobre as pessoas devido ao nome que carrega, sua nomenclatura surgiu como forma de protesto à atitude que um policial canadense teve ao aconselhar as mulheres a não se vestirem como vadias para evitar o estupro. Logo, essa campanha se espalhou pelo mundo tendo forte receptividade no Brasil, pois a atitude do

⁴ Projeto de lei que ficou conhecido pela mídia como “cura gay” é de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO) e visa permitir que os psicólogos promovam tratamento para a cura da homossexualidade. O projeto contou com a aprovação do deputado federal e presidente da Comissão dos Direitos Humanos e minorias Marco Feliciano mas foi arquivado.

policial como afirma Rassi, reflete grande parte do pensamento das sociedades patriarcais do mundo inteiro.(RASSI,2012,p.48)

A Marcha Mundial das Mulheres, movimento anterior a Marcha das Vadias, também de caráter transnacional, surgiu no Brasil em 2000 e também recebeu inspiração canadense, devido a grande marcha realizada em Quebec no ano de 1995, que reuniu mulheres na luta contra o sistema capitalista e patriarcal. Já o grupo “Católicas pelo Direito de Decidir”, recebeu inspiração norte americana chegando ao Brasil em 1993. Este movimento tem causado bastante polêmica dentro do feminismo por ser formado por mulheres católicas, religião bastante criticada pelas feministas, contudo segundo as suas participantes, o movimento “Católicas pelo Direito de Decidir” se caracteriza por defender a laicidade do Estado, bem como o direito das mulheres de decidirem sobre aspectos que envolvem seus corpos.

Mesmo diante de grandes movimentos e discussões que envolvem as questões de gênero, nota-se que cada vez mais a sociedade brasileira tem se encontrado dividida. Tal divisão ocorre entre grupos mais conservadores, que acreditam que questões referentes ao corpo, gênero e sexualidade não devem ser discutidas e grupos que acreditam ser necessário discutir essas questões. Outros defendem discussões abertas sobre gênero na sociedade e alertam para o fato de que o machismo e a homofobia, fenômenos causadas por preconceitos que envolvem gênero e sexualidade, geram discursos e ações de violência, o que se confirma claramente ao observar os dados estatísticos atuais sobre a violência contra a mulher e contra homossexuais.

De forma não estatística, essa violência encontra-se também nos espaços educativos, e é vivenciada por crianças e adolescentes que abandonam o estudo por sofrerem agressões físicas e verbais, assim como de forma mais sutil nos textos que as meninas lêem na escola que exaltam os feitos masculinos e reafirmam o espaço da mulher como restrito ao do lar e da família. A escola é um espaço de diversas culturas, também um local de conflitos entre as diferentes formas de pensar e se colocar no mundo, entre aquilo que é considerado “correto”, “normal” e “moral” e a possibilidade de transgredir esses valores, de ser livre para escolher o caminho que se acredita ser o melhor para si.

No Brasil, a educação é um espaço em disputa. Nessas lutas, entram em embate o modelo educacional deseja-se construir, como exemplo disso há a votação do texto principal do Plano Nacional de Educação em 2014, que gerou muitas discussões e acabou por suprimir o texto que garantia as “promoções de igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual” para destacar somente o combate a discriminação. O que parece um detalhe de

gramática, pode muitas vezes esconder as intenções políticas que permeiam o espaço educativo.

As autoras Montserrat Moreno, Genoveva Sastre e Dolores Busquesquets (1999) alertam que as ideias de igualdade, como requisito básico para se pensar a educação, ainda não foram atingidas totalmente, muitas vezes se mascara circunstâncias para esconder uma realidade. Segundo as autoras, na educação, a teoria difere bastante da prática e a necessidade de se enfatizar um sistema educativo igualitário e de qualidade, fazem com que não se perceba como de fato encontra-se maquiados na educação.

As autoras realizaram uma pesquisa com estudantes do ensino fundamental sobre suas visões de gênero, nesta investigação, os alunos analisaram seus livros didáticos de matemática. O objetivo era que os estudantes percebessem o quanto os livros apresentavam a ciência sobre uma visão androcêntrica. Em princípio, os discentes não conseguiram identificar esse fenômeno, mas com o desenvolver do trabalho os educandos perceberam que os livros eram mais direcionados aos meninos. Ao questionar o porquê de os livros apresentarem essa discriminação de gênero, ocorre uma diferença de pontos de vista entre meninos e meninas, os meninos acreditam que o livro se organiza desta forma porque tem motivos, alegando, por exemplo, que as meninas não teriam interesse por matemática, já as meninas identificam nesse fenômeno um ato de inferiorizar e segregar as meninas.

A grande contribuição desta pesquisa é demonstrar o quanto a desigualdade de gênero está presente na escola, mesmo que o discurso político e educacional aponte para uma direção diferente. Esses dados demonstram elementos que passam despercebidos no processo educativo e também apontam a necessidade de que mais pesquisas sejam desenvolvidas nas escolas, a fim de identificar problemas e caminhos possíveis para se trabalhar as questões de gênero de uma forma de fato transformadora.

1.2 Gênero e Ensino de História

A escola é um espaço social, que lida com questões de gênero, ora reforçando tradições sobre a forma como se lida com as diferenças entre os sexos, ora criando espaços de resistência diante de antigas tradições. O ensino de história não está imune a reproduzir modelos, principalmente porque é um espaço de análise, reflexão e de compreensão da sociedade diante do seu tempo. Assim, cabe ao ensino de história também trabalhar as diferenças entre os sexos, demonstrando o quanto essas são construídas de diversas formas em diferentes épocas, sendo, portanto algo não naturalizado e passível de mudanças.

Discutir com os alunos questões de gênero é um aspecto fundamental para a educação, porque além de partir de problemáticas vividas no dia a dia dos estudantes, permite também trabalhar com a diversidade, sob a perspectiva da identidade e diferença. Como fala Tomas Tadeu Silva, no seu artigo “A produção social da identidade e da diferença” (2012), a escola não pode tratar as diferenças apenas sob o aspecto do multiculturalismo, pois a sociedade vem escolhendo um modelo dominante, considerado norma e que deixa a margem outras formas de ser, que não estão enquadradas neste modelo.

Guacira Lopes Louro (2008) atenta para o fato de a escola, a Igreja e as instituições legais e médicas terem sido durante muito tempo as instituições soberanas no processo de constituição das identidades de gênero. Porém, hoje essas instituições já dialogam com outros espaços, como a televisão, os filmes, a internet. Cada vez mais se ampliam as disputas e os espaços que discutem gênero (Louro, 2008, p.18), um exemplo disso pode ser encontrado na publicidade. As propagandas de brinquedos ainda demarcam claramente o espaço feminino e masculino, educando as crianças para um padrão socialmente estabelecido desde muito cedo.

Segundo Stuart Hall (2005), a identidade na pós-modernidade assume um caráter flexível, contraditório e impermanente, os diversos espaços sociais permitem várias possibilidades de identificações. Com isso, a identidade está em constante formação, não sendo algo acabado. Soma-se a isso a presença de um momento da história marcado pela constante mudança e pela interconexão cultural, característica do mundo globalizado. Esses fenômenos estão presentes no universo escolar, tornando as salas de aulas um espaço diversificado, em que várias formas de ser e se colocar no mundo tornam-se possíveis. Contudo, a cultura e o tempo histórico acabam interferindo nas formas de ser, ditando regras sobre aquilo que é “natural”, “normal” e, por conseguinte, aceitável. No que tange a sexualidade, esses modelos atuam ainda de forma mais rígida.

No período escolar os jovens estão em um momento mais suscetível a identificações, pois estão descobrindo os espaços em que vivem nesse processo, começando – desta forma – a perceberem as possibilidades de mudanças ou de adaptação ao ambiente. Para que a escola não seja mais um espaço de fortalecimento de reprodução de valores de diferenciação de gênero e de atitudes punitivas e repressivas da sexualidade, é preciso discutir com os estudantes e com os docentes as questões desse universo, embora esse debate não seja tarefa fácil.

Quando se trabalha com questões de gênero, é preciso pensar em todos os mecanismos de normatização e preconceito presentes na escola, eles estão nos livros, nos comentários dos alunos em sala de aula, na forma como os estudantes se tratam entre si, na forma como a

direção e supervisão lida com os alunos. Discursos sobre homofobia e machismo geram situações de violência e de intolerância, por isso é importante que façamos uma reflexão sobre o que e como se aprende na escola.

Para além dos conflitos diários que envolvem a convivência no espaço escolar, as disciplinas escolares também assumem uma postura sobre as questões de gênero, silenciando-se e ignorando a presença desses fatores na realidade escolar, ou trabalhando essas questões, muitas vezes de forma tradicional e preconceituosa. Em contrapartida, por vezes essa abordagem ocorre de forma transformadora, libertadora e inclusiva.

Hoje, a ciência histórica já reconhece que as questões de gênero estão imersas nas questões políticas, econômicas e sociais da história, de modo que o desafio dos historiadores tem sido produzir uma história fora da lógica binária homem/mulher e sua normatização, identificando as relações de poder e a construção das diferenças presentes na história. Para Joana Maria Pedro estamos escrevendo uma história que questiona as “verdades” sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente. (PEDRO,2005,p.92). Esse é um grande passo na busca da construção de uma ciência histórica que não esteja reproduzindo modelos socialmente construídos e aceitos.

podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. (LOURO,2000,p.6)

Segundo Guacira Lopes Louro, todos são educados a partir da ideia de que a sexualidade está apenas no campo do privado, mas a todo o momento intuições, mídia, religiões, família, a escola, entre outros espaços sociais, nos transmitem concepções sobre o modo de ver e viver a sexualidade. Michel Foucault no seu livro “História da sexualidade, o uso dos prazeres”, questiona o porquê de a sexualidade ser algo que gerou tanta vigilância, uma “preocupação moral” tão grande durante vários momentos da história em contraposição a preocupação que se teve e se tem com outros campos, como, por exemplo, os deveres cívicos (FOUCAULT,1984,p.14). No caso da escola, esta tem a função de “manter” a heterossexualidade e de coibir qualquer interesse ou curiosidade dos estudantes sobre seus corpos e suas sexualidades.

No plano dos debates sobre gênero e sexualidade, a disciplina de história incorpora essas discussões de um lado, mas de outro ainda mantém uma visão androcêntrica, reproduzindo uma história sob o ponto de vista das ações do homem universal, heterossexual e de família tradicional burguesa. Faz-se necessário compreender que em cada tempo histórico e cultural são produzidos discursos sobre os corpos. Esse é um caminho importante para combater qualquer tipo de essencialismo / naturalização, tão perigoso no processo de análise histórica quanto essencial para que no ambiente escolar se valorize e respeite a diversidade. A desconstrução dessa visão tradicional, baseada na desigualdade de gênero e no controle sobre a sexualidade, tem sido realizada por diversos grupos sociais, as feministas, o movimento LGBT, mas deve ser uma meta dos espaços educativos e das ciências humanas.

Embora cada vez mais surjam pesquisas, livros, eventos sobre a questão de corpo, gênero e sexualidade, essa discussão ainda é um terreno muito instável, visto que a história ainda separa as questões de gênero da história política e econômica, por exemplo, deixando as questões de gênero e sexualidade, para o campo da história privada, da família e das relações pessoais.

A historiadora norte-americana, John Scott já fazia esse alerta ao discutir a categoria de gênero como uma “categoria útil de análise” para a história, demonstrando as dificuldades de incluir essas discussões na ciência histórica. A categoria de gênero foi utilizada de maneira equivocada por alguns historiadores/as. Estudos pós-modernos demonstram que ao falar de gênero, muitas vezes o sexo é classificado como algo meramente biológico, sem notar que uma importância muito grande é atribuída ao aparelho genital fazendo com que a sexualidade seja algo também socialmente construída. Outro fato importante é sempre perceber as questões de gênero diante de sua conexão com as relações de poder e seus conflitos.

Na educação faz-se necessário que este debate esteja mais presente, a escola é um espaço de diversas culturas e essa diversidade cultural enriquece as relações sociais, quando essas relações são baseadas em princípios básicos tais como a igualdade, a liberdade e o respeito. Por outro lado, é preciso levar em conta que os diferentes sujeitos que atuam na construção do saber, estabelecem também relações de conflito diante de suas diferenças, mostrando que a escola é um espaço de poder, no qual diversos discursos lutam para conseguir hegemonia.

Embora nos últimos anos o Estado brasileiro tenha reconhecido a pluralidade cultural da sociedade brasileira, promovendo políticas de luta contra o preconceito e a intolerância ao diferente, ainda se reluta quando se torna necessário assumir uma postura mais crítica. A nossa sociedade ainda reproduz um modelo do que é “normal”, estabelecendo padrões e

excluindo todos aqueles que se encontram fora dessa normatização, assim, não se consegue estabelecer uma relação de igualdade se todos aqueles que transgredirem o modelo padrão forem considerados “diferentes”. O slogan “ser diferente é normal”, ou “devemos respeitar as diferenças”, mascara o fato de que existe um grupo socialmente aceito, branco e heterossexual considerado “normal”, enquanto os outros serão sempre vistos de forma exclusiva, de uma forma que se proclama o respeito, mas ainda se legitima uma cultura dominante, reproduzindo relações ainda pouco inclusivas. (SILVA,2012)

...tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado- os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. (LOURO,2007,p.67)

Conforme afirma Louro, a escola ainda é um espaço que silencia os sujeitos. Os indivíduos que não correspondem aos padrões socialmente aceitos, quando não possuem atributos desejados por esta sociedade, não possuem espaço ou não são reconhecidos dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido é que se torna necessário que os educadores realizem pesquisas no cotidiano escolar, para identificar de que forma podemos trabalhar as questões de diversidade e tolerância de uma forma significativa na vida dos estudantes. Refletir de que forma a escola tem sido um espaço que valoriza as liberdades individuais e o autoconhecimento, é uma forma de assumir um olhar mais atento aos discursos presentes no cotidiano escolar.

1.3 Gênero e Historiografia

Para pesquisar as questões que envolvem gênero, corpo e sexualidade na escola, mais especificamente no ensino de história, é preciso entender o contexto histórico que permitiu o surgimento dessas discussões. Na história, debates como esses aparecem de forma tardia, quando a disciplina começa desconstruir o paradigma positivista e metódico que acreditava que a história estava apenas nos documentos oficiais. O processo de transformação desse modo tradicional da ciência histórica inicia com a contribuição de diferentes vertentes historiográficas, assim como também recebe influência de outras áreas das ciências humanas,

como a antropologia e a sociologia. Cabe salientar que, neste processo, a participação das reivindicações advindas dos movimentos sociais foi grande.

Na historiografia, a Escola dos Annales⁵ traz inovações no modo como o historiador passa a fazer história, pois permitiu que outros assuntos como as mentalidades, o cotidiano e a cultura se tornassem interesse desses historiadores, trazendo as ações individuais para as pesquisas históricas. Outra vertente historiográfica que deu suas contribuições foi marxismo, ou materialismo histórico, que buscou desconstruir a “história dos grandes homens”, buscando narrar a história de outros grupos sociais, como operários e camponeses. Essa vertente trouxe para as discussões históricas questões como a importância das lutas sociais ou lutas de classes destacando assim a relevância dos fatores econômicos no processo de transformação histórica.

Neste processo, os movimentos sociais têm grande influência, levando aspectos da vida prática para a transformação na teoria acadêmica. O movimento feminista é um grande exemplo quando discute gênero na história.

Os movimentos sociais tais como os feministas, os ambientalistas, os étnicos e os religiosos, seus confrontos e lutas com discriminações e preconceitos, além da continuidade das lutas por direitos trabalhistas situaram a história social no centro das problemáticas das pesquisas históricas. (BITTENCOURT, 2011,p.148)

Os movimentos sociais, segundo Bittencourt, aproximaram a história de outras ciências, como a sociologia e a antropologia. Essa aproximação da história com outras áreas do conhecimento ampliaram as possibilidades de pesquisas, levando à busca por novas fontes e novas teorias capazes de responder às novas indagações.

Como o interesse deste trabalho é narrar a influência das questões de gênero na ciência histórica, a questão do feminismo neste processo será tratada com mais vagar. O feminismo⁶ é um movimento político e filosófico que luta pelos direitos das mulheres, pois reconhece que a mulher foi, durante boa parte da história, excluída e oprimida pela sociedade patriarcal. Sua luta perpassa por outros tipos de opressões, como a opressão de classe, ética e sexual, sendo um movimento de muitas vertentes e convencionalmente dividido pelos estudiosos da área em três ondas, assim classificadas diante de cada contexto histórico.

⁵ A Escola dos Annales, surgiu através de um pequeno grupo de intelectuais ligados a revista dos Annales, criada em 1929. Segundo Burke (1990) a revista surgiu com objetivo de trazer inovações a ciência histórica, tais como a inserção de uma narrativa baseada na história-problema, ir além da história tradicional política assim como incluir outras disciplinas, a fim de contribuir com o debate histórico. (BURKE, 1990, p. 12)

⁶ Conceito sintetizado por NARVAZ, Martha Giudice e Sílvia Helena, KOLLER. Metodologias feministas e Estudos de Gênero: Articulando, pesquisa, clínica e política. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

O feminismo de “primeira onda” no Brasil está circunscrito ao final do século XIX até meados do século XX e é caracterizado por mulheres de classe média, em luta por direitos políticos e sociais, como a educação superior, o direito a exercer profissões liberais, até então proibidas no país como a medicina, por exemplo, o direito de votar e ser eleita e em alguns casos o direito ao divórcio.

Esse primeiro momento ficou conhecido pela forte luta do movimento sufragista⁷, mulheres que lutaram e conseguiram a conquista do voto. Foi também o período da criação da Confederação Brasileira pelo Progresso Feminino, criado por Bertha Lutz⁸, a criação do Partido Republicano Feminista por Leolinda Daltro⁹ e ainda pela criação de vários órgãos da imprensa de autoria e propriedade feminina. Embora a luta do feminismo de primeira onda feminista tenha sido mais focada em questões de ordem de direitos à cidadania feminina, essas mulheres também tiveram que questionar padrões de gênero, a cultura ocidental herdada de grandes pensadores – que perpassava o próprio discurso clínico dos médicos de que a mulher é um ser sensível, emocional e irracional, não permitia nenhuma legitimidade para que essas pudessem assumir profissões liberais ou cargos políticos e administrativos. A ideia de que a mulher foi feita para o espaço privado, cuidando do lar e da família enquanto os homens ocupavam as funções públicas e econômicas, precisou ser combatida pelo movimento feminista no início do século XX, mesmo que em muitos momentos essas mesmas mulheres não assumissem uma posição mais radical com relação aos padrões socialmente construídos.

É importante considerar que dentro do movimento feminista da “primeira onda” existe subdivisões baseadas em tendências políticas que tornam o movimento desta época bastante heterogêneo. O movimento anarcofeminista deste período já apresentava uma visão mais aprofundada com relação à luta da liberdade do corpo e da sexualidade e da divisão de papéis na família. Esta vertente teve uma série de intelectuais que também escreviam para jornais, mulheres como Maria Lacerda Moura, que tiveram envolvimento com o movimento operário e sindical e que apresentava ideias contrárias chegando a romper com o movimento sufragista(MENDES.s.d,p.10).

O feminismo anarquista reconhecia a Igreja como umas das instituições responsáveis pela exclusão feminina, Maria Lacerda Moura¹⁰ em seu livro “Religião do amor e da beleza”, assume uma posição de “anticlericalismo, ao colocar a Igreja como responsável por cristalizar

⁷ Ibidem nota 4.

⁸ Bertha Lutz(1894-1976) nasceu em São Paulo,foi uma bióloga, e feminista brasileira,que representou o Brasil como vice presidente da Comissão Interamericana de Mulheres, entre 1953 e 1959.

⁹ Leolinda de Figueiredo Daltro(1860-1935) nasceu na Bahia,foi uma feminista e indianista brasileira.

¹⁰ Maria Lacerda Moura(1887-1945) nasceu no Rio de Janeiro foi uma professora e anarquista brasileira,que fundou a Liga pela Emancipação da Mulher.

o modelo de mulher submissa e inferior, e ainda, inspirada pelo anarquista Han Ryner, coloca o amor livre, como espontâneo e natural” (MENDES, p.11). Embora o feminismo anarquista apresentasse ideias mais radicais do que o feminismo liberal e sufragista, aquele também encontrava dificuldades dentro da própria tendência política, muitos homens anarquistas reproduziam a lógica patriarcal limitando os espaços de ações femininas dentro do movimento.

O movimento feminista brasileiro recebeu desde seu surgimento forte influência dos movimentos estrangeiros marcados pelo liberalismo e suas contradições, influência de obras como “A Vindication of the Rights of Woman”¹¹, de Mary Wollstonecraft” e “Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne”¹² de Olympe de Gouges, ambas do período revolucionário francês, que buscavam enquadrar as mulheres no projeto revolucionário daquela época. É a partir da Revolução Francesa que a igualdade, autonomia e direitos políticos passam a ser vistos como princípios de todos, impondo ao Estado obrigações para com o povo. “O que muda com a Revolução é que ela coloca em marcha o movimento da igualdade, que conduz a um processo de negação de toda e qualquer diferenciação que não as naturais” (GONÇALVES, 2001, p.69). Essas ideias assumem uma posição bastante radical diante do velho mundo, totalmente hierarquizado, marcado por diferenças e privilégios de uma minoria.

Assim como também ocorreu em outros países, no Brasil essas ideias acabam confrontando-se com uma realidade marcada pela pobreza, desigualdade e por uma sociedade que mal compreendia as transformações pelas quais estava passando. A instauração da República no Brasil não contou com a participação popular. Embora discussões a respeito de benefícios para o povo fossem travadas, os revolucionários não viam o povo como capaz de tornar-se partícipe desse processo.

O próprio conceito de cidadania que surge a partir da instauração da república brasileira inaugura uma problemática, afinal, quem era considerado cidadão naquela época? Esta cidadania não seria conquistada por todos tão rápido, na prática, a política ainda manteve-se dominada pela elite, que negava o direito ao voto às mulheres, analfabetos e militares de baixa patente.

Embora a influência do feminismo estrangeiro fosse forte, este se depara com as condições de um país que apresentava poucas condições econômicas, influenciado pela tradição cristalizada e que ainda estava nas primeiras décadas da construção de sua República,

¹¹ Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher.

¹² Declaração dos Direitos da Mulher e cidadã.

que seguia os moldes positivistas. O positivismo atribuía à mulher a responsabilidade sobre a moral familiar e o atributo de exercer o papel de “rainha do lar e anjo tutelar”, pois era a partir da ordem familiar que ocorreria a ordem social.”(ISMÉRIO,1995,p.17)

As duas grandes guerras foram vistas pela primeira onda do movimento feminista como um grande marco de transformações nas relações entre os sexos; durante a guerra, muitas mulheres ocuparam cargos até então impensáveis ao sexo feminino, demonstrando que o “sexo frágil” tinha capacidade de manter a sociedade enquanto os homens estavam na guerra. Contudo, a grande crise econômica dos anos 30, a concessão do direito ao voto em vários países entre eles o Brasil e o retorno dos homens à força de trabalho, acabou desmobilizando o movimento feminista.

Após um tempo enfraquecido, o feminismo retoma sua luta. Os anos 60 foi um período característico de luta dos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, que teve seu auge nas barricadas organizadas pelos estudantes no maio de 68 na França, o movimento pelos direitos civis, o pacifismo e o movimento Hippie nos Estados Unidos que questionavam a guerra do Vietnã e o modo de vida americano. O modelo de sociedade tradicional passava a ser questionado pela música, pelas drogas, pela criação da pílula anticoncepcional e pelas novas formas de ser e de se relacionar; frente a isso, as mulheres passam a se organizar para lutar por seus direitos diante de todas essas transformações.

Eric Hobsbawm dedicou o capítulo *Revolução cultural* de seu livro “Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)” a esse período de transformações culturais que marca a segunda onda feminista. Ele afirma que:

A melhor abordagem dessa revolução cultural é portanto através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e gerações... Oficialmente, essa foi uma era de extraordinária liberalização tanto para os heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual.(HOBSBAWM,1995,p.314)

Embora essas transformações não tenham ocorrido da mesma forma e em mesma escala, elas se estenderam pelo mundo todo. Nos anos 60 e 70 vivia-se a descriminalização da homossexualidade em vários países, a conquista do direito ao divórcio, e até a legalização do aborto em alguns países, transformações políticas que influenciaram na liberdade individual.

Neste período começam a surgir diversas discussões teóricas feministas, muitas dessas pesquisas assumem uma linha que ficou conhecida como feminismo radical, baseada na

denúncia de anos de dominação masculina sobre a mulher. Esse movimento rejeitava as instituições de criação masculina e chegou a defender o retorno das escolas separadas por sexo, com objetivo de possibilitar uma educação não patriarcal às meninas, pautado na necessidade de desenvolver o emponderamento feminino, e de acabar com as desigualdades de gênero. Neste momento o feminismo começa a identificar as relações de poder presentes na sociedade, utilizando pressupostos teóricos marxistas ou da psicanálise.

O despontar da Corrente Feminista Radical, foi fortemente marcado por uma luta política voltada para o conhecimento, valorização e libertação do corpo feminino. Tanto nos grupos de autoconsciência como em outras áreas de atuação foram adotadas várias ações e posturas, tanto de protestos como de reivindicação e efetivo trabalho, para a conscientização das mulheres em relação ao seu corpo. (SILVA,s.d,p.5)¹³

Como nos afirma Silva o feminismo radical teve uma preocupação especial com o reconhecimento que as mulheres precisavam ter sobre si mesmas, pois até então as mulheres não sabiam quem eram, apenas sabiam o que a sociedade esperava que elas fossem. Nesta fase, é possível citar duas obras clássicas que influenciaram o pensamento feminista: o livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir e o livro “A mística feminina” de Betty Frieden. (PINTO, 2010,p.16), condenando a construção inferiorizada que a sociedade produz sobre a mulher. A clássica frase “Não se nasce mulher, torna-se” causou um grande impacto dentro do movimento influenciando as feministas até os dias de hoje.

No Brasil, as mulheres se articularam em luta pela redemocratização do país que vivia uma ditadura militar, após o golpe de 1964 no qual presidente João Goulart foi destituído. Neste período, o mundo estava dividido entre dois blocos, e o receio de que o Brasil fizesse aliança com o bloco comunista, levou o país a um regime militar que durou 20 anos. Embora a luta estivesse mais ligada ao fim da ditadura, muitas mulheres romperam os padrões que a sociedade impôs, pegando em armas e participando de guerrilhas. Mulheres como Helenira Resende¹⁴, morta durante a sua participação como militante na guerrilha do Araguaia¹⁵. A

¹³SILVA,Elizabete Rodrigues da.Feminismo radical:Pensamento e movimento.Travessias.ed.04.Educação,cultura,linguagem e arte.In: e- revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3107/2445

¹⁴ SILVA,Izabel Priscila Pimentel.Entre livros e armas:Helenira Resende.Guerrilha, sim senhor!Niterói, v.8,n 2,p 389-394.2008

¹⁵A guerrilha do Araguaia foi um movimento rural armado, organizados por militantes do Partido Comunista do Brasil que se instaurou no sul do Pará e parte do Maranhão e atual Tocantins, na busca lutar contra a ditadura militar brasileira.Seus integrantes foram descobertos pelos militares e acabaram brutalmente

ditadura militar levou muitos jovens a terem que viver no exílio, o que permitiu o contato com o pensamento do exterior e também levou o movimento feminista dos anos 60 a se relacionar com os movimentos políticos de esquerda.

A “segunda onda” feminista tem um papel fundamental na reinvenção das ciências, pois é a partir do feminismo que se começa a questionar a ciência histórica e seu aspecto androcêntrico. As feministas tinham como objetivo construir uma história das mulheres durante anos silenciada, dessa forma estas ativistas acabaram contribuindo para que a ciência histórica, que se pensava objetiva, demonstrasse o quanto era carregada por subjetividades e interesses notavelmente marcados por questões de gênero. (BALTHAZAR,2011)

As feministas queriam denunciar a opressão e desigualdade existente entre homens e mulheres. Elas pensavam a mulher como uma categoria que a história precisava incorporar, desta forma, ainda não utilizavam a categoria de gênero, mas já discutiam relações de poder e exclusão.

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”.(PEDRO,2005,p.85)

Para Joana Pedro, o feminismo desconstrói a ciência moderna a fim de propor um modelo científico que reconheça as diferenças e os discursos que operam nessas diferenças, que naturalizam os sujeitos mascarando construções sócio-históricas. Nesse ponto é que o feminismo de “terceira onda” tem se aproximado do pensamento pós-modernista.

A “terceira onda feminista” trabalhou na desconstrução dos próprios conceitos de gênero e de mulheres, tendo como grande nome a escritora Judith Butler¹⁶ e seu conceito de performatividade. A grande contribuição desta fase foi trazer discussões no campo do corpo e da sexualidade, de questões étnicas e de classe, desconstruindo a visão de mulher como uma categoria universal e bem como o binarismo homem e mulher.

Nesse processo, a categoria de gênero encontrou um terreno fértil, na medida em que as feministas viram no grupo uma categoria de análise que permite pensar as diferenças entre os sexos como resultadas de construções culturais e sociais (SOIHET,1998). Com efeito,

mortos.(ARAUJO,Maria Paula.SILVA,Izabel Pimentel da.SANTOS,Desirree dos reis.2013)

¹⁶ Judith Butler nasceu nos Estados Unidos, é uma filósofa pós-estruturalista e feminista contemporânea.

abriu-se um novo campo de estudos para a história que forçou a ciência histórica a procurar novos métodos e teorias, num processo que modificaria completamente a forma de se fazer e pensar a história.

A história política agora está também interessada nas várias formas em que o “poder” atua na sociedade, ampliando a compreensão deste conceito, mostrando que este não está apenas concentrado na política ou no estado, mas também faz parte das relações cotidianas, como as próprias relações entre os sexos, ou entre aquilo que a cultura considera “normal” e “aceitável”.

Mesmo que a história ensinada na escola ainda não acompanhe as transformações das pesquisas acadêmicas ou as reivindicações vividas pelos movimentos sociais, os estudantes apresentam uma visão sobre o que é ser homem ou mulher, sobre feminismo e diferenças de gênero. Essas visões chegam até os estudantes através da mídia, da religião, da escola, e dos diversos espaços sociais que estão a todo momento discutindo essas questões mesmo que de forma não oficial.

Os estudantes que participaram da pesquisa apresentaram idéias prévias sobre o que compreendem sobre gênero. Quando questionados sobre as diferenças entre homens e mulheres, quatro deles acreditam que não existem diferenças históricas entre os sexos, três acreditam que existem diferenças históricas e naturais e apenas um estudante acredita que as diferenças são apenas históricas como podemos observar no quadro abaixo:

Para você as diferenças entre homens e mulheres são naturais ou históricas? Por quê?

Categoria	Incidência	Tipologia textual
Diferenças naturais	4	<p>Em minha opinião são naturais, pois o homem é mais forte e caracterizado pelo seu estilo protetor e de liderança.Andrew</p> <p>Diferenças naturais entre homem e uma mulher geralmente são fisicamente e emocionalmente mulheres geralmente são mais frágeis e os homens são mais fortes, aguentam mais.Silvana</p> <p>São naturais, porque por lei da natureza tem diferenças entre mulheres que homens nunca vão ter.Bruna</p> <p>Naturais, porque na minha opinião se fôssemos todos iguais nunca iria aumentar a sociedade.Paola</p>
Diferenças históricas	1	<p>Históricas, porque desde antigamente existiam essas diferenças e não faziam nada para mudar.Paula.</p>
Diferenças naturais e históricas	3	<p>Naturais e históricas, porque nas naturais a mulher sente muitas coisas que o homem não sente e nas históricas é da maneira que a mulher é tratada ainda hoje em dia pelo homem.Christofer</p> <p>Naturais e históricas; Naturais porque desde crianças já são impostas situações que as</p>

		<p>diferenciam, como as cores azul e rosa,o fato de a menina ajudar com os afazeres de casa e menino não. E históricas pois há tempos atrás as mulheres não podiam estudar, ao contrário dos homens que podiam, não podiam votar e não eram bem vistas se trabalhassem.Juliana</p> <p>Tanto fisicamente como emocionalmente, homem é forte, mulher é frágil emocionalmente, porém essas diferenças são naturais. Históricas porque desde a antiguidade a mulher é impedida de realizar certas atividades, e um dos argumentos bem conhecido que sobre a mulher é um sexo frágil, o que descordo parcialmente porque somos capazes de tudo.Alessandra.</p>
--	--	---

Os estudantes que acreditam nas diferenças “naturais” entre os sexos, argumentam que os homens são mais fortes “fisicamente e emocionalmente” assumindo uma postura de protetores, enquanto que as mulheres são vistas como mais frágeis. Segundo as narrativas dos alunos, essas características são herdadas biologicamente. Os alunos que responderam que as diferenças entre os sexos são “naturais e históricas”, identificam um processo histórico na construção das diferenças. Para eles, as mulheres foram impedidas de estudar ou trabalhar, elas possuem uma história diferente da dos homens, pois vivenciaram a desigualdade, no entanto, eles ainda destacam que entre os sexos existem diferenças biológicas. Apenas uma aluna respondeu que as diferenças entre os sexos são apenas históricas, segundo ela porque essas diferenças existem há muito tempo, são antigas, sendo assim, históricas.

As narrativas apontam pouca aproximação dos estudantes com as questões de gênero ou feminismo, pois prevalecem ainda pensamentos baseados em questões biológicas que, como já é de conhecimento geral, nem sempre procedem, afinal nem toda mulher é “frágil” e nem todo homem é “forte”. A questão das diferenças entre os sexos não deve ser encarada apenas no sentido físico ou biológico, mas deve ser entendida em um sentido mais complexo, em que o “sexo” assume uma representação social.

A questão da “fragilidade feminina” foi por muito tempo utilizada como argumento para justificar a incapacidade intelectual das mulheres para agir no meio público, o que

fortalecia o discurso contra os direitos políticos e sociais femininos. Atualmente, essa teoria ainda serve para fundamentar a pouca atuação feminina nas áreas da política ou das ciências, ou até para explicar diferenças salariais no mercado de trabalho.

Desde o livro “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir se tornou imprescindível discutir o lugar em que as mulheres ocupam na sociedade, sempre vistas como o “outro”, para Beauvoir(1949) se atribui uma acentuada atenção às questões biológicas no corpo das mulheres. O corpo feminino é um território no qual a sociedade preenche de discursos sobre suas alterações hormonais, suas glândulas, que provocam alterações psicológicas e fisiológicas. O mesmo discurso, em contrapartida, não é difundido com tanta ênfase sobre o corpo masculino, que também possui hormônios e glândulas que igualmente interferem no seu organismo e seu modo de ser.

Destarte, a mulher torna-se refém de sua natureza, de seu corpo feito para a procriação e a maternidade, o que o condiciona a uma natureza dócil, pacífica e frágil e o homem é refém de sua racionalidade, o que o faz mais estratégico e forte. Essa concepção é totalmente essencialista e pressupõe que todos nascem com determinadas características devido à fisiologia, o que ignora os condicionamentos culturais que estão por trás da relação que existe com o corpo e a identidade.

O discurso sobre a inferioridade feminina e a supremacia masculina produz respostas para a sociedade. Hoje em dia – mesmo em um tempo em que as mulheres podem exercer seus direitos políticos, são livres para gerir suas próprias vidas – muitas mulheres sofrem em relacionamentos opressivos, com abusos físicos e psicológicos. Não só no campo privado prevalece a opressão, pois a rua ou os ambientes de trabalho, também são espaços em que as mulheres se tornam vítimas de violência verbal ou física.

É necessário estar atento ao discutir essas questões no ambiente escolar, principalmente em um país com altos índices de violência contra a mulher. Os crimes contra a mulher, ou feminicídio, no Brasil são, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), geralmente realizados por homens, parceiros ou ex-parceiros, sendo o número de homens que cometem violência contra as mulheres 6,6 vezes maior do que mulheres que cometem violência contra homens. Entre 2009 e 2011 o país registrou 16,9 mil feminicídios.¹⁷

Esses índices não devem ser ignorados, eles são ações que começaram com discursos, cheios de símbolos, mitos, normas e modelos que ainda são perpetuados pela sociedade. A violência contra a mulher foi por muito tempo aceita pelo corpo social pautada em princípios

¹⁷ http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf acessado 03/03/2015 as 17:00hrs.

machistas, no período do Brasil colonial eram comuns crimes de adultérios tanto femininos quanto masculinos, porém somente os crimes femininos eram punidos, a violência masculina contra as mulheres era justificada sob a dor do homem abandonado ou traído. No presente, muitos crimes de feminicídios ocorrem sob a justificativa de traição ou abandono de maridos ou namorados.

Segundo a historiadora Mary Del Priore em seu livro “Histórias e Conversas de mulher”, a independência feminina gerou uma resposta violenta da sociedade às mulheres, resposta que se manifesta hoje no crescimento dos índices de feminicídio. Para a autora, as leis mudaram “mas o essencial continua intocado”. À mulher ainda cabe cuidar dos filhos e do lar, vivendo sob rótulos de “mulher perfeita” e “mãe perfeita”, sempre tendo de se enxergar sob o olhar masculino (PRIORE, 2014, p.7).

Quando questionados sobre as diferenças na forma como as mulheres foram vistas pela sociedade com o passar do tempo, os estudantes conseguem identificar que as diferenças entre os sexos possuem características sociais, culturais e historicamente construídas. Os alunos conseguiram identificar que a sociedade impõe papéis às mulheres que as restringem a submeterem-se ao poder patriarcal.

Para alguns alunos o modelo de “mulher mantenedora do lar e da família” está presente ainda nos dias de hoje, já para outros, as mulheres vivem um tempo diferente, um tempo de novas conquistas, marcado pela conquista de seus direitos políticos e sociais. Dos alunos envolvidos na pesquisa, cinco apresentam uma narrativa que identifica permanências nas diferenças de gênero na atualidade e outros cinco não narram sobre essas permanências no presente. Como podemos observar na tabela abaixo:

A forma como a mulher é vista pela sociedade de hoje é diferente de tempos atrás? Justifique.

Categorias	Incidência	Tipologia textual
<p>Diferenças de gênero (rupturas)</p>	<p>4</p>	<p>Sim. Porque hoje a mulher tem voz, pode falar, trabalhar, é independente, não depende do homem para mais nada, hoje em dia ela pode fazer tudo que ela não podia antes. Paula</p> <p>Sim, hoje em dia a mulher pode se arrumar mais e fazer o que ela quiser, já há algum tempo atrás elas faziam o que a lei permitia apenas por exemplo ela não podiam votar e hoje mulheres são liberadas e podem votar. Silvana</p> <p>Não, com o decorrer do tempo a mulher vem com diversas mudanças trazendo bastante impressão para sociedade. Bruna</p> <p>Sim, antes as mulheres eram vistas como empregadas da casa não tinham o direito de trabalhar, não podiam fazer nada. Agora as mulheres tem o mesmo direito, podem trabalhar, sair, tipo fazer o que bem entendem. Paola.</p> <p>Sim, porque as mulheres não mostravam ser fortes, caracterizadas pela fragilidade e o lado emocional. Andrew</p>
<p>Diferenças de gênero. (permanências)</p>	<p>4</p>	<p>Não muito, pois ganhou algumas certas liberdades mas não comprova ainda que forma dela ser vista pela sociedade como somente dona de casa mudou e satisfazer o homem em tempo</p>

		<p>indesejável.Christofer.</p> <p>Em parte, pois ainda hoje as mulheres são vistas, são rotuladas como “donas de casa”, e muitas mostram que não, que isso pode ser diferente.Juliana</p> <p>Sim, porém nem tanto, como visto hoje nós mulheres estamos no poder, na política, podemos votar e trabalhar, porém a remuneração de nossos salários, muitas das vezes exercendo a mesma função de um homem é menor. Proprietários de empresa chamam para entrevista e usam argumento de que preferem homens.Alessandra.</p>
--	--	---

Esses dados nos mostram que quando os estudantes são convidados a realizar uma reflexão mais profunda sobre a história, os discentes conseguem sair do conhecimento do senso comum para uma análise social mais complexa. Como podemos notar na narrativa da estudante, houve mudanças no papel da mulher, mas alguns fatores ainda parecem permanecer, o que indica que este papel é construído e reconstruído em diferentes tempos históricos.

[...] como visto hoje nós mulheres estamos no poder, na política, podemos votar e trabalhar, porém a remuneração de nossos salários, muitas das vezes exercendo a mesma função de um homem é menor. Proprietários de empresa chamam para entrevista e usam argumento de que preferem homens. **Alessandra.**

Com base na análise das idéias prévias dos estudantes é possível concluir que estes possuem consciência sobre as questões de gênero. Parte deste conhecimento ainda está centrado em noções tradicionais de “feminino” e “masculino”, baseadas em modelos construídos socialmente do que os indivíduos devem ou não ser. No entanto, quando questionados sobre esses modelos no decorrer da história, os estudantes são capazes de

identificá-los como historicamente construídos, sendo que para alguns educandos estes modelos ainda são perpetuados em nossa sociedade.

Cap.2

As fontes e o ensino de história: O uso do livro didático e do jornal no processo de construção da significância histórica

Atualmente, já é um consenso que a utilização de documentos históricos nas aulas de história é um fator muito importante para o desenvolvimento da aprendizagem. Os documentos permitem que os estudantes tenham contato com diferentes narrativas, desenvolvendo a habilidade de interpretação, e compreensão de diversos textos e suas linguagens.

Barros (2010) comenta sobre a importância dos documentos ou fontes históricas no processo de construção do conhecimento histórico, ele cita a frase de Seignobos pronunciada no início do século XX para refletir sobre a importância que esses registros estabelecem com o historiador no processo de construção da história: “Sem documento não há história” (1901)(BARROS,p.3:2010).

Barros (2010) também aponta para a expansão documental que os historiadores estão vivenciando, que abrange fontes textuais e não textuais, e até mesmo virtuais. Para a autora, a história teria passado por duas revoluções documentais, a primeira ainda no século XIX com a introdução de documentos e a criação dos arquivos nacionais, ainda com documentos políticos, governamentais e de guerra e paz, e uma segunda revolução que iniciou em 1930 e introduziu documentos administrativos, eclesiásticos, comerciais, cartoriais no trabalho dos historiadores (BARROS,2010,p.5). E esta revolução teria se prolongado até abarcar uma série de documentos que hoje o historiador busca no intuito de responder seus questionamentos.

Vieira (1999) com base nos escritos de Le Goff conceitua o que são documentos históricos:

Já a palavra ‘documento’ tem originariamente o sentido de ‘prova’, de ‘ensino’. Para a História Positivista, o documento é o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador. Apresenta-se por si mesmo, como prova histórica, que se afirma necessariamente como documento escrito. Nessa perspectiva, o termo monumento era usado para grandes coleções de documentos. (VIEIRA,1999,p.151)

Na historiografia tradicional, a influência de uma história focada na busca pela verdade levou os historiadores a tratarem os documentos como “provas do passado”,

ignorando totalmente o papel do historiador na construção e interpretação dos fatos. Esse acontecimento ocorreu inicialmente devido à necessidade que a história possuía em se legitimar enquanto ciência, de modo a dispor uma metodologia científica tão eficiente quanto a aplicada nas ciências exatas.

A história manteve por muito tempo sua preocupação voltada somente em investigar os documentos oficiais, que contavam a história “oficial”, a história dos “líderes políticos” e outros “grandes” nomes. Mais tarde, essa linha metódica passou a ser muito questionada, os historiadores passaram a se relacionar com outras disciplinas como a sociologia e a geografia, e a buscar novas teorias, metodologias e fontes históricas.

Neste sentido, o ensino também encontra um desafio: romper com uma narrativa que desconsidera os diversos atores sociais que construíram a história da humanidade, indo assim em busca de novas fontes históricas, como cartas, livros, músicas, poemas, diários, jornais, fontes capazes de contar a história dos “excluídos” e dos que foram até então “silenciados”.

(...) pode-se afirmar que assumir o primeiro princípio da Didática da História torna necessário que professores e alunos busquem a renovação dos conteúdos, a construção de problematizações históricas, a apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História. (SCMIDT; GARCIA, 2005, p.299)

Scmidt e Garcia (2005) apontam para a necessidade de olhar o ensino de uma forma diferente, seguindo os princípios da didática da história¹⁸, de que o ensino precisa ser visto do seu ponto de vista teórico e prático. Primeiro, é necessário dar ferramentas para que o sujeito adquira a capacidade de interpretar o mundo que vive para depois então agir sobre o mundo descoberto.

Os documentos possibilitam que o estudante tenha um contato direto com resquícios do passado nas fontes, eles encontram o que foi dito e também o que foi silenciado. No processo de transmissão do conhecimento histórico, o professor – com seus condicionamentos sociais – propaga discursos cheios de subjetividade que, por sua vez, influenciam os alunos, mostrando que suas preleções apresentam aspectos políticos, não havendo mal nenhum nisso. Contudo, é necessário desenvolver a autonomia na educação. No ensino de história, os documentos permitem que os jovens desenvolvam suas próprias interpretações sobre o passado, sendo o professor mediador deste processo.

¹⁸ A didática da história é uma disciplina que analisa todas as formas de “conhecimento histórico na vida cotidiana e prática”. Seja no ambiente escolar ou no meios de comunicação. Segundo Rusen “A didática da história juntou os assuntos orientados pela prática sobre o ensino e aprendizagem em sala de aula com a percepção teórica dos processos e funções da consciência histórica em geral”(RUSEN, 2006, p.12)

É através das narrativas sobre o passado que o estudante o interpreta, estabelecendo relações entre passado e presente, desenvolvendo a capacidade de argumentação e projetando perspectivas para o futuro.

No espaço escolar, o professor utiliza diversos materiais didáticos. Bittencourt (2011) divide esses materiais em “suportes informativos” e “documentos”. Os suportes informativos são materiais criados para a escola, possuem linguagem específica para os alunos, são, por exemplo, os livros didáticos ou paradidáticos e apostilas, já os documentos não são produzidos para fins pedagógicos, mas podem ser utilizados no espaço de sala de aula. Nesta pesquisa tanto o suporte informativo, quanto o livro didático e os documentos, mais especificamente o jornal *corymbo*, foram utilizados a fim de auxiliar os estudantes no processo de construção de suas narrativas históricas.

Os livros didáticos se tornaram material importante no que tange a educação, este é em muitos casos o único livro que entra em uma residência familiar, sem condições financeiras para adquirir materiais culturais ou até mesmo sem hábitos de leitura. O livro didático é também o principal aliado do professor, servindo de suporte na construção de suas aulas.

Atualmente, a internet tem se tornado um grande aliado na construção dos planos de aula dos professores. No universo digital, o professor encontra blogs, sites educativos, livros digitais, vídeos, fóruns, filmes e uma série de outros suportes, até mesmo as redes de relacionamentos têm sido utilizadas para fins educativos, uma vez que nelas encontramos grupos de debate e páginas sobre educação. Contudo, os livros didáticos ainda se mantêm presentes na elaboração das aulas, Muitas vezes, os professores também não têm condições de possuir livros de autores que pesquisam na área de sua disciplina, pois os livros ainda são artigos muito caros no Brasil.

Segundo Guimarães, pesquisas apontam que o livro didático é o segundo livro mais lido no Brasil depois da Bíblia, sendo possível – dessa maneira – medir sua relevância em meio à sociedade brasileira. Isso se deve, em grande parte, pelo fato do livro didático ser oferecido pelo governo gratuitamente nas redes públicas de ensino. A popularização do livro didático não significa muito em níveis de melhorias na educação da população, embora a massificação dos mesmos tenha ocorrido no Brasil, isso não garantiu “a democratização do saber no país” aos moldes de como ocorreu em países como Japão e a França. (GUIMARÃES, 2013, p.96)

Além de os livros didáticos possuírem um valor na economia das indústrias ligadas a sua produção, Bittencourt (2011) aponta para seu papel na construção do memorial social, reafirmando fatos que devem ou não ser lembrados, no caso dos livros de história e sua forte

relação com a memória e o esquecimento. O livro didático é um veículo de “sistema de valores” que vai muito além de oferecer metodologias de aprendizagem e conteúdos didáticos, ele revela o modo de ser e pensar de sua época e sociedade. (BITTENCOURT, 2011, p.302)

Neste sentido, o papel do professor tornar-se muito relevante, visto que o docente utiliza o livro como apoio para a transmissão do saber, para tanto, ele tem de estar atento na escolha da obra que irá utilizar em sala de aula. Hoje, no Brasil, os professores tem autonomia para escolher seus livros didáticos, devido à indústria de livros oferecer uma variedade de produções, investindo cada dia mais na qualidade desses materiais.

No entanto, esta qualidade nem sempre se manifesta no conteúdo didático dos livros. Ao comparar a qualidade de impressão e imagens dos livros atuais com os livros de alguns anos atrás, percebe-se que houve muitas melhorias. Porém, no que diz respeito ao seu conteúdo, ainda encontram-se os livros didáticos reproduzindo visões da história pautadas por velhos padrões e preconceitos.

O professor deve ter uma posição crítica, nunca de submissão, em relação ao livro de História, que, como todo texto, toda fonte, merece ser questionado, problematizado e amplamente explorado com os alunos.(GUIMARÃES,2013,p.107)

O livro didático, como afirma Guimarães, pode e deve ser explorado pelos alunos e pelo professor, seu discurso revela muito sobre o que a sociedade considera importante aprender e esquecer. Ver o livro como uma ferramenta que auxilia os estudantes no processo de aprendizagem, não é ter o livro como o limite, como o reproduzidor da verdade histórica. Nesta perspectiva, os próprios livros didáticos já estão ampliando seu formato, trazendo muitas indicações de filmes e outros livros, para o aprimoramento da aprendizagem.

Segundo Almeida Filho (2007), no Brasil, as pesquisas utilizando livros didáticos como fonte iniciaram na década de oitenta. Essas primeiras pesquisas estavam interessadas em investigar as manipulações ideológicas que o livro didático, como produto das empresas capitalistas, repercutiam no ambiente escolar. Para Filho, todos os discursos são permeados por “uma concepção ideológica”, fundamentando-se em Bourdieu, o autor destaca a função da linguagem e suas estratégias e símbolos, utilizadas pelo escritor e no caso do livro didático também pelo editor.

Ainda segundo Filho (2007), o livro didático também já foi visto como um recurso utilizado por professores que não tinham uma boa qualificação, sendo assim dependentes deste material para construir suas aulas. Hoje, quem desenvolve pesquisas com livros didáticos, parte de uma perspectiva diferenciada:

No Brasil, atualmente, pesquisadores vêm estudando o livro voltado para a cultura escolar, colocando novas questões como sua produção editorial, apropriação da leitura, práticas de leitura, estratégias editoriais, materialidade e estratégias de circulação. Essas observações são importantes para a compreensão de que as relações do livro, voltadas para a cultura escolar e o conhecimento, podem abrir-se para outras possibilidades de pesquisa, ultrapassando o enfoque único da ideologização. (FILHO,2007,p.11-12)

São vários os caminhos de pesquisas que podem ser desenvolvidas com o livro didático, pois pouco se sabe sobre como este material tem sido utilizado em sala de aula e quais são os resultados do seu uso no processo educativo.

Segundo Rusen (2010), o livro didático tem se tornado interesse dos historiadores, uma vez que este material é um dos responsáveis por levar o conhecimento histórico dos pesquisadores até a sociedade. O autor enfatiza o caráter político dos discursos que permeiam este material didático:

...contemporâneos interessados na política e frequentemente, como pessoas comprometidas com ela, interessam-se pelo livro didático porque estão sempre envolvidos nele, também, mensagens políticas, pois o ensino de história é uma das instancias mais importantes a formação política. (RUSEN, 2010,p.110)

Para Rusen (2010), o livro didático, por apresentar inevitavelmente um discurso político, deve partir de uma “pluperspectiva”, evitando modelos dogmáticos no processo de aprendizagem histórica. Neste segmento é que, para o autor, o livro didático ideal deve evitar “enfoques etnocêntricos” e estar atento ao ponto de vista e à identidade dos alunos, desenvolvendo nestes a formação de uma “opinião histórica”.

O livro didático é uma ferramenta importante para estudarmos o processo de escolarização. Mesmo que esse suporte tenha mudado bastante nos últimos tempos, em termos de acesso e qualidade de sua produção e no que diz respeito ao protagonismo feminismo e discussões sobre as relações de gênero nos livros de história, ainda é importante levantar algumas discussões.

Segundo Cristiane Bareto da Silva (2006), os livros didáticos pesquisados da década de 1920 até 2000 ainda mantém arquétipos de feminino e masculino, além de que ao buscar uma transversalidade das questões de gênero no ensino de história, a história feminina permanece sendo apresentada sob o campo do privado e do familiar. Os livros ainda trazem padrões do que é ser uma família ideal, heterossexual, branca, de classe média. Se for realizada uma análise dos livros atuais, perceber-se-á que os dados da pesquisa de Bareto

ainda se mantêm atuais.

Silva (2006), afirma que essa falha nos livros didáticos, no que diz respeito a perpetuação de antigos modelos difundidos pela sociedade, ocorre também porque os professores possuem uma formação que tem muitas carências no que diz respeito as discussões em torno das questões de gênero. Para Marcella Lopes Guimarães “o livro didático, protagonista ou anunciador de monólogo, deve ser parceiro e não mocinho ou bandido” (GUIMARAES, 2012, p.12).

Gilvan Venura da Silva (2009) analisou três coleções diferentes de livros didáticos de história. O autor narra que de forma inesperada os resultados encontrados na forma como a mulher é representada nos livros se revelou muito tradicional. Silva diz que a sua pesquisa revela uma ausência “quase que absoluta” da história das mulheres.

...a participação feminina nos processos históricos é simplesmente ignorada ou a mulher é tratada de modo acessório e episódico, em textos “especialmente” selecionados para de quando em quando lembrar aos alunos que as mulheres também fazem parte da história vivida e ensinada.

A falta de cuidado com a História das Mulheres e com a perspectiva de gênero que observamos nos livros didáticos analisados assume uma dimensão hiperbólica em virtude da ausência de informações sobre o próprio movimento feminista, um dos mais importantes movimentos sociais da segunda metade. (SILVA, 2009,p.58)

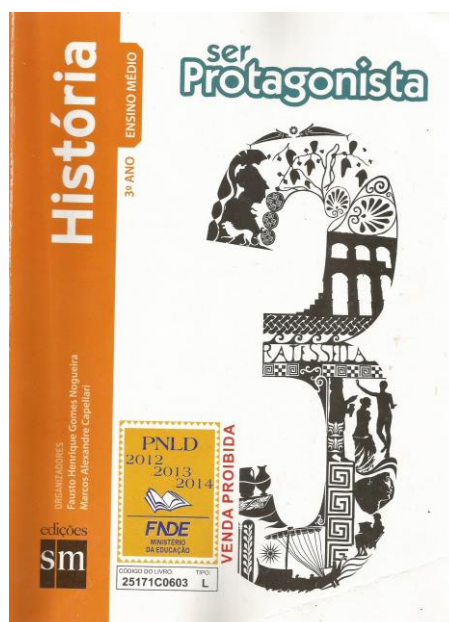
O autor fica surpreso com a ausência das questões de gênero nos livros didáticos exatamente porque esta falha vai totalmente ao oposto dos estudos que têm sido realizados nos meio acadêmicos desde que a história social e a micro-história, e até mesmo os estudos pós-moderno do pensador Michel Foucault, fez grandes transformações no conhecimento e na pesquisa histórica. Assim, desde a revolução proporcionada pela História dos Annales, que outros temas, como cotidiano, poder, vida privada, mentalidades, gênero, entre outros assuntos tem garantido que a história tradicional, pautada na política e na economia, tenha sido superada a cada dia. (SILVA,2009,p.57)

Ainda sobre a pesquisa realizada por Silva com livros didáticos, o autor aponta que, com relação às imagens que ilustram os livros didáticos pesquisados, as mulheres apresentam uma maior representatividade. Não obstante, as mulheres são representadas com frequência acompanhada de homens e filhos, expressando, segundo análise do autor, uma visão feminina de passividade, ou por vezes são apresentadas de uma forma frágil e vitimizada. Outro elemento rotineiro nas representações femininas é a ilustração de mulheres “ilustres ou exóticas”, o que para o autor não permite reflexões sobre o papel da mulher na sociedade,

perpetuando apenas estereótipos de personagens históricos, como Xica da Silva e Carlota Joaquina. (SILVA, 2009, p.60)

O livro didático é utilizado nesta pesquisa como fonte histórica, para estimular a interpretação, compreensão e desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes. Quando se estabelece uma conversa com os alunos fica evidente que a história privilegia os sujeitos masculinos e que os livros didáticos não trabalham a história das mulheres ou questões que envolvem diferenças de gênero. Nesse campo se abre todo um leque de possibilidades de problematizar o livro didático enquanto uma fonte histórica e não um “manual de como as coisas realmente se passaram.” (PROTO, SILVEIRA, 2012, p.104)

Nesta pesquisa, os alunos analisaram o livro didático “História: ser protagonista”, do terceiro ano do ensino médio, organizado por Fausto Henrique Gomes Nogueira e Marcos Alexandre Capellari, produzido no ano de 2012 e de validade até 2014. Fausto Henrique Gomes Nogueira é bacharel e licenciado em história pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, atualmente faz doutorado em História social pela mesma universidade e leciona no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo desde 2004. Marcos Alexandre Capellari é bacharel em história e doutor em História social pela Universidade de São Paulo,. Atualmente, leciona no Instituto Federal de São Paulo.



Capa do livro-História:Ser protagonista

Tanto Capellari quanto Nogueira tem uma série de participações e publicações de livros didáticos de história. Capellari tem experiência profissional na área da secretaria de

educação municipal de São Paulo, assim como experiência como professor universitário de história em universidades do Brasil. Entre suas áreas de atuação estão História, Educação, Teoria e Filosofia da História, História Moderna e Contemporânea e Linguística, Letras e Artes. Nogueira tem experiência profissional como professor de história em escolas de nível fundamental e médio, entre suas áreas de atuação estão História, História do Brasil, Educação e História da Educação.

Embora essa coleção elaborada pelos autores seja direcionada para o ensino médio, os mesmos já escreveram livros também para o ensino fundamental. Na bibliografia utilizada para a elaboração do livro “História: ser protagonista” os autores utilizaram pensadores de diferentes vertentes, como o historiador marxista Eric Hobsbawm e o sociólogo pós-modernista Zygmunt Bauman, de modo que não podemos definir uma linha teórica homogênea utilizada pelos autores na elaboração do livro.

Segundo os autores, o grande objetivo da coleção é permitir que os alunos se situem historicamente, adquirindo conhecimentos sobre os diversos agentes históricos que produziram a história, “num processo de descoberta do mundo e de si mesmos” a fim de se tornarem “protagonistas de sua própria História”. O título do livro chama atenção sobre a necessidade de priorizar o estudante no processo de ensino aprendizagem.

O Guia de Livros didáticos do Programa Nacional do Livro didático (PNLD) de 2013, elaborado com objetivo de auxiliar os professores na escolha de seus livros didáticos, fez uma análise do livro “História: ser protagonista”. Segundo esta análise, a proposta didática deste material traz uma visão clássica da divisão de períodos históricos, dividida em História Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, porém, o livro busca contribuir no processo de construção da identidade e da cidadania do educando, valorizando as suas experiências e estimulando a reflexão e o combate a todas formas de preconceito.

O Programa Nacional do livro didático foi criado em 1985 e é considerado um dos maiores programas de avaliação de livros didáticos do mundo. O PNLD é composto por diversos profissionais que classificam alguns elementos no processo de avaliação dos livros. Potier afirma que:

Alguns elementos como “erros de informação, conceituais ou de desatualizações graves; veiculação de preconceitos de gênero, condição social ou etnia, bem como de quaisquer formas de proselitismo e, por último, verificação de incoerências metodológicas graves”, são considerados fatores importantes para um parecer desfavorável ao material, efetivado pela equipe de avaliação. (POTIER,s.d,p.4)

Seguindo a proposta de contribuir para a formação cidadã e da identidade dos estudantes, o guia de livros didáticos (PNLD) aponta que no manual do professor, os autores não realizaram uma discussão aprofundada de como realizar essa proposta no ensino de história. Segundo o guia o livro:

Pressupõe-se que a História tem um importante papel nos processos identitários e na formação de cidadãos críticos. Entretanto, não se prioriza uma discussão significativa e sistemática acerca das especificidades do ensino médio, em particular do ensino de História. (PNLD,2012)

Reconhecer e buscar diferentes estratégias para trabalhar a história de modo a desenvolver nos estudantes o entendimento e a responsabilidade para com o mundo que vive é um elemento muito importante no ensino de história. Só assim, identifica-se que a história está ligada à vida prática dos estudantes e é ferramenta de desenvolvimento de uma consciência histórica capaz de realizar a transformação social.

A estrutura do livro é composta de páginas de abertura do capítulo, das quais todas contam com recursos imagéticos, junto às imagens estão breves tópicos sobre o assunto a ser abordado e um texto chamado “ligando os pontos” no qual o recurso visual é associado a um texto que segue, bem como questões de reflexão sobre a imagem e seu conteúdo abordado. O livro ainda conta com seções “Ontem e Hoje” que relaciona tempos históricos e com a seção “Dossiê”. A obra trabalha os conteúdos de forma cronológica relacionando os temas da história global com a história do Brasil do início ao fim do século XX.

O fechamento de cada unidade, dividido de forma temática (Valores em Crise, A Guerra Fria, O mundo globalizado), conta com algumas seções como a Teia da História em que diferentes fontes históricas são relacionadas com o conteúdo da unidade. Também encontramos a seção “Síntese” onde um resumo de cada capítulo da unidade é apresentado em forma de tópicos, e a seção “Linha do tempo”, com uma linha cronológica com datas e com os principais acontecimentos apresentados na unidade. O livro apresenta também a seção Vestibular e Enem com uma série de questões do Enem e de vestibulares de diferentes universidades do país.

Um ponto alto da coleção está nos “Projetos”, proposta de atividades em que os alunos compartilham com a comunidade o conhecimento que adquiriram. O livro apresenta apenas dois projetos o primeiro de um seminário sobre cooperativismo e o segundo a elaboração de um festival cultural na escola. Em contrapartida, as atividades que acompanham os capítulos são em sua maioria baseadas nos conteúdos dos capítulos e na interpretação de algumas

fontes, com exceção da seção “Seja Historiador” em que se propõe que os alunos trabalhem as fontes históricas, utilizando uma metodologia de análise e elaborando uma conclusão com os dados obtidos na investigação.

Outro ponto forte da coleção está na inclusão das discussões em torno da presença indígena e africana na história. Sobre essas seções, os autores afirmam trazer textos e atividades que objetivam combater “estereótipos” e a “discriminação”. Não obstante, é importante ressaltar a forma como esses conteúdos são apresentados no livro, na sua maioria de forma isolada dos conteúdos da unidade, como textos anexos aos capítulos, longos, com imagens pequenas e pouco atrativas.

Mesmo se tratando de um livro de terceiro ano do ensino médio, convém lembrar que se trabalha com uma geração de jovens imersos em um mundo tecnológico. Embora alguns estudantes tenham hábitos de leitura, sendo possível ver que nas escolas há estudantes lendo os livros “mais vendidos” ou Best Sellers,¹⁹ que apresentam uma linguagem acessível e próxima da identidade da juventude atual, obras que logo são capturados pela indústria cinematográfica e transformam-se em filmes, uma literatura muito diferente e distante da linguagem dos clássicos literários.

O mundo atual é bombardeado por informações de todos os lados, a televisão e a internet possibilitam uma riqueza de imagens e rapidez em apenas um *click*. A leitura de livros está cada vez mais diminuindo entre os jovens, o tempo dispensado com a televisão e a internet não faz restar tempo para a leitura. “Conseqüentemente, estes jovens não lêem fora da escola, porque esqueceram ou nunca chegaram a descobrir o prazer de fazê-lo.”(GOUVEIA;2009,p.68)

Segundo Gouveia (2009) o período da escolaridade é o período em que os jovens começam a adquirir seus hábitos de leitura, tendo a escola e os professores um papel muito importante nesse processo. A escolha de um livro didático tem que estar atenta a essas questões, na hora de escolher o livro, o professor precisa considerar que escolhe o livro para o aluno e não si próprio.

Os autores trazem ao professor indicações de leituras, filmes e sites complementares, o que pode compensar a falta de atividades interdisciplinares no livro e também a ausência de atividades que estimulem a criatividade e autonomia dos estudantes. Nesse ponto, é importante relembrar que o livro não é protagonista na sala de aula e sim um aliado no

¹⁹ Compreende-se por Best-sellers como a própria tradução da palavra indica os livros mais vendidos, que conquistam a massa de leitores por apresentar uma estrutura narrativa simples, de fácil compreensão, produzida por escritores que em muitos casos buscam estratégias para seduzir os leitores.

processo de ensino-aprendizagem.

O livro “História: ser protagonista” utilizado para lecionar com as turmas de ensino médio da escola Lorea Pinto, não foi escolhido por esta pesquisadora, e sim pela professora que lecionava anteriormente na escola no período de seleção dos materiais didáticos para os anos 2012, 2013 e 2014. Nesta pesquisa o livro foi utilizado como uma fonte história, em que os estudantes deveriam analisar a forma como o mesmo trabalha as questões de gênero.

O livro que os estudantes utilizam nas aulas de história, como afirma a avaliação do PNLD, trabalha os conteúdos centrados principalmente sobre os aspectos políticos. O conceito de política que expresso aqui, é de um sistema voltado aos acontecimentos administrativos e diplomáticos que levaram a transformações históricas. Juntamente com os conteúdos políticos, os autores vão acrescentando aspectos culturais e econômicos (PNLD, p. 117). Outra crítica do PNLD ao livro didático está na forma como as narrativas são construídas no livro, de forma factual e linear.

Assim embora, o livro trabalhe aspectos culturais como “relações de gênero, cotidiano e indumentária” (PNLD, p.120) esses assuntos são explorados de forma complementar as discussões tradicionais realizadas no conteúdo histórico. Será – então – feita uma análise a seguir sobre a forma como alguns conteúdos foram trabalhados no livro didático.

O conteúdo referente à Primeira Guerra Mundial, por exemplo, é narrado sobre a perspectiva das tensões políticas entre os países europeus, as questões de gênero aparecem neste capítulo através da história de Mata Heri, dançarina holandesa que se divorciou do marido devido aos maus tratos que sofria no casamento e acabou indo morar na França. Mata Heri foi suspeita de realizar espionagem e acabou sendo executada pelo governo Francês. Embora o livro trabalhe uma pequena biografia de Mata, não realiza uma discussão sobre o papel das mulheres na sociedade francesa do período em questão.

A Primeira Guerra Mundial foi um acontecimento que levou a grandes transformações na forma como a sociedade impunha papéis baseados nas diferenças entre os sexos. Durante a guerra, muitas mulheres tiveram de assumir o “lugar dos homens” como chefes dos lares ou dos negócios de família, enquanto os homens estavam lutando. Esse acontecimento colocou em dúvida a visão de incapacidade feminina para gerir suas próprias vidas e até mesmo os espaços sociais.

Muitas mulheres passaram a servir como força de trabalho nas fábricas de armas e até em cargos de gestão pública. Após a guerra, as mulheres norte-americanas conquistaram o direito ao voto. Segundo Campos (2012), as mulheres já trabalhavam nas fábricas antes da Primeira Guerra Mundial, a diferença é que com o advento da guerra as mulheres se tornaram

mão de obra necessária para a sociedade.

Outro elemento interessante é o papel que a moda e a guerra tiveram na alteração de papéis de gênero. A moda, em tempos remotos, serviu para demarcar as diferenças entre feminino e masculino. As mulheres, que deveriam expressar pureza e fragilidade, usavam saltos finos e saias amplas demarcando a distância que deveriam manter como mulheres recatadas.

As mudanças, no entanto, vão se delinear definitivamente ao longo da Primeira Guerra Mundial. Com a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a mulher precisou adequar sua vestimenta. Haverá grandes mudanças nos tecidos e nos métodos de produção. As roupas desta época precisavam ser simples, discretas e práticas. As próprias referências militares passaram a ser mais usadas. As roupas mais adotadas eram jaquetas largas com bolsos, cortes mais sóbrios e cintura pouco acentuada. A própria dificuldade de confecção durante a Guerra modificou a fabricação das roupas. (CAMPOS, 2012,p.13)

Após a Primeira Guerra Mundial, as mulheres passaram a usar calças, as armações e os espartilhos passaram a desaparecer, as novas roupas representavam novas mulheres. A importância da participação feminina na manutenção da sociedade durante a guerra foi essencial, levando à desconstrução de papéis que colocavam as mulheres como frágeis e incapazes.

Embora o livro didático traga a imagem feminina durante a Primeira Guerra Mundial com a história de Mata Heri, a obra não trabalha as questões culturais e as mudanças no cotidiano e nas relações de gênero que foram geradas com a guerra. A personagem é apresentada no livro como uma mulher passiva que teve pouca influência nos grandes acontecimentos motivadores da guerra.

O livro trabalha também com a biografia de Rosa Luxemburgo e sua participação na propagação do comunismo na Alemanha. O material traz uma foto da militante e comenta quem foi a personagem, porém, não questiona o espaço que as mulheres tinham no socialismo, assim como suas propostas para a ampliar os direitos femininos.

Rosa Luxemburgo foi uma das principais mulheres a militar no partido comunista alemão. Além de militante, discutiu o socialismo ao lado de grandes teóricos de seu tempo. As questões relativas às mulheres nem sempre encontraram espaço dentro do movimento socialista, todavia, a participação feminina de mulheres como Luxemburgo e também Alexandra Kollontai²⁰ e seus esforços puderam mostrar que as diferenças de classes não

²⁰ Alexandra Kollontai nasceu na Rússia, foi uma feminista e ativista bolchevique que militou na Revolução

estavam dissociadas das questões de gênero.

Ao retratar a revolução alemã, o livro cita também a participação de Clara Zetkin e sua participação na Liga Espartaquista que pregava a revolução socialista na Alemanha. Porém, sem qualquer aprofundamento teórico que demonstre a importância e a contribuição dessas mulheres na revolução, bem como aspectos culturais que o socialismo traz em detrimento ao capitalismo.


Conforme os resultados encontrados por Silva (2009) em sua análise sobre a representação feminina nos livros didáticos

A esmagadora maioria dos temas tratados diz respeito à vida pública e estatal, domínios nos quais os homens comparecem como protagonistas. Como consequência, há um nítido desinteresse pelos aspectos do cotidiano, pelas redes de sociabilidade estabelecidas em espaços restritos, pela vida privada e, acima de tudo, pelas mulheres como categoria específica e ao mesmo tempo indispensável a sociedade.(SILVA,2009,p.61)

O autor nos atenta para o fato de as coleções ainda privilegiarem uma História Tradicional e Política que mescla por vezes alguns elementos culturais. Mas as coleções, na sua grande maioria, não consideram aspectos do cotidiano e da vida privada, assim como a história das mulheres algo indispensável para a construção de uma narrativa histórica completa sobre o passado.

Outra mulher que é apenas citada no livro é Almerilda Farias, delegada do sindicato dos datilógrafos, no capítulo “A Era Vargas”. Ao discutir a constituição de 1934, o livro traz um pequeno parágrafo falando sobre a conquista do voto, mas não cita as manifestações sufragistas, nem explica quem foi Almerinda Farias e sua relevância no período histórico.

Almerinda Farias nasceu em 1889 em Maceió, casada, Almerinda perdeu o marido muito cedo e se viu obrigada a procurar emprego. Ao se lançar no mercado de trabalho, ela enfrentou duplo preconceito, por sua cor e por seu gênero, trabalhando como datilógrafa, recebia um salário inferior ao oferecido aos homens. Após a aprovação do direito ao voto feminino na constituição de 1932, muitas mulheres passaram a tentar exercer maior participação na política. Almerinda Farias foi a única mulher a votar como delegada na Assembléia Constituinte de 1933.(SILVA;BONFIM,200.p.27)



A organização da Justiça Eleitoral, com o novo Código, facilitava a fiscalização e diminuía as chances de fraudes. O Código Eleitoral também determinava a formação de uma bancada classista: um conjunto de deputados que representavam associações profissionais e seriam eleitos pelas próprias associações ou sindicatos.

Em maio de 1933, houve as eleições para a Assembleia Constituinte, formada por 214 representantes eleitos pelo voto popular e 40 representantes classistas. No mês de novembro, a Assembleia se reuniu e iniciou os trabalhos e os debates, que giraram em torno da centralização política e da autonomia dos Estados.

A nova Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934. Entre outros aspectos, ela preservava a federalização e a autonomia dos estados; estabelecia que a primeira eleição para a presidência da República seria indireta e que as eleições seguintes seriam diretas; e determinava a nacionalização de minas, jazidas e quedas-d'água.

Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil, cargo que deveria ocupar até 1938, quando seriam realizadas eleições diretas.

Conheça melhor

As mulheres na política

Com o Código Eleitoral de 1932, as mulheres conquistaram o direito de votar em eleições nacionais. Mas esse direito ainda era restrito. Poderiam votar mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras que tivessem renda própria.

O voto feminino, entretanto, não era obrigatório. Somente na Constituição de 1946 é que o voto feminino tornou-se obrigatório.

Durante a Primeira República, as mulheres reivindicaram com frequência o direito à participação política. Após a Primeira Guerra, alguns países europeus e os Estados Unidos estabeleceram o sufrágio feminino, aumentando os debates sobre a participação feminina na política.

Almerinda Farias Carneiro, em primeiro plano, delegada do Sindicato dos Datilógrafos e Telegrafistas, em meio aos trabalhos de eleição dos deputados classistas para a Assembleia Constituinte brasileira, em 1933.

Você viu

- As medidas centralizadoras de Vargas no Governo Provisório.
- As disputas políticas após o Golpe de 1930.
- A Revolução Constitucionalista em São Paulo em 1932.
- A promulgação da Constituição de 1934.

113

Página do livro-História:Ser protagonista

A história de Almerinda possibilitaria a discussão em torno das questões raciais e de gênero, referente, por exemplo, a opressão racial e de gênero que as mulheres negras sofreram ao longo da história. Nesse sentido, não se descarta a importância do professor como mediador e sujeito politizado responsável por realizar essa discussão. Destarte, é importante lembrar a força que o livro didático possui no processo de construção da identidade dos alunos:

Não se pode em nenhum momento subestimar a força que capacita ao livro didático em disseminar valores, reafirmar posições, designar papéis e assim torná-lo como agente multiplicador cultural capacitado a ser objeto de ratificação de tudo que já está imposto socialmente. (OLIVEIRA,2011.p.146)

A forma como o livro didático trabalha os atores sociais influencia na forma como os estudantes interpretam o passado e compreendem o presente. Silenciar conflitos de gênero, não discutir com os estudantes relações de poder, não apresentar as lutas femininas por transformações sociais, contribui para perpetuar antigos valores que a educação tem que ter como compromisso não mais difundir.

Assim como o espaço dedicado às lutas feminista é extremamente restrito no que tange o movimento do início do século XX no Brasil, com as manifestações sufragistas e pós-guerra, com relação ao movimento feminista da década de 60 este sequer é mencionado. O livro trata da revolução cultural dos anos 60, dando espaço aos movimentos de contracultura e pelos direitos humanos ,mas não cita a participação feminina nesses eventos.

O livro didático dedica um espaço na seção “Teia da História” em que trabalha com três fontes históricas, a música *Imagine*, de John Lennon, líder da banda inglesa *Os Beatles*, um trecho do livro “O grande bazar” de Daniel Cohn Bendit, um dos líderes do maio de 68, e um trecho da música “Como os nossos pais” do compositor brasileiro Belchior. Antes de apresentar os textos, o livro relata o perfil da juventude da década de 60 e 70 e seus ideais revolucionários, contra o “capitalismo, o imperialismo, o autoritarismo político (de direita e de esquerda), a organização familiar tradicional, o moralismo sexual, a submissão das mulheres, o racismo [...]”²¹

Nesta seção é aberto um espaço para a discussão em torno da crítica da “família tradicional”, sobre o trecho do livro “O grande bazar” é proposta a seguinte questão: Qual é a posição assumida pelos jovens, segundo o autor, em relação à família tradicional e a sociedade como um todo? O trecho do livro de Bendit, disponível para os alunos analisarem e responderem a questão, relata sobre a influência que a família tradicional possui sobre os indivíduos, criando normas e modelos que impedem a liberdade individual. Porém, a discussão ocorre do ponto de vista de um escritor homem e não aponta os modelos construídos sobretudo sobre as mulheres que gozavam de muito menos liberdades que os homens na época em questão.

O livro apresenta também a história de Eva Perón, no capítulo “América Latina no pós-guerra”. Evita é representada no livro como uma mulher que auxiliou Perón nas suas campanhas populistas. O livro traz o texto do escritor Marcos Aguinis ²². Neste texto, o autor relata o quanto a política assistencialista praticada por Evita que auxiliava os mais pobres nas suas necessidades imediatas, levou a progressiva decadência de seu país, pois o assistencialismo peronista não eliminava as desigualdades sociais vivenciadas pelo povo argentino.

Eva Peron é representada no livro como a mulher que acompanhou Perón ou “abraçou a causa do marido conquistando grande popularidade”, nas palavras utilizadas pelo livro didático. Não se discute o poder que a figura de Evita, como era chamada, exerceu sobre as mulheres da Argentina. Segundo Almeida, Eva teve uma origem humilde o que a aproximava mais do povo:

Com o passar dos anos, ela se tornou mais que isso, suas atividades e funções ficaram mais intensas, e ela passou a lutar pelos direitos da mulher, tornando-se uma pioneira na luta em prol das mulheres na Argentina. No dia 21 de agosto de 1947, o Congresso

²¹ NOGUEIRA.Fausto, Henrique Gomes e CAPELLARI.Marcos Alexandre.(org)História 3ºano:ensino médio.1ed.São Paulo:Edições SM.Coleção ser protagonista.2010.

²²Um país de novela.Viaje hacia La mentalidad de los argentinos.Buenos Aires:Planeta,2003.p.157-158.

aprovou o projeto que deu a mulher o direito do voto. Foi uma longa campanha na qual Evita lutou diariamente... E em junho de 1947, convidada pelo governo da Espanha, Evita inicia um tour pelo mundo, que incluiu o Brasil, reivindicando os direitos dos trabalhadores e promovendo a força e o prestígio da mulher ao mesmo tempo em que exercia o papel de feminista tentando gerar uma igualdade de gêneros. (ALMEIDA,2010,p.15)

Na seção “ontem e hoje”, do capítulo “O Brasil e o populismo” é que o livro trabalha as questões de gênero de forma mais aprofundada, comparando o espaço feminino no mercado de trabalho os anos de 1950 com o mercado de trabalho em 2009. Neste capítulo, os autores abordam as construções sociais de feminino, a mentalidade e as diferenças entre os sexos. Acompanhado do texto, o livro propõe uma pesquisa com familiares a respeito do trabalho feminino, para responder se ainda existe preconceito com relação ao trabalho feminino nos dias atuais.

Ao colocar o livro didático como fonte histórica para os alunos, pensa-se que a história não é uma ciência pronta ou dotada de verdades inquestionáveis. Aprender história é aprender também a questionar, investigar, se posicionar. Desta forma, os estudantes analisaram o livro e sua posição sobre as questões de gênero na história. Essa tarefa possibilitou incitar nos discentes a capacidade de levantar hipóteses sobre o saber histórico, e assim ir identificando quais argumentos os educandos utilizaram ao fazer análise das questões de gênero no saber histórico.

Martins (2009) propõe uma estratégia de trabalho em que os estudantes criticam as informações e interpretações presentes no livro didático, o que ele denomina como crítica aos textos da “Macro História”. Para o autor, essa proposta possibilita mostrar as mudanças presentes na escrita da história. Embora esteja pensando essa proposta com a ideia de relacionar história global e local e seus consequentes equívocos, sua reflexão se aplica à proposta desta pesquisa, que busca o desenvolvimento da crítica às informações do livro no que diz respeito as questões de gênero.

Categoria	Incidência	Tipologia textual
Superioridade masculina e inferioridade feminina.	2	A maior participação é masculina, pois suas características e qualidade na historia eram superiores as femininas, os homens na história alcançaram títulos e marcaram seus nomes nela. Andrew A maior participação é masculina porque a

		mulher na história para o homem era muito indefesa para querer interferir em alguma guerra como quase tudo antigamente era resolvido. Christofer
Impotência feminina.	5	<p>Masculina, porque a mulher não podia fazer nada. Paula</p> <p>Masculina, pois os homens é que comandavam tudo. Silvana</p> <p>Há participação masculina, por que eles que saiam de casa para estudar, trabalhar, fazer história. E as de mulheres que encontramos são daquelas que eram opostas a essas ideologias, de que só os homens podiam. Juliana</p> <p>Masculina. Porque naquela época eram somente os homens podiam votar, trabalhar, ir para guerra, as mulheres só ficavam em casa. Alessandra.</p>
Não justificou	2	<p>Não preciso nem abrir meu livro para saber que a participação maior é masculina. Paola</p> <p>Com a análise feita eu consegui observar que há mais participação masculina. Bruna</p>

Será realizada uma análise da justificativa utilizada pelos estudantes para explicar a seguinte questão: **O livro didático apresenta a história sobre uma perspectiva de maior participação feminina ou masculina?**

As falas dos estudantes apontam alguns conceitos importantes como os de

“superioridade masculina” e “inferioridade feminina”, conceitos levantados por meninos para explicar a ausência da história das mulheres no livro didático, assim como conceitos de impotência feminina, levantados pelas meninas quando afirmam não haver espaço para as ações femininas em um mundo de supremacia masculina.

Com base nas pesquisas de Strey (2004), uma série de teorias científicas foi construída pela sociedade patriarcal para legitimar a suposta superioridade masculina, o que a partir do movimento feminista começa a ser questionado e permanece tentando ser desconstruído até os dias de hoje. Essa teoria de superioridade masculina gera, em contrapartida, uma resposta negativa no processo de construção do sexo oposto, que se torna a partir de então, sempre “o outro”, as mulheres são o que os homens não são.

Parte ou grande parte desse movimento predatório sobre as mulheres vem da concepção historicamente baseada e sustentada por filosofias, teorias científicas e “humanísticas” e outros apoios ideológicos patriarcais, de que os homens são seres humanos superiores, construtores da cultura e da História, enquanto que as mulheres são seres inferiores próximas a natureza, ou por ordem divina ou por direito conquista pelos seres humanos do sexo masculino. (STREY, 2004,p.24)

Segundo a autora, a crença na superioridade masculina, além de criar uma dicotomia baseada na desigualdade entre os sexos, provoca sérios danos à sociedade. Em seu estudo sobre violência de gênero, a autora relaciona as construções sociais em torno da masculinidade ligadas a aspectos de força e violência masculina. Ainda, é reproduzida na família e no espaço escolar uma educação fundamentada nas diferenças de gênero, desde muito pequenos os meninos são ensinados a deixar as características vistas como femininas, para se tornarem “homens de verdade”. (LANG, 2001,p.462)

Assim como afirma Oliveira (2004) em seu livro “A construção social da masculinidade”: “Para que o masculino fosse valorizado, seria necessário realizar uma operação inversa em que o feminino fosse, explicitamente ou não, posto em segundo plano, visto como algo menor, inferior, subalterno”(OLIVEIRA, 2004,p.71). É notável que as narrativas dos estudantes estão imersas em contextos muito amplos que ainda permeiam a consciência dos jovens educandos.

O discurso sobre inferioridade feminina foi por muito tempo propagado no Brasil. Acredita-se que a cultura brasileira de exclusão das mulheres tenha sido herdada dos portugueses, no seu contato com o mundo muçulmano, no entanto, é importante observar que o mundo ocidental como um todo, herdeiro da filosofia de Aristóteles, compreendia as mulheres como “seres humanos incompletos e insuficientes por natureza, pertencentes a uma

ordem completamente distinta da dos homens” (VALLADARES,1989,p.27). E é daí que parte o pensamento de que as mulheres são seres sensíveis, emocionais, irracionais, e devem estar – assim – submissas aos homens, seres racionais, os únicos capazes de gerir a vida pública e política, enquanto que as mulheres devem estar isoladas, protegidas da sua própria insanidade.

No Rio Grande do Sul, esse pensamento sobre a mulher fora ainda mais reforçado pela influência das doutrinas positivistas que o estado recebeu na República Velha. O líder Julio de Castilhos, absorveu muitos das ideias conteanas, inclusive aquilo que faz parte da concepção de “organizar a sociedade através de uma moral conservadora” (ISMÉRIO,1995,p.17), atribuindo à mulher a responsabilidade sobre essa moral e o atributo de exercer o papel de “rainha do lar e anjo tutelar”, pois era a partir da ordem familiar que ocorreria a ordem social.

Assim, durante muitos anos, a mulher fora vista diante da lei como incapaz, que, sob tutela masculina, ficava a mercê do marido ou do pai. Mesmo com o advento da república no Brasil, o primeiro código civil republicano ainda impedia a mulher de exercer profissões, o acesso ao ensino superior era uma realidade distante, pois a educação feminina era voltada para a vida no lar, às mulheres mais abastadas ainda se permitia que aprendessem uma língua estrangeira e algum instrumento, para que assim se tornassem agradáveis a seus maridos.

As narrativas dos alunos nos revelam que construímos um mundo para nossos jovens que avançou muito no caminho para a igualdade entre os sexos, mas que ainda mantém traços de uma mentalidade patriarcal. O modelo de família construído ainda no período colonial, no qual a família estava reunida em torno de um chefe forte e temido por todos, o “homem da família” ainda está no discurso da sociedade atual e seu sistema educativo.

Nesta perspectiva, outras histórias parecem ter sido esquecidas, histórias de mulheres que perderam seus maridos e tiveram de sustentar e cuidar de suas famílias sozinhas, a história das mulheres transgressoras que não aceitaram o modelo de submissão e passividade, que não aceitaram os esposos que suas famílias escolheram, que fugiram da história das mulheres mais pobres que tinham que ajudar no sustento de suas famílias. A história de outras organizações sociais, como as histórias das tradições matrilineares africanas, em que o papel das mulheres na família e na sociedade era tão importante quanto o papel exercido pelos homens.

Os alunos buscam explicações para as questões de gênero presentes no livro didático. Para estes, a história é uma construção totalmente masculina, na qual os homens são vistos como protagonistas da história, enquanto as mulheres assistiram tudo passivamente. Apenas uma menina aponta para o fato de existir mulheres que se opuseram a supremacia masculina:

Há participação masculina, por que eles que saiam de casa para estudar, trabalhar, fazer história. E as de mulheres que encontramos são daquelas que eram opostas a essas ideologias, de que só os homens podiam. **Juliana**

Para os estudantes, o protagonismo masculino é explicado devido à superioridade masculina, sua aptidão para viver o espaço público em detrimento da inferioridade feminina, a mulher indefesa para viver a realidade do “mundo dos homens.” Segundo Ferreira, a dicotomia que coloca os homens como sujeitos dos espaços públicos, racionais e dominadores e as mulheres como elementos do espaço privado, dóceis e submissas levam a manutenção de representações de gênero pautadas na discriminação e opressão feminina.

Podemos entender por ser protagonista o ato de agir e transformar a história atuando como um personagem principal de sua vida e participando da vida pública para ajudar a construir o mundo em que se vive. Quando se identifica historicamente apenas um grupo como sujeito ativo da história, se reproduz uma história de desigualdades, em que se exclui grupos em nome da supremacia e o do uso do poder de outro.

Neste contexto é importante de se identificar as identidades e as formas de ação dos grupos excluídos socialmente na construção de uma sociedade democrática. Para o autor, a educação é um espaço eficiente para a manutenção de valores e relações de poder, mas da mesma forma que a escola pode reproduzir, ela pode ser um espaço de questionamento.

Proto e Silveira (2012) em seu artigo “Gênero no livro didático de história: Arranjos de poder e consciência histórica”, alerta para as consequências da didatização na educação, em que o saber histórico é transformado em saber escolar. Nesse processo os conteúdos são simplificados e muitos conhecimentos sobre o passado acabam sendo silenciados. Ao trabalhar os conteúdos, o livro didático corre o risco de simplificar os argumentos, ocultando e silenciando conflitos e construções sociais, o que contribui para que os estudantes tenham maior dificuldade de elaborar uma visão crítica sobre o passado.

Ainda é um desafio trabalhar as questões de gênero de uma forma difundida no ensino de história, muito do que se faz é trabalhar alguns casos de forma complementar ao conteúdo didático. Quando se trabalha gênero, ainda se relaciona muito este conceito com a história das mulheres, e de fato essa pesquisa está ligada também à história delas. Contudo, as questões de gênero envolvem construções sociais impostas sobre os sujeitos, que desencadeiam em relações de poder e desigualdades entre sexos:

Um olhar de gênero não só procura o que há de cultural nas percepções das diferenças sexuais como também a influência das ideias criadas a partir destas percepções na constituição das relações sociais em geral. (PINSKY,2009,p.34)

Com isso, percebe-se que não é possível aprender história sem considerar as questões de gênero, visto que as diferenças entre os sexos irão interferir na política, na economia, nas artes. Essas questões não estão limitadas às diferenças entre homens e mulheres, pois elas possuem variáveis que incluem níveis de classe social, etnia, hierarquia. Muitas vezes, corre-se o risco de apresentar uma história das diferenças entre os sexos pautada nas mulheres como moçinhas e os homens como opressores, não se nega absolutamente aqui que a história é marcada pela a opressão masculina sobre a feminina, o que vale ressaltar é que as mulheres brancas oprimiam as mulheres negras durante a escravidão, e os homens ainda oprimem aqueles homens que não se encaixam no ideal de virilidade construído, assim como os homossexuais, transexuais e travestis sofrem diferentes tipos de opressão de gênero.

A análise que os estudantes fazem sobre o livro didático leva a pensar nos erros que se pode cometer ao construir uma história das diferenças entre os sexos que não discute relações de poder. Os “símbolos, mitos e modelos” (PINSKY, 2009,p.40) construídos pelas sociedades em diferentes tempos históricos interferem na forma como os sujeitos se comportam e agem em sociedade. No continente africano, por exemplo, vale lembrar os impactos do avanço do cristianismo e do islamismo, responsáveis por transformar e interferir diretamente na forma como essas sociedades lidavam com as questões de gênero,

Antes da cultura paternalista das religiões monoteístas, como o islã e o cristianismo, adentrarem a cultura africana, muitos povos do continente seguiam uma tradição matrilinear. No sistema matriarcal, o poder era dividido entre o homem e a mulher, o que garantiu que muitas mulheres tenham exercido poder político na história da África. (NASCIMENTO, 1997)

Outro ponto muito discutido pelo movimento feminista atual é a questão da representatividade feminina. Desde que a deputada Marta Suplicy propôs a lei nº9100/95²³, a representatividade feminina passou a ser discutida na política brasileira. A busca por uma equidade entre os sexos é uma luta que visa à construção de um país mais democrático, todavia, no Brasil, a questão da representatividade ainda precisa ir mais além, de modo a garantir notabilidade feminina no mundo das artes, das ciências, da filosofia além de reduzir a desigualdade econômica em que as mulheres ainda vivem.

Segundo Lisboa (2008), as mulheres brasileiras e da América latina estão entre as mais pobres, recebendo menos oportunidades econômicas e sociais. Lisboa ainda afirma que o

²³ A lei nº9100/95 determina que os partidos políticos reservem cota mínima de 20% para mulheres o poder legislativo municipal.

Fórum econômico Mundial de 2005, a fim de acabar com as diferenças de gênero, reconheceu a necessidade de definir 5 dimensões para o empoderamento feminino: participação econômica de mulheres; oportunidade econômica; empoderamento político; conquistas educacionais e saúde e bem estar:

Portanto, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa. No campo das discussões sobre desenvolvimento, o empoderamento é visto por algumas ONGs como principal estratégia de combate à pobreza e de mudanças nas relações de poder. (LISBOA,2008,p.2)

A autora ainda demonstra o quanto o empoderamento feminino é essencial para a transformação social. Para ela, o termo *empoderamento* está relacionado ao poder, mas não um poder opressivo e sim ao uso do poder como forma de resistir às injustiças sociais.

A representatividade feminina no ensino de história é importante para garantir o empoderamento feminino. Quando as meninas não se reconhecem como sujeitos ativos na história, torna-se difícil a construção de uma identidade crítica e reflexiva, que leve as mulheres a ocuparem os espaços sociais aos quais têm direito, tornando-se, assim, agentes de transformação.

A história precisa estar comprometida com essa representação. A representatividade no processo de formação da identidade dos estudantes é algo muito importante, não só para as meninas, mas também para que os meninos possam construir suas identidades, livres de concepções machistas que também os impedem de viver o processo de construção de suas representatividades de forma livre e autônoma.

A falta de participação feminina nos espaços sociais frente ao mundo moderno cujas conquistas femininas foram crescentes não pode ser vista apenas como passividade feminina. Lisboa alerta para o fato de a falta de oportunidades femininas estar relacionada aos direitos reprodutivos. Muitas mulheres não ascendem socialmente quando se vêm tendo de vivenciar a maternidade, pois ainda hoje as responsabilidades familiares ficam restritas a elas, sem que haja uma igualdade de divisão de tarefas domésticas entre os sexos.

A análise dos estudantes sobre o livro revela que a ausência de discussões sobre as questões de gênero no manual didático gera nos alunos explicações e definições carregadas de conceitos sobre as construções sociais de feminino e masculino. Os estudantes mobilizam suas idéias prévias, definições individuais que possuem influências de construções elaboradas no espaço social.

Dessa forma, é preciso estar atento ao fato de que mesmo quando as discussões de

gênero não são trabalhadas no espaço escolar, os jovens possuem conhecimento sobre essas questões. Primeiro porque o espaço escolar não é o único espaço de aprendizagem histórica, sendo outros espaços sociais como a Igreja, a família, os meios de comunicação atuais – como a internet e a televisão – também responsáveis por construir nos sujeitos uma percepção do tempo histórico. As formas como as narrativas sobre o passado são utilizadas levam a construção do que chamamos de cultura histórica.

Cerri (2011), citando Abreu, Soihet e Gontijo, afirma que a cultura histórica é “um conjunto de fenômenos históricos culturais representativos do modo como uma sociedade ou determinados grupos lidam com temporalidade (passado – presentes - futuro) ou promovem usos do passado.” (CERRI, 2011, p.48). A cultura histórica influencia na construção da identidade dos jovens; não discutir gênero na sala de aula não impede que os estudantes deixem de ter uma visão sobre o tema, porém os silêncios que o ensino de história ainda realiza sobre as construções históricas, sociais e de poder em torno da sexualidade dos sujeitos dificulta que os discentes compreendam essas relações dentro de sua historicidade.

2.1.O jornal como fonte histórica em sala de aula

Para investigar ideias de segunda ordem tais como compreensão, explicação, narrativas históricas que formam a significância que os alunos atribuem ao conhecimento histórico, foi utilizado as ideias substantivas, os conteúdos históricos, tendo como principais categorias “gênero” e “mulheres” , os discentes estudaram, nas aulas de história, o Brasil da República Velha até a República Nova.

A instauração da República no Brasil marca um processo de tentativa de modernizar o país, buscando igualar-se nos países europeus. O país investe no desenvolvimento urbano e a elite brasileira passa a viajar e mandar seus filhos para estudar no exterior. A busca por modelos advindos do estrangeiro são umas das grandes marcas dessa época, pois o Brasil deseja ser assim como os outros países, ou seja, ser reconhecido como um país desenvolvido e moderno.

Essas mudanças de fato ocorrem, mas buscam alterar de forma muito moderada a realidade brasileira. O sistema de governo republicano, por exemplo, embora tenha trazido consigo uma série de ideias liberais e progressistas, na prática pouco ampliou a participação popular na política, e pode-se dizer que sequer contribuiu de fato na melhoria de vida da população. O desenvolvimento urbano, ocorrido nesta época, acabou expulsando a população mais pobre da cidade e concentrando-a nos morros, nos quais não recebiam os investimentos

que foram aplicados nas cidades. O projeto desenvolvimentista brasileiro era reservado apenas para a elite, e pouco se preocupou com a mulher, mesmo de classe alta. Contudo, essas transformações irão proporcionar mudanças sociais e comportamentais, significativas para a nossa pesquisa.

O contato da elite brasileira com o exterior permitiu que algumas famílias menos conservadoras, admitissem que suas filhas participassem de cursos de ensino superior fora do país. Essas mulheres que tiveram a oportunidade de estudar, aos poucos passaram a lutar para que fosse possível cursar escolas de nível superior também no Brasil. Inspiradas nas mulheres da Europa e dos Estados Unidos, que aos poucos passavam a exercer profissões de destaque, as diplomadas mulheres brasileiras, além de buscar sua independência, passam também a se solidarizar com suas companheiras do mesmo sexo.

Essas mulheres ao saírem para estudar no exterior, tiveram contato com vários tipos de leituras, recebendo assim influência do pensamento liberal, e de ideias de igualdade que já começavam a ser construídas pelas européias e norte-americanas. Não faltavam escritos para servir de inspiração, o pensamento liberal e de igualdade toma conta do mundo na virada do século XX. A obra “A Vindication of the Rights of Woman, de Mary Wollstonecraft”, traduzida para o português por Nísia Floresta, é umas das pioneiras no que diz respeito à luta pela igualdade entre os sexos, e influenciou muitas mulheres a divulgar seus próprios escritos no Brasil.

Outro fator que inspirou novos padrões sociais foi o advento da primeira guerra mundial. Tal acontecimento possibilitou que muitas mulheres saíssem de casa para trabalhar no lugar dos homens que estavam na guerra e, com isso, foi necessário que elas exercessem atividades jamais previstas, para que a sociedade se mantivesse, enquanto os homens lutavam. Ademais, o cinema e a indústria do comércio passaram a veicular a imagem de uma nova mulher, liberal e moderna. (ISMÉRIO,1995).

Mesmo no Brasil, onde não houve participação militar na guerra, as mudanças nos padrões de gênero ocorridas no estrangeiro influenciaram o país, que era consumidor do modo de vida europeu. Muitas mulheres utilizaram o argumento das novas experiências proporcionadas às mulheres ao advento da guerra, para justificar a potencialidade feminina em exercer diferentes funções e em ser considerada cidadã igual aos homens.

Aqui no Rio Grande do Sul, essas transformações também foram vivenciadas. Para trabalhar com os alunos as transformações em nível local, foi utilizado como fonte o jornal *Corymbo*. Este periódico, assim como os demais periódicos de sua época, registrou esses acontecimentos, e como era um jornal feminino, tratou desse universo de forma peculiar, em

comparação com a grande imprensa.

Para trabalhar essas questões na sala de aula foram utilizados diferentes recursos tais como imagens, textos, exercícios, charges. No processo de ensino aprendizagem foi considerado a necessidade de fazer comparações, debates, discutir perspectivas. Foi trabalhado com os alunos; a instauração da República no Brasil; a política na República Velha - coronelismo e voto do cabresto; o modo de vida e o cotidiano na República Velha; a primeira guerra mundial; instauração da República Nova.

Assim que os estudantes já possuíam um determinado conhecimento sobre o período estudado, eles começaram a trabalhar com o jornal *Corymbo*. O citado periódico surgiu na cidade de Rio Grande no ano de 1883 e manteve-se atuante durante sessenta anos, de propriedade das irmãs Revocata Heloisa de Melo e Julieta de Melo Monteiro. Destaca-se dentro do quadro da imprensa gaúcha, devido sua longevidade em comparação com os outros órgãos de imprensa e também por sua atuação, atingiu várias regiões do país, recebendo igualmente contribuição de escritores de diversos locais.

Como o periódico teve edições por vários anos, seu formato assim como periodicidade, valores e gráficas, variaram com o tempo. O *Corymbo* foi semanal, quinzenal e mensal. As gráficas variaram entre Pelotas e Rio Grande, contendo geralmente 4 a 5 páginas, com exceção dos anos de 1885 a 1888, o qual continha 16 páginas (Vieira, 1997,p.70).

O *Corymbo* se apresentava como uma revista literária, interessada em disseminar assuntos referentes ao mundo literário. Suas proprietárias demonstram nas páginas do jornal, orgulho de sua herança familiar, de intelectuais ligados às letras, e era através da literatura que o jornal se legitimava. A mãe das irmãs proprietárias do jornal, Revocata de Figuerôa e Mello e a tia Ana dos passos Figuerôa, eram conhecidas por seus trabalhos como escritoras e o avô Manoel dos Passos Figuerôa era conhecido por ser redator periódico e autor da gramática portuguesa (FERREIRA,2001:72).

E foi seguindo a trajetória familiar que as irmãs de Mello se destacaram em meio à sociedade, exercendo diversas atividades ligadas à imprensa, como a publicação de um jornal anterior ao *Corymbo*, o periódico *Violeta* (1878-1880) e também com a participação na redação de outros jornais. As irmãs também eram escritoras, publicaram seus escritos em diversos jornais, e fundaram uma escola particular, da qual exerceram a função de professoras (VIEIRA, 1997).

Nos anos de 1918-1919, o jornal apresentava quatro páginas, como de costume trazendo poemas e contos de diversos escritores. Possuía uma nova seção chamada “Matiz”, a qual trazia vários escritos bem pequenos referentes a diversas temáticas. Ao lado dessas

colunas, apresentava a seção moda; uma coluna que se dedica a falar sobre a maçonaria, a resenha de notas com informações, obituários, empregos, datas comemorativas, homenagens e na última página alguns anúncios, como de relojoaria, atelier de costura, parteiras, entre outros. Além de matérias sobre datas comemorativas, o jornal publicava também informações sobre alguns acontecimentos sociais, como a chegada de pessoas importantes à cidade e sua opinião sobre acontecimentos mundiais.

Outra informação importante sobre o periódico, a qual está disponível na dissertação de mestrado de Mirian Vieira, é referente ao modo como o periódico se mantinha. A publicação de impressos no Brasil no século XX era de caráter efêmero, exatamente porque havia uma dificuldade em reproduzir esses periódicos, tendo em vista de que além de precários, os maquinários custava caro. Frente a isso, o *Corymbo* contava com o apoio da maçonaria e também se preservava graças a uma rede de contribuição de escritores. Muitos deles mandavam seus textos sem receber nada, apenas como um aporte ao periódico.

Como fora afirmado acima, apresentando-se como uma revista literária, o *Corymbo* não possuía pretensões políticas. Vieira, citando Soares, relata que o periódico não apresentava uma postura partidária definida. Embora Revocata tenha feito parte do partido Federalista, no *Corymbo* encontram-se diversas tendências partidárias, como anarquistas e socialistas, por exemplo. E assim, ao tratar dos direitos femininos, o *Corymbo* estava aberto para qualquer tipo de tendência política.

Em pesquisa realizada anteriormente com o jornal *Corymbo*²⁴, pode-se analisar que o periódico manteve algumas temáticas nos anos de 1918-1919 no que diz respeito aos direitos femininos. Os assuntos mais recorrentes foram: Guerra, profissão, educação, feminismo, voto, diferenças entre os sexos e crítica à tradição.

A guerra foi um marco para as mudanças das relações de gênero, quando os homens foram para o campo de batalha, as mulheres tiveram de assumir seus lares, administrando a economia familiar e os negócios. A visão de que as mulheres precisavam dos homens para gerenciar as suas vidas começa a ser desconstruída.

Embora o Brasil não tenha se envolvido diretamente na primeira guerra mundial, as transformações sociais chegavam ao Brasil através da influência do feminismo estrangeiro. A assimilação das ideias do exterior sempre foi muito forte no Brasil, os costumes e hábitos estrangeiros inspiraram fortemente a elite brasileira, que mandava seus filhos para estudarem

²⁴ FARIAS, Giovana Pontes. A luta pelos direitos femininos nas páginas do periódico riograndino *corymbo*, 1918-1919. Trabalho de conclusão de curso História-Licenciatura. Universidade Federal de Rio Grande. 2013.

fora do país.

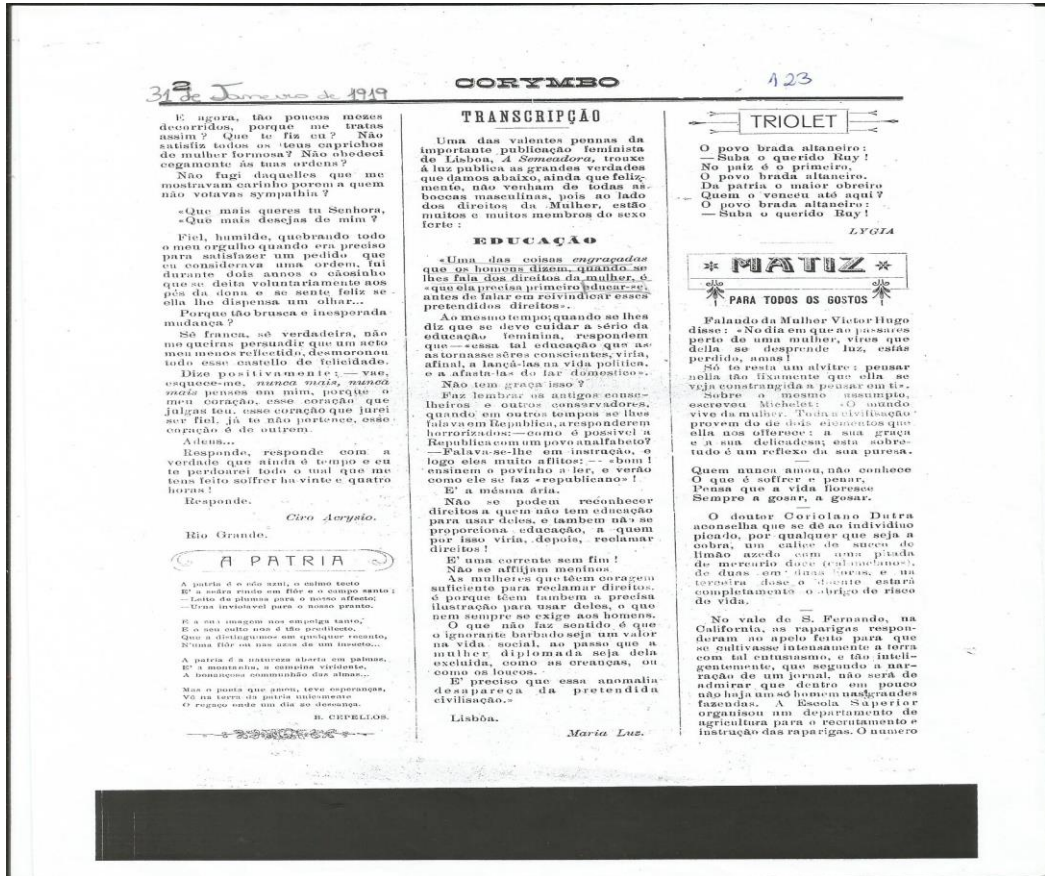
Sobre a educação feminina, o *Corymbo* apresentou uma visão antagônica. Primeiro defendia que as mulheres se unissem para reivindicar o direito à educação feminina no estado do Rio Grande do Sul, reivindicando a falta de escolas normais e de ensino superior, assim como criticando o ensino tradicional, voltado para o lar e que não preparava as mulheres para o mercado de trabalho. Contudo, o jornal também destacava a importância da educação para o exercício da maternidade, como é possível analisar no artigo da escritora Universina do Araujo para o *Corymbo*:

A mulher deve instruir-se porque d'ella depende, quase exclusivamente, o futuro das nações. Como hade guiar o filhinho, nos primeiros rebentos do caracter juvenil, aquella que de tudo carece, que não tem noção exacta do bem e do mal. (*Corymbo*, em 15 de junho de 1918)

O compromisso das mulheres com o futuro do país pesava na responsabilidade que as mulheres possuíam com a educação dos filhos. Para proporcionar uma educação de qualidade a seus filhos, estas deveriam ser instruídas. Para tanto, cabe toda a responsabilidade da educação às mulheres, eximindo dos homens a responsabilidades na criação dos filhos.

Defendendo também uma educação profissional, o jornal alertava para o fato de as mulheres necessitarem de uma formação profissional que permitisse seu sustento. Muitas mulheres ficaram viúvas ou órfãs, sofrendo para sobreviver diante da resistência de uma sociedade machista que acreditava que a mulher deveria viver reclusa ao lar.

Embora defendesse o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, o periódico não relatou sobre a realidade das operárias rio-grandinas. O jornal se deteve a questionar apenas o acesso das mulheres nas profissões liberais, fazendo com que se suponha que o jornal noticiário estava mais direcionando a um público mais elitista e de posição política moderada, como se pode notar em outras opções defendidas pelo jornal.



Página do Jornal Corymbo

Mesmo de forma moderada, o periódico acompanhou as reivindicações feministas de sua época, defendendo também o sufrágio universal. O argumento utilizado para a defesa do voto feminino era a capacidade intelectual feminina em fazer escolhas políticas frente a seus envolvimento sociais em campanhas de caridade e em negócios econômicos. O voto não foi o tema mais defendido pelo jornal, mas esteve presente nos anos analisados, além disso, o jornal também fez críticas ao modelo tradicional no qual a sociedade via as diferenças entre os sexos.

No periódico, encontramos um artigo de José Oticaca, onde ele critica o sistema religioso, educacional e positivista, que impunha modelos fechados de como as mulheres deveriam agir e pensar.

Vem o padre e ameaça: não ouçais esses appellos...confessai-vos,não vos deixeis tentar de Satanaz.Vem o positivista e exhorta: o logar da mulher é no seu lar...Vem a bisavó e arenga: moça que sai sozinha é serigaita; de onde veio essa moda, mulher advogada! mulher fazer discurso, voto, estao todos doidas!...Como sair disso?Como infurndir no corpo inerte o tônico da renovação? De varios modos..."José Oticaca(Corymbo.30 de abril de 1918)

Assim, o periódico variou entre um discurso que defendia a liberdade e o fim da

opressão de gênero e um discurso que ainda mantinha uma visão conservadora nesses aspectos. Em meio a poesias, notícias e demais matérias do jornal, encontra-se uma publicação bastante curiosa, que mantém a visão de diferenças e desigualdades de gênero, sob o nome de Heloisa Walda, a matéria traz lições de bons modos e ensinamentos dedicados especificamente às mulheres nas suas funções de mantedoras do lar.

Attendei bem meninas, que a mulher deve ser no lar a mensageira da paz, a conselheira do bem; empenhar-se sempre para que a anarchia não possa medrar no seio da família, e pensar que a ella cumpre o papel de pomba da alliança, após o dilúvio das revoltas domésticas.(Corymbo,15 de julho de 1918)

As matérias do jornal remetem a uma discussão muito atual em torno das questões de gênero. Atualmente, as mulheres conquistaram muitos direitos políticos e sociais, mas ainda é uma luta derrubar antigos modelos culturais que fazem com que as mulheres sofram com uma dupla jornada de trabalho, cuidando do lar e dos filhos e trabalhando fora de casa, além de vivenciar o crescimento da violência doméstica e da violência sexual, mantendo-se a desigualdade entre os sexos.

O interessante de trabalhar com o periódico *Corymbo* existiu pela curiosidade em conhecer o que um periódico de propriedade feminina retratou sobre as relações de gênero, em uma época em que essas relações começam a ser discutidas no Brasil. Também, pela possibilidade de mostrar aos alunos que essas discussões variam conforme a tendência política e posição econômica em que se encontravam as mulheres da época.

Além disso, como toda fonte, os jornais permitem desenvolver nos alunos a capacidade de interpretação e desconstrução de discursos. Com esta ferramenta, é possível identificar os órgãos de imprensa como meios que não são neutros, que possuem um contexto que deve sempre ser levado em conta quando se trabalha com a história.

Assim, as informações publicadas pelos jornais não correspondem a realidade vivida no passado, mas sim a criação por ele promovida a respeito dos fatos, por meio de uma construção discursiva. O objetivo da pesquisa desse modo volta-se a compreensão desse discurso construído sob o viés histórico, tendo em vista que todo o discurso é fruto de seu meio, estando profundamente relacionado com as condições externas e internas de sua produção e, enfim, com o seu contexto histórico. (PEREIRA,2014,p17)

Como afirma Pereira, os jornais são fontes que possibilitam trabalhar os discursos históricos, porém o uso do jornal tem sido maior no meio universitário do que na educação básica. Muitos periódicos trabalharam as questões de gênero, alguns defendendo mudanças, outros mantendo antigas

visões, outros representando as tensões que havia entre essas duas posições, atuais ou antigos, estes são fontes que auxiliam o ensino de história.

Tania Regina de Luca ao escrever sobre a imprensa no capítulo “História, nos, dos e por meio dos periódicos” do livro “Fontes Históricas” (PINSKY,2008) relata o quando tem sido comum uso da imprensa nos estudos de gênero. Ela cita duas pesquisadoras que trabalharam com a imprensa e gênero: Maria Joana Pedro²⁵ e Dulcília Buitoni²⁶.

Hoje estão se ampliando os trabalhos sobre gênero que utilizam imprensa, desde aqueles que fazem uso desta pra estudar os discursos que a sociedade construiu sobre gênero até o trabalho com a imprensa feminina, produzida por mulheres e/ou dirigida para estas, como no caso do livro de Buitoni, “Imprensa Feminina” (BUITONI,1990), o qual faz um levantamento histórico do que foi a imprensa feminina e feminista até os anos 90.

A imprensa foi durante muitos anos um território masculino excluindo qualquer participação feminina. Permitir às mulheres um trabalho erudito era algo inaceitável, visto que a crença na inferioridade intelectual feminina destituía os escritos femininos de qualquer legitimidade. Segundo Muzart :

No Brasil, a literatura feminina somente começa a ser visível, ou um pouco respeitada, no primeiro quartel do século XX. Ainda que produtivas, nossas escritoras ficaram excluídas da historiografia literária, mas, curiosamente, embora à margem, a literatura feminina foi presença constante nos periódicos do século XIX, tanto nos dirigidos por homens quanto nos inúmeros criados e mantidos por elas próprias. (MUZART, 2003, p.225)

A própria história da imprensa demonstra os confrontos de gênero que a sociedade possui, quando as mulheres conseguiram um espaço nos periódicos, este espaço fez com que um grupo que vivia excluído dos direitos sociais pudesse ter um canal de voz na sociedade. No Rio Grande do Sul, as primeiras escritoras já apontam um posicionamento político, contrário aos farroupilhas, em defesa do império. O primeiro livro (1834) publicado no Rio Grande do Sul foi de autoria de Delfina Benigna da Cunha, que possuía total apoio do imperador, D. Pedro II (VIEIRA, 1997) . Assim como Delfina, outras escritoras começaram no mundo das letras defendendo causas políticas ou possuindo um posicionamento político, e não demoraria muito para que essas mulheres estivessem escrevendo também para a imprensa. A dificuldade de ter um livro publicado levou muitas mulheres a escreverem em periódicos, espaço que passou a tornar-se também um espaço literário.

²⁵ Maria Joana Pedro é uma historiadora social brasileira, professora da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero.

²⁶ Dulcília Buitoni é uma brasileira formada em jornalismo e direito, com mestrado e doutorado em Letras, atualmente é professora na Faculdade Casper Líbero.

Esse caminho levou – ainda – essas escritoras a criarem seus próprios periódicos, já que a relação entre escritor e jornalista era algo muito próximo, e quase um sinônimo do outro, o século XIX fez florescer uma série de periódicos femininos. Essa imprensa feminina, assim classificada por seu um órgão feminino ou por se preocupar com temáticas femininas, segundo Buitoni:

...funcionavam como termômetro dos costumes da época. Cada novidade era imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada. A movimentação social também vai sendo registrada. Quando precisou servir de canal de expressão literária, lá estava ela. Quando as mulheres começaram a reclamar seus direitos, também lá estava ela.(BUITONI,1990,p.24)

Os primeiros órgãos de imprensa feminina já traziam reivindicações e preocupações com o público feminino. Enquanto de um lado alguns periódicos tratavam unicamente de assuntos referentes à moral feminina e as práticas do lar ou de moda e beleza, passaram a surgir periódicos femininos que se preocupavam com a educação feminina. Muitos desses jornais relatavam seus desejos por uma educação mais aprimorada, diferente daquela que as mulheres recebiam.

O Jornal das Senhoras (1852), do Rio de Janeiro e de propriedade de Joana Paula Manso de Noronha é um dos periódicos pioneiros ao tratar dos direitos das mulheres ainda no século XIX. Segundo June Hahner, este periódico via que o inimigo contra quem lutava se escondia na ignorância das mulheres, definido pela ciência dos homens”(HAHNER,2003,p.94). Discurso que anos mais tarde ainda estará presente no periódico *Corymbo*, na continuação da luta feminina já nas primeiras décadas do século XX.

Além do Jornal das Senhoras, Hahner(2003) cita outros periódicos brasileiros que buscaram tratar as potencialidades femininas como, o “Sexo Feminino” de Minas Gerais, “O Domingo” e o “Echo das Damas”, ambos do Rio de Janeiro. Do Rio Grande do Sul, a autora cita o periódico “Escrínio”, de Bagé, que avançou em suas reivindicações, em comparação aos periódicos do século XIX, defendendo até mesmo o direito ao divórcio, mas preservou discursos como a melhoria da educação feminina para a melhor educação dos filhos, assim como era encontrado nas páginas do *Corymbo*.

O jornal *Corymbo*, se posicionou sobre vários aspectos referentes aos direitos femininos, que começavam a ser reivindicados pelas mulheres no início do século XX, suas matérias demonstram as contradições de seu tempo. O periódico tentou equilibrar padrões conservadores com novas reivindicações. Ao tratar dos assuntos referentes aos direitos femininos de forma branda, o periódico, em contrapartida, conseguia envolver seus leitores

nesses acontecimentos sem ser visto como um periódico radical ou como tradicional.

O jornal, como um órgão de imprensa, possuía influência na formação de opinião. No Brasil, ele foi responsável por gerar polêmica e discussões em diversos espaços sociais, em boa parte do século XX em que o jornal televisivo e a internet não existiam ou ainda estavam sendo popularizados.

O *Corymbo* possui uma potencialidade pedagógica no que diz respeito à história local. O jornal traz uma narrativa sobre o passado sob a autoria de personagens locais, as irmãs de Mello, proprietárias do jornal. Herdeiras de uma tradição familiar intelectual, as irmãs de Mello se destacaram em meio à sociedade, exercendo diversas atividades ligadas a imprensa, como a publicação de um jornal anterior ao *Corymbo*, o periódico, *Violeta* (1878-1880) assim como a participação na redação de outros jornais.

Após a morte de Julieta de Mello Monteiro, Revocata permaneceu com o jornal que durou ainda muitos anos. Revocata não casou nem teve filhos e em sua homenagem há uma escola municipal de Rio Grande com seu nome. O jornal e os personagens que constroem as narrativas sobre as questões de gênero foram trabalhados com os estudantes com objetivo de se explorar a história local, buscando significar os conteúdos e evitando concepções generalizantes.

No Rio Grande do Sul, a imprensa surge com objetivos políticos bem definidos, sendo muito utilizada pelos farroupilhas e legalistas durante a Revolução Farroupilha. Neste período, a cidade de Rio Grande vivia um forte desenvolvimento econômico e cultural, proporcionados pela melhoria do canal da Barra de Rio Grande.

Segundo Alves (2001) a imprensa rio-grandina acompanhou o desenvolvimento da imprensa nacional, chegando a ser pioneira em nível regional. Em Rio Grande, a enorme gama de periódicos que a cidade possuía no final do século XIX e início do século XX possibilitou, de certa forma, que em meio a supremacia masculina nas letras surgisse um expoente da imprensa feminina.

No próximo capítulo será analisado quais sentidos os estudantes atribuem as relações de gênero, após estabelecer relações com o conceito de gênero e história das mulheres. Nas aulas de história, os alunos tiveram oportunidade de discutir este conceito e trabalhar com o livro didático e o com jornal *Corymbo*, acreditando-se no potencial dessas fontes para trazer a sala de aula novos questionamentos e novas formas de olhar o passado.

O trabalho com as questões de gênero em sala de aula resultou em produções de narrativas, estruturadas pelos estudantes através da construção de jornais sobre a História das mulheres. Esses jornais permitiram a análise das ideias históricas apresentadas pelos

estudantes, analisadas no capítulo três. Antes de dar início à análise dessas produções dos discentes, foi realizado um levantamento dos dados obtidos durante a investigação das ideias prévias dos estudantes sobre as questões de gênero.

- Os alunos desenvolvem argumentos para explicar as diferenças entre os sexos, mesmo quando desconhecem as questões pautadas nos estudos de gênero.
- Nas narrativas dos estudantes, ainda prevalecem concepções fundamentadas em ideias essencialistas e biológicas de uma dicotomia entre feminino x masculino.
- Quando questionados sobre os modelos construídos sobre feminino ao longo da história, os alunos conseguem identificar um processo de construção social sobre as diferenças entre os sexos.
- Alguns discentes identificam as diferenças entre os sexos como construções que existiram no passado e que já estão superadas no presente. Outros estudantes identificam essas construções ainda na atualidade.
- Ao analisar o livro didático de história os alunos utilizaram narrativas que foram divididas em três categorias:
 - a) superioridade masculina: Visão de que a história foi construída pelos homens devido a sua predisposição para a vida pública.
 - b) inferioridade feminina: Visão de que as mulheres estão excluídas da história devido a sua predisposição para a vida privada.
 - c) impotência feminina: As mulheres não puderam participar da história visto que este é um território de dominação masculina.

Assim, chega-se a conclusão que, mesmo desconhecendo o conceito de gênero, os estudantes produzem discursos sobre o que é ser homem e mulher. Para alguns jovens, ser mulher representa ser o oposto de ser homem, assim enquanto as mulheres possuem características frágeis e passivas os homens possuem características relacionadas ao poder e ao fazer histórico.

Para os estudantes, o livro didático conta apenas a história dos homens pois eram esses que tinham espaço para fazer história, o espaço da vida pública, em uma concepção que exclui

a história da vida privada como um espaço relevante ao conhecimento histórico. Muito disso se deve pelo fato da história do cotidiano ou das mentalidades não possuir muito espaço nos livros e nas aulas de história, sendo seu ensino ainda restrito a uma história política.

A ausência das mulheres na história é explicada devido a sua passividade e submissão frente a um mundo predominante masculino. Esse dado faz com que se reflita sobre a ausência da história das mulheres no ensino, a ausência de histórias que demonstrem a atuação feminina em outras culturas, como no caso das culturas matrilineares em outros espaços, como as lutas femininas frente à opressão patriarcal ao longo da história.

Além disso, esses dados apontam a necessidade de construir uma história livre de padrões que modelam o passado em uma estrutura fixa, que não permitia subversões ou manipulações. A história é viva, e possui suas complexidades. Quando se pensa nas relações de gênero, pensa-se em relações de poder, que mostram que as mulheres nem sempre foram passivas, as mulheres foram – em muitos contextos – opressoras, como no caso da opressão da mulher branca sobre os escravos e principalmente sobre as outras mulheres negras escravizadas.

Cap.3

Conhecendo melhor o processo de aprendizagem histórica através dos significados presentes nas narrativas dos estudantes

Neste capítulo serão apresentados os trabalhos realizados pelos estudantes da turma pesquisada. Os trabalhos criados pelos alunos tratam-se de jornais que apresentam as suas visões sobre as questões de gênero, tendo como base a discussão feita através do jornal Corymbo e o tema central dos jornais foi definido como “mulher” e “gênero”.

Antes de apresentar as análises das narrativas produzidas pelos estudantes, será apontado de que forma o gênero foi trabalho em sala de aula. Ao longo das aulas, foi discutida a questão de gênero através da apresentação de uma charge, na qual o pai da criança reivindica um lugar para trocar o seu bebê, tendo em vista que os fraldários só estão disponíveis nos banheiros femininos. Através do diálogo, foi estabelecida uma conversa sobre os papéis que a sociedade ainda constrói em torno do que é ser homem e ser mulher, atribuindo apenas à mulher o cuidado com os filhos.



Fonte:Acervo pessoal

Na sequência, foi explicado para os estudantes o conceito de gênero²⁷, identificando que masculino e feminino são construções sociais. Para trabalhar o conceito de gênero, se utilizou a imagem a seguir, de uma grávida segurando duas meias de bebê, uma azul e uma rosa. Com base na imagem, estabeleceu-se o debate sobre as construções sociais feitas sobre o recém-nascido, sendo os sujeitos idealizados dentro de uma categoria de gênero mesmo antes de nascer.



Fonte: Acervo pessoal

Após, a conversa sobre a categoria de gênero e a construção histórica das diferenças, foi mostrada aos alunos a forma como a mulher era vista pela sociedade no período colonial. Segundo Priore (2014), no Brasil colonial a sociedade era construída sob a organização patriarcal, “uma grande família reunida em torno de um chefe, pai, senhor forte e temido que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam” (PRIORI,2014,p.12). Segundo a autora, nesta estrutura a mulher deveria ser extremamente submissa, legitimando essa postura por outros espaços sociais, como a Igreja Católica.

Assim, no Brasil colônia as mulheres viviam reclusas ao lar, saíam de casa somente para ir a Igreja e sempre acompanhadas. Lembrando que essa estrutura, embora fosse o modelo idealizado de feminino, não era uma regra, tendo em vista muitas mulheres tiveram de administrar sozinhas seus lares, na ausência dos maridos, ou no caso das mulheres pobres ou

²⁷ Para Scott a categoria de gênero surge como uma forma de rejeição ao “determinismo biológico”, é uma categoria que expressa relações de poder baseadas nas diferenças entre sexos. (SCOTT,1989)

escravas que ajudavam na renda familiar e que sofriam outras formas de dominação.

Após a discussão sobre a construção do “modelo ideal feminino no Brasil colonial”, foi discutido com os estudantes os questionamentos que passam a ser feitos sob esse padrão normativo, com o advento da primeira guerra mundial. A primeira guerra mundial, como já foi abordado neste trabalho, representa um marco nas alterações dos papéis de gênero, pois leva muitas mulheres a exercer funções anteriormente pensadas somente aos homens. Com a guerra, passa a se consolidar um movimento de mulheres que lutam por direitos políticos.

É importante lembrar que a luta pelos direitos políticos femininos inicia antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, estando presente na Revolução Francesa com as reivindicações de mulheres como Olympe de Gouges, conhecida por reivindicar o direito a cidadania feminina, na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791. Desse modo, os trabalhos na sala de aula com as mudanças que ocorrem na vida das mulheres após a primeira guerra permitiram uma nova configuração de feminino, mudanças que foram incentivadas pela indústria, através das propagandas e do cinema.

As discussões foram encaminhadas no intuito de trabalhar com alunos a forma como a mulher era representada na sociedade com o passar dos anos, proporcionando debates sobre as transformações nesses papéis que passam a ser vivenciados com o advento da década de vinte. As alterações na representação feminina levaram a mudanças na forma de ser, agir e pensar. Diminuem as saias e suas armações, somem os espartilhos, o corpo fica mais expostos, os cabelos mais curtos. A mulher moderna é representada pelo cinema americano²⁸ de forma livre, sensual e ousada, contudo, seus direitos políticos ainda são negados em diferentes países.

Nesse sentido, foi introduzido o jornal *Corymbo*, com as matérias (anexo 1) que representavam parte das reivindicações femininas no Brasil da República Velha. Para trabalhar com o jornal em sala de aula, seguiu-se a metodologia de ensino para o uso de jornais em sala de aula organizada por Bittencourt (2011). Segundo a autora, antes de trabalhar com um documento, o professor deve estabelecer três níveis de indagação:

- 1) Sobre a existência em si do documento.
- 2) Sobre o significado do documento como objeto.
- 3) Sobre o significado do documento como sujeito.

²⁸ Segundo Gubernikoff (2009) na década de 20 ocorre um processo de fetichização da mulher no cinema americano, esse processo que colocou as atrizes como modelos de corpos e rostos ideais, foi responsável por quebrar alguns tabus femininos, como a introdução da indumentária masculina, utilizada pela atriz Marlene Dietrich. Porém, é neste período que as mulheres “tornam-se alvo da economia capitalista como consumidoras..” e símbolo sexual a ser explorado. (GUBERNIKOFF, 2009, p.72)

Ainda segundo Bittencourt, é necessário trabalhar com os estudantes a análise do documento, descrevendo-o, mobilizando saberes, situando-o, identificando-o para enfim construir uma crítica sobre a fonte. Como o objetivo desta pesquisa está centrado no educando e sua capacidade de estabelecer conexões com o passado histórico para construir a sua significância histórica, os estudantes não estabeleceram uma crítica propriamente dita sobre a fonte e sim criaram seus próprios jornais, narrando suas histórias sobre as mulheres.

Os alunos exploraram o periódico com base no esquema proposto pelo próprio livro didático, na seção “Seja o Historiador”, na qual o livro propõe a análise do jornal “A plebe” de 1917. Esta proposta de análise foi adaptada para ser utilizada com o jornal *Corymbo*.

1) Identificar o órgão de imprensa:

a) Que tipo de jornal?

b) local e data:

c) autores :

2) Qual a linha editorial?

3) Sobre a reportagem selecionada, identificar tema, argumentos, personagens e objetivo do autor ao difundir a notícia.

Os alunos identificaram como linha editorial do jornal *Corymbo* a defesa dos direitos femininos e a “tentativa de tirar as mulheres da obscuridade”. Para os estudantes, o objetivo da notícia era mudar as relações de gênero presentes na sociedade, permitindo a entrada das mulheres em espaços sociais dos quais estas eram excluídas, garantindo assim direitos sociais e políticos a estes sujeitos. Questões como a capacidade intelectual feminina de exercer a cidadania e a oposição de um modelo de feminino a ser seguido foram identificadas pelos estudantes como elementos significativos na notícia analisada.

Após as discussões e o contato dos alunos com o jornal, foi proposto que os estudantes criassem seus próprios jornais. Estes jornais deveriam ter reportagens e imagens que descrevessem as questões referentes ao universo feminino e aos conflitos de gênero. O objetivo desta atividade foi incentivar a produção textual e narrativa dos estudantes, a fim de que estes mobilizassem seus saberes históricos, na construção deste trabalho.

As narrativas dos estudantes permitiram analisar quais significados os jovens atribuem às questões de gênero. Segundo Rüsen (2010), as narrativas históricas são as formas pelas quais os sujeitos mobilizam sua consciência história para se orientarem no tempo. Essa habilidade humana é chamada por Rüsen de “competência narrativa”. Segundo o autor:

Essa competência pode se definir como a habilidade da consciência humana para levar a cabo procedimentos que dão sentido ao passado,

fazendo efetiva uma orientação temporal na vida prática presente por meio da recordação da realidade passada.(RUSEN,2010,p.59).

Rüsen (2010) afirma que a consciência humana é capaz de dar “sentido ao passado”, desenvolvendo nos indivíduos uma noção de tempo e, assim, orientado as suas vidas. O autor atribui três qualidades a narrativa histórica. A primeira trata-se de uma narrativa ligada à memória relacionando passado, presente e futuro; a segunda qualidade está na noção de continuidade de modo que o passado adquire um sentido na vida dos sujeitos, orientando-os temporalmente, e por último, a narrativa histórica está ligada a identidade, influenciando o mundo e os sujeitos que a produzem (RUSEN, 2010, p.97).

Foram selecionadas narrativas que tinham como tema central as questões de gênero para que, a partir de então, os estudantes produzissem suas próprias narrativas. Com base na análise das narrativas, foram selecionadas três categorias distintas: relações temporais, representações femininas e protagonismo feminino.

O foco é avaliar que significados os estudantes atribuíram às questões de gênero, identificando os assuntos que foram mais privilegiados, as relações que os discentes estabelecem entre tempo históricos e gênero, a forma como descrevem o que entendem por feminino.

3.1 Relações temporais

As narrativas dos alunos apontam uma variedade de interpretações sobre o passado, e nos mostram como os estudantes compreendem as questões de gênero. Os alunos estruturaram suas narrativas estabelecendo duas formas de narrativas históricas, narrativas que identificam rupturas radicais com o passado no que diz respeito aos modelos construídos sobre as mulheres e narrativas que identificam continuidades nas relações de gênero nos dias atuais.

Assim, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública em geral, comparada as experiências que eram permitidas as mulheres no passado, é para os alunos um acontecimento que revela uma ruptura do presente com o passado histórico. Este tipo de narrativa dificulta a compreensão de uma relação do passado com o presente e o futuro, pois na relação temporal estabelecida pelos estudantes ocorre um corte, uma ruptura, no caso específico da forma como a questão foi colocada e é interpretada pelos estudantes bem como

uma quebra muito significativa entre passado e presente, o que pode afetar a noção da história como um processo.

Categorias	Desdobramentos	Tipologia textual
<p>Relações temporais</p>	<p>Rupturas- conflitos de gênero superados na atualidade.</p>	<p>as mulheres hoje em dia são livres podem fazer o que elas quiserem...Silvana</p> <p>...Hoje em dia a mulher pode votar, pode ser presidente, é valorizada pelo seu trabalho e recebem o mesmo salário que os homens.Paula</p> <p>Atualmente a independência feminista mostra que elas podem muito bem sobreviver por si própria...Paola</p> <p>Agora sim posso dizer hoje não somos mais submissas, aos homens nós lutamos por tudo aquilo que sonhamos e conseguimos realizar... Bruna</p> <p>... podemos esperar sobre a mulher do futuro, que façam descobertas incríveis e que as mulheres do futuro façam ainda mais sucesso na</p>

		história. Alessandra
	Continuidades -conflitos de gênero possuem algumas permanências	<p>o fato da mulher prosseguir acreditando que pode quebrar tabu e regras impostas...Andrew</p> <p>A mulher ainda é vista como objeto... as batalhadoras que tem conseguido um espaço são poucas...Christofer</p> <p>A mulher ainda é alvo de grande discriminação por aqueles que acreditam que lugar de mulher é no fogão... Juliana</p>

A relação temporal estabelecida pelos outros estudantes que identificaram continuidades no processo de construção de gênero entende que, embora as condições femininas sejam diferentes daquelas vivenciadas no passado, isso não garante a total superação de uma imposição de padrões de gênero. Para estes, alguns elementos do passado ainda estão presentes na atualidade, sendo ressignificados para serem impostos a uma “nova mulher”, que na atualidade tem mais autonomia e direitos políticos, mas que ainda assim não deixa de ser vítima de imposições e padrões socialmente construídos.

Dos estudantes que participaram da pesquisa, cinco identificam que a situação da mulher mudou totalmente com relação ao passado, os alunos não identificam conflitos de gênero no presente, para eles essas hostilidades são fatos vividos no passado, período em que havia diferentes formas de desigualdades de gênero que excluía as mulheres da vida social. Segundo as narrativas, hoje as mulheres já são independentes e não enfrentam problemas para agir em sociedade de modo que os estudantes vêem o futuro como um tempo em que haverá total igualdade entre os sexos.

Para os homens antigamente as mulheres eram vistas como

domésticas, alguém para cuidar da casa, dos filhos e claro satisfazer os prazeres deles. Atualmente, a independência feminista mostra que elas podem muito bem sobreviver por si próprias. Ao decorrer dos tempos a mulher vem ganhando grande espaço na sociedade por sua inteligência e dedicação. A autonomia da mulher atualmente vem crescendo dia após dia, pois agora ela consegue manter uma vida profissional e estável. **Paola**

Nota-se que a narrativa define um total rompimento da condição feminina do passado com relação à condição feminina na atualidade. Os principais elementos que fundamentam este argumento estão no fato de as mulheres terem uma vida profissional, o que garante a sua autonomia frente a um passado de submissão.

Na narrativa da estudante Paula, também se identifica a ruptura do passado com o presente através da questão do trabalho como grande conquista feminina. A aluna deixa transparecer em seu texto que hoje é vivido um período em que se evidencia plenamente a igualdade entre os sexos:

Antigamente, as mulheres não podiam votar não eram valorizadas pelo seu trabalho e ainda por cima recebiam um salário menor que o dos homens, mesmo que fizessem a mesma coisa. Enquanto chegavam em casa, ainda tinham que cuidar da família. Hoje em dia a mulher pode votar, pode ser presidente, é valorizada pelo seu trabalho e recebe o mesmo salário que os homens...**Paula**

A conquista do trabalho feminino é algo que marca a história do processo de independência das mulheres, contudo, a conquista de direitos não é garantia de igualdade profissional e econômica entre os sexos. Sabe-se que as mulheres mais pobres sempre trabalharam para ajudar no sustento de suas famílias, suas condições de trabalho, no entanto, revelavam desigualdades salariais, abusos e más condições de trabalho.

A concepção de que o acesso da mulher ao trabalho seria a sua libertação foi muito difundida pelos primeiros movimentos feministas do início do século XX, todavia, os movimentos feministas atuais entendem que a luta contra as diferenças entre os sexos vai muito além disso. Segundo Soihet e Pedro, o trabalho para algumas mulheres é visto até mesmo como um fardo a mais a ser carregado (SOIHET; PEDRO, 2007, p.287), sendo as reivindicações que giram em torno da inserção da mulher no trabalho e na política, reivindicações de um movimento feminista de elite.

É importante considerar que na atualidade a garantia feminina de direitos jurídicos e políticos na sociedade brasileira vêm maquiando desigualdades que ainda delimitam diferenças entre os sexos. No mundo do trabalho, aspectos como a dupla jornada de trabalho feminina e as diferenças salariais entre os sexos revelam que nossa sociedade ainda não

atingiu a sonhada igualdade. Lisboa aponta o fato de a dupla jornada de trabalho feminino interferir na desigualdade entre os sexos no mundo trabalho.

Há evidências sobre o fato que homens e mulheres com os mesmos níveis de escolaridade não acedam às mesmas oportunidades de trabalho, porque é no âmbito reprodutivo e das responsabilidades familiares que se encontram os obstáculos para o desempenho equitativo. (LISBOA, 2008, p.4)

A responsabilidade que a sociedade apenas atribui às mulheres com relação às atividades domésticas e de educação dos filhos resulta em obstáculos no desenvolvimento da carreira profissional feminina. Isso ocorre graças à desistência da vida profissional e educativa feminina para atender a responsabilidade com a manutenção do lar e da família ainda é bem relevante.

Pesquisas realizadas nos anos de 2002 e 2006 demonstram que a diferença salarial entre os sexos ainda está presente no Brasil:

O componente da discriminação, segundo as nossas estimativas, é maior para as mulheres brancas, seguidas pelas mulheres negras e pelos homens negros, tanto entre os trabalhadores formais como entre os informais (CACCIAMALI;TATEI;ROSALINO,2009,p.216).

Assim, as mulheres ainda estão entre a população mais pobre, seguido do componente racial que coloca as mulheres negras em uma situação ainda mais desigual na sociedade brasileira. Diante das narrativas dos estudantes, esse fator não é considerado:

Hoje em dia as mulheres além de serem mães e donas de casa elas já podem votar, participar de guerras, ter cargos importantes nos governos e ser presidentas [...] **Silvana.**

Como é notável, os exemplos que as meninas possuem de mulheres atuais exercendo funções políticas, administrativas, militares, leva a ideia de que os conflitos de gênero não estão mais presentes em nossa sociedade. A inserção das mulheres em diversas profissões, antigamente apenas consideradas de domínio masculino, abala as antigas estruturas de dominação masculina no mundo profissional. Porém, as relações que os estudantes estabelecem com o passado levam a uma noção de progresso, de mudanças históricas sem continuidades, como se o passado tivesse sido superado totalmente no que diz respeito às diferenças entre os sexos.

O fato de viver em um país que elegeu como presidente pela segunda vez a primeira mulher na história da política brasileira a ocupar este cargo também está presente nas

narrativas dos estudantes. A presidente Dilma Rousseff²⁹ torna-se um exemplo de independência feminina, frente a um passado de ausência das mulheres na vida política, como se observa na narrativa a seguir:

[...] a mulher lutou com garra pelos seus direitos e juntas conseguiram mudar a história e se mostraram ser capazes, chegando a presidência um grande acontecimento histórico. **Alessandra.**

A eleição da presidente Dilma é considerada para a aluna um grande acontecimento histórico, ou seja, ao que se tornou significativo nas relações que a aluna estabelece com as questões de gênero. Segundo Jesus e Teixeira (2015), ao analisar o discurso de posse da presidente Dilma, observou-se o relato da condição de exclusão feminina na política, mas que ao mesmo tempo exalta a conquista também feminina de eleger a primeira mulher presidente do país. Outros elementos analisados no discurso da presidente são os aspectos pautados nas diferenças de gênero (queridos e queridas), na reprodução de uma concepção de mulher brasileira forte e um direcionamento a um coletivo feminino. Outro elemento interessante analisado por Jesus (2015), é o fato de a presidente manter um discurso inovador e ao mesmo tempo tradicional, mesclando aspectos que incluem a mulher na política, mas que ainda estão voltados pra maternidade e para família como espaços femininos.

²⁹ No Brasil, a primeira mulher a ganhar as eleições presidenciais foi Dilma Rousseff, que assumiu o poder em 2010 e irá permanecer como chefe do governo brasileiro até 2014. Ainda jovem a presidente Dilma já era engajada com o movimento político tendo sido inclusive presa durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Posteriormente, foi eleita deputada pelo estado do Rio Grande do Sul. Até atuar como ministra no governo de Lula, o presidente que a antecedeu no poder, inicialmente ela foi ministra de minas e energia e depois ministra-chefe da casa civil.(OLIVEIRA,n.d,p.5)

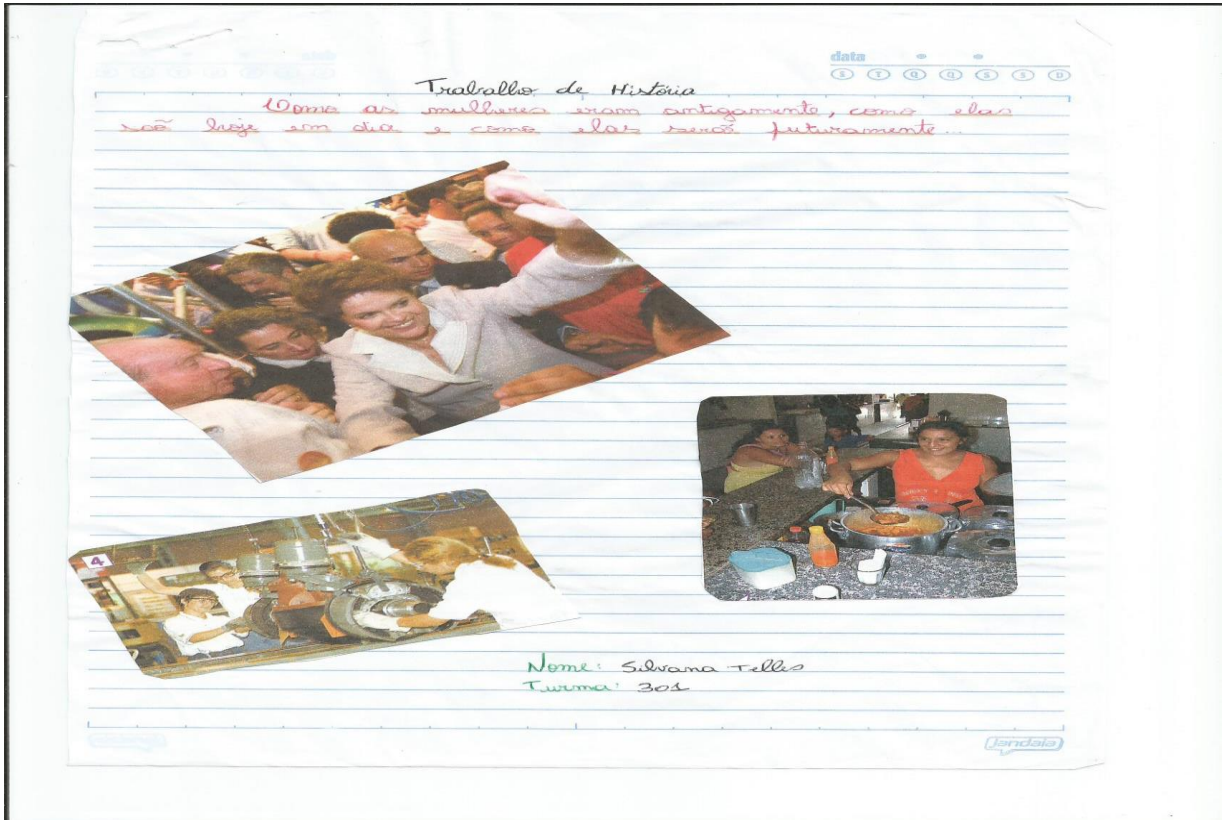


Imagem 1-Jornal Silvana

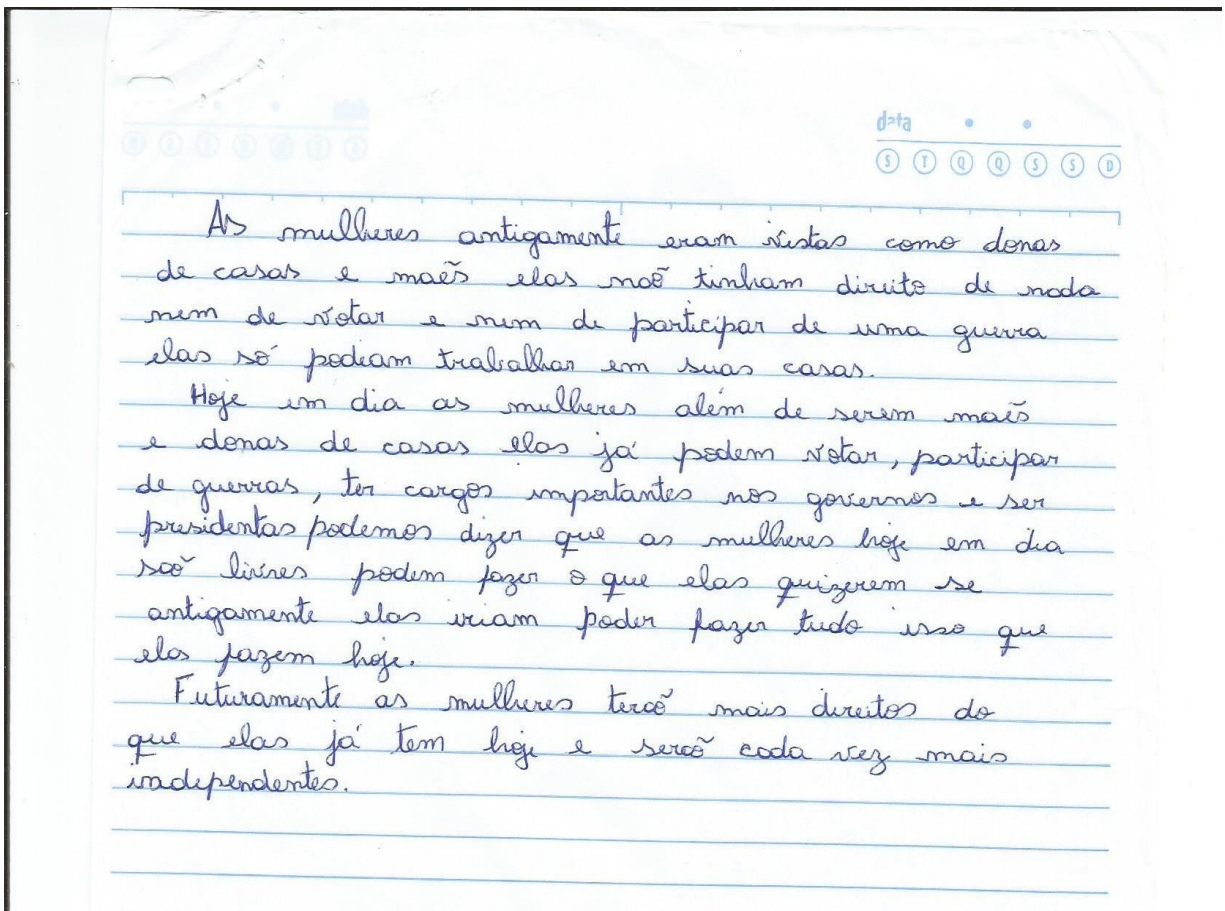


Imagem 2-Jornal Silvana

Acima, pode-se observar um dos jornais produzidos, da aluna Silvana. Entre as imagens selecionadas, está a da presidente Dilma, a ilustração de mulheres trabalhando em uma fábrica e a de mulheres cozinhando. O apelo que a presidente causa como símbolo de mulher que transformou o espaço político, que em outros tempos era predominantemente masculino, induz ao erro de identificar a política brasileira como um espaço de igualdade entre os sexos.

Embora o direito de votar e ser votada materialize a igualdade de direitos, a efetivação da prática política feminina não é dada com igual intensidade como no âmbito masculino. Certamente, o discurso a respeito dos papéis de gênero ajuda a compreender o afastamento da mulher da vida pública, pois elabora um modelo de comportamento para o gênero feminino onde se inscrevem ideias, valores, conceitos e explicações científicas que corroboram para a difusão de mitos, tabus os quais afastam a mulher da vida pública (JESUS; TEIXEIRA, 2015, p.8).

Assim, os discursos que se propagam na atualidade ainda reafirmam diferenças de gênero, o que leva ao afastamento das mulheres da vida pública em detrimento da vida privada. Essa realidade levou o governo brasileiro a criar políticas públicas que reduzam a desigualdade entre os sexos nos diversos setores de governo, como a Lei Eleitoral³⁰ (12.034/2009) que determina 5% da renda dos partidos a criação de políticas de incentivo a formação política feminina e que determina que 30% das vagas das candidaturas devem ser dedicadas às mulheres. (JESUS,2015,p.8)

Um elemento muito citado pelos estudantes está na conquista do direito ao voto feminino, como foi analisado nas falas de todas as estudantes que identificam as questões de gênero como totalmente ausentes no presente. Pode-se observar na fala da estudante Bruna:

Agora sim posso dizer posso dizer, hoje não somos mais submissas aos homens, nós lutamos por tudo aquilo que sonhamos e conseguimos realizar, somos determinadas... votamos, temos nossas opiniões.**Bruna**

A luta pelo voto feminino³¹ no Brasil começa a ser travada no final do século XIX.

³⁰ Um outro exemplo de ações afirmativas que visa a inclusão das mulheres nos espaços políticos, foi a criação da lei de cotas, que determina 30% das vagas cada sexo. Embora esta lei demonstre o reconhecimento da desigualdade entre os sexos na política ,a lei não obriga os partidos a preencherem as vagas para cada sexo.(VAZ,2008,p.51)

³¹ O voto feminino foi conquista no Brasil em 1932 no governo provisório de Getúlio Vargas, contudo, com a instauração do Estado Novo e a suspensão do direito ao voto pela ditadura de Vargas as mulheres só passaram a atuar politicamente em 1945.(KARAWEJCZYK,2008)

Com o advento da República no país, iniciam uma série de discussões sobre o direito ao voto feminino na assembléia constituinte de 1889, mas este só seria conquistado mais tarde. Segundo Karawejczyk (2008) é após a grande guerra que a conquista do voto torna-se mais próxima, pois é a partir de então que as mulheres passam a se organizar em um movimento sufragista sob forte influência da figura de Bertha Lutz (KARAWEJCZYK, 2008, p.50).

A bióloga paulista Bertha Lutz fundou a Liga para a Emancipação Intelectual Feminista, que mais tarde se tornaria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Na mesma época, é fundado o Partido Republicano Feminino pela professora baiana Leolinda Figueiredo Daltro. Mas, segundo os estudos de Karawejczyk, a luta pelo direito ao voto não representou uma lua pela transformação no papel tradicional, ao qual as mulheres eram submetidas no Brasil. Após a conquista do voto, as mulheres continuaram com pouca representatividade na política (KARAWEJCZYK,2008,p.51).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho e o voto são elementos que recebem destaque e podem ser identificados nas narrativas dos estudantes. São, portanto, também elementos presentes na sociedade atual, que – embora tenha vivenciado uma forte transformação nos modelos predominantes sobre os sujeitos no século passado – ainda mantém modelos e condicionamentos que se adequam à modernidade.

Vieira (2005), em seu artigo sobre “A Identidade da mulher na Modernidade”, reflete sobre a constituição do sujeito feminino, afirmando que na modernidade os sujeitos assumem identidades heterogêneas, porém, essas identidades são construídas também pelos discursos normativos presentes na sociedade. Com relação às mulheres, embora estas não devam ser vistas como uma categoria universal, pois cada mulher possui a sua subjetividade, parte desta subjetividade é abalada por discursos preconceituosos, agressões verbais que visam enfraquecer os “valores identitários femininos” (VIEIRA, 2005, p.235).

Hoje, as mulheres têm direitos políticos e sociais, mas não se deixou de atribuir papéis e modelos para elas seguirem. Embora os modelos sejam atribuídos sobre ambos os sexos, recai de forma “muito mais rigorosa sobre ao gênero feminino e a sua sexualidade, que por suposta natureza frágil e dependente tem sido alvo frequente de repressão e dos cuidados morais da sociedade em geral” (VIEIRA, 2005, p. 222).

Para Vieira (2005), as mulheres são vistas pela sociedade como espaços vazios que precisam ser preenchidos pelo consumo, pela maternidade ou restrita ao lar, sendo que este deve ser preenchido pela família ou pelo marido (VIEIRA, 2005, p.217). Alguns alunos

identificam nas suas narrativas elementos que fazem referência aos conflitos de gênero na atualidade:

A mulher ainda é alvo de grande discriminação por aqueles que acreditam que lugar de mulher é no fogão...**Juliana**

o fato de a mulher prosseguir acreditando que pode quebrar tabu e regras impostas...**Andrew**

Ou seja, as conquistas femininas dos últimos tempos, embora sejam responsáveis por uma melhoria na qualidade de vida feminina, não representam uma ruptura total das diferenças entre os sexos.

A análise dos mecanismos de condensação discursiva e representacional da carne em corpos sexuais permite detectar agentes estratégicos na reprodução, reatualização, ressemantização de formas, valores e normas definidoras de um certo feminino naturalizado, travestido em slogans modernos, em imagens de “liberação”, cujos sentidos, constituídos em redes significativas, são expressão de um assujeitamento à norma instituída.(SWAIN.2001,p.13)

Conforme afirma o autor, embora transformações em níveis políticos e administrativos tenham se concretizado em alguns países, no sentido de proporcionar as igualdades entre os sexos, no nível da cultura e das mentalidades poucas transformações foram realizadas e em alguns lugares tem se até regredido nessas questões. São várias as estratégias e mecanismos que mantêm uma estrutura social baseada nas diferenças, na oposição entre o feminino e o masculino e na submissão do primeiro sobre o segundo.

3.2 Protagonismo feminino

Os jornais produzidos pelos estudantes apresentam narrativas em que podemos identificar um elemento em comum. Para estes alunos, a mulher é representada como protagonista de sua história, como um personagem histórico que lutou para superar uma condição social de exclusão. Neste sentido, percebe-se uma mudança nos significados atribuídos pelos alunos antes do trabalho de reflexão com as fontes, visto que – para eles – as mulheres passam de inferiores e passivas a personagens ativos da história.

A ideia de ser protagonista de sua história pode ser entendida como a capacidade de se perceber sujeito de sua história, responsabilizando-se por suas atitudes e tendo iniciativa para

interferir nas estruturas sociais, modificando-as. Para a epistemologia feminista, as mulheres têm sido excluídas da política e das ciências ao longo da história, segundo esta tendência, a luta feminista não está baseada apenas em garantir a abertura desses espaços às mulheres, é preciso mais, é preciso construir novas teorias, partir de novas perspectivas, de modo a alterar a própria estrutura dominante e excludente que opera na sociedade (NARAYAM, 1997).

Neste caso, verificou-se a mudança de concepção dos alunos sobre a condição feminina. De sujeito submisso à superação da exclusão social através do empoderamento feminino. Para Lisboa, o “empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa” (LISBOA, 2008, p. 2). Desta forma, para os estudantes, as lutas femininas para obter espaços na sociedade revelam o caminho para a supressão das diferenças entre os sexos.

Categoria:	Desdobramentos	Tipologia textual
Protagonismo feminino	Mulher como sujeito ativo da história	<p>As mulheres foram crescendo e conquistando o mundo... nós lutamos por tudo aquilo que sonhamos e conseguimos realizar, somos determinadas, não desistimos, pegamos trabalho bruto...As mulheres cada vez mais participam do mundo...Bruna</p> <p>Hoje em dia as mulheres além de serem mães e donas de casa elas já podem votar, participar de guerras, ter cargos importantes nos governos e ser presidentas...Silvana</p> <p>...a mulher lutou com garra pelos seus direitos e juntas conseguiram mudar a história....Alessandra.</p>

	<p>As mudanças de poder observadas na sociedade atual são reflexos das grandes lutas das mulheres de anos atrás. Andrew</p> <p>Ao decorrer dos tempos a mulher vem ganhando grade espaço na sociedade por sua inteligência e dedicação.Paola</p> <p>No futuro a mulher poderá governar o mundo...Paula</p> <p>A mulher conseguiu superar as suas dificuldades e administrar o seu tempo a favor das suas atividades, para que as questões familiares não entrem em conflito com o profissional..Juliana</p>
--	---

I

Identifica-se nas narrativas dos estudantes uma consciência sobre o processo de resistência feminina e também uma alusão à união destas em busca de transformações sociais. Para os jovens, as mulheres lutaram e fizeram isso juntas. Contudo, também se percebe que, ao falar sobre o protagonismo feminino, os estudantes expressam alguns conceitos imersos na estrutura curricular e educacional, e que levam a algumas distorções sobre as questões de gênero que serão a seguir melhor analisadas.

Ao construir as suas narrativas, os estudantes dão ênfase às transformações históricas que levaram as mulheres a se tornarem sujeitos ativos na história. Segundo Vieira (2015), os sujeitos ativos são aqueles que estabelecem um equilíbrio entre o “sujeito assujeitado” e o “sujeito livre”, pois na sociedade moderna, não se é totalmente submisso nem totalmente livre. Este sujeito se configura pela relação que se estabelece entre a construção de sua própria subjetividade e os elementos culturais do meio em que vive.

Como sujeitos ativos, as mulheres tornam-se sujeitos históricos capazes de atuar em sociedade, sendo assim também capazes de lutar pela transformação do espaço social onde vivem, tornando-se agentes de transformação. Perrot (2003) inicia seu capítulo “Os silêncios

do corpo da Mulher” com a seguinte frase: “Há muito que as mulheres são as esquecidas, as sem voz na história” (PERROT, 2003.p.13). A autora discute os silêncios sobre o corpo feminino que ao mesmo tempo que tem sido, ao longo da história, objeto de discursos de “médicos, poetas e políticos” é um corpo que não deve ter voz nem autonomia.

Para Soheit e Pedro (2007), os silêncios sobre as mulheres na história, são resultados da noção de sujeito histórico universal representado pela categoria “homem”, para as autoras assim como na categoria homem não estão representados todos os homens, menos ainda estão incluídas as mulheres. Embora uma série de trabalhos acadêmicos sobre a história das mulheres tenha surgido desde a década de setenta, motivado pelas discussões e reivindicações do movimento feminista, a desconstrução do sujeito universal na história é um longo processo e que põe em discussão a própria concepção de ciência histórica que construímos até os dias de hoje.

Uma pesquisa realizada por Pavan (2013) com os professores da educação básica aponta que os docentes não manifestam preocupações com as questões de gênero, estes se preocupam muito mais com a necessidade de ensinar os conteúdos, e afirmam que estes conteúdos não dão espaço para a discussão sobre gênero.

Pavan (2013) conclui em sua pesquisa que os silenciamentos dos professores em torno das questões de gênero são também resultados dos docentes enquanto sujeitos históricos, imersos em uma cultura que produz discursos e representações embasadas em concepções normativas dos sujeitos. Entretanto, sua pesquisa aponta que a escola exclui desde muito cedo essas discussões.

A importância das meninas se reconhecerem na história, revela a necessidade que ainda possuem de desconstruir a história do sujeito universal, homem, branco, de classe alta, para uma história que valorize as diferentes formas de ser, os diferentes sujeitos que participam do fazer histórico. Observando a mudança de narrativa apresentada pela aluna Alessandra, nota-se que, para ela, o livro apresentava somente a história dos homens porque as mulheres não tinham espaço para participar da história.

[...] naquela época eram somente os homens podiam votar, trabalhar, ir para guerra, as mulheres só ficavam em casa. **Alessandra.**

Ao construir o seu jornal, a aluna apresentou uma narrativa que representa as mulheres como sujeitos da história, não apresentando uma visão de impotência feminina frente aos acontecimentos históricos.

Se compararmos a mulher do passado com a mulher atual podemos notar a grande evolução que houve e merecida porque a mulher lutou com garra pelos seus direitos e juntas conseguiram mudar a história [...] o que podemos esperar sobre a mulher do futuro, que seja mais surpreendente e revolucionária, que façam descobertas incríveis e que as mulheres do futuro façam ainda mais sucesso na história.

Alessandra

Assim as ações femininas passam a se tornar elementos que compõe a história, uma história marcada por conflitos, lutas e mudanças. As mulheres passam a ter voz em meio “as palavras dos grandes homens”, do fazer histórico. A aluna Alessandra escolheu a imagem da mulher-maravilha para representar as mulheres em seu trabalho.



Imagem 3-Jornal Alessandra

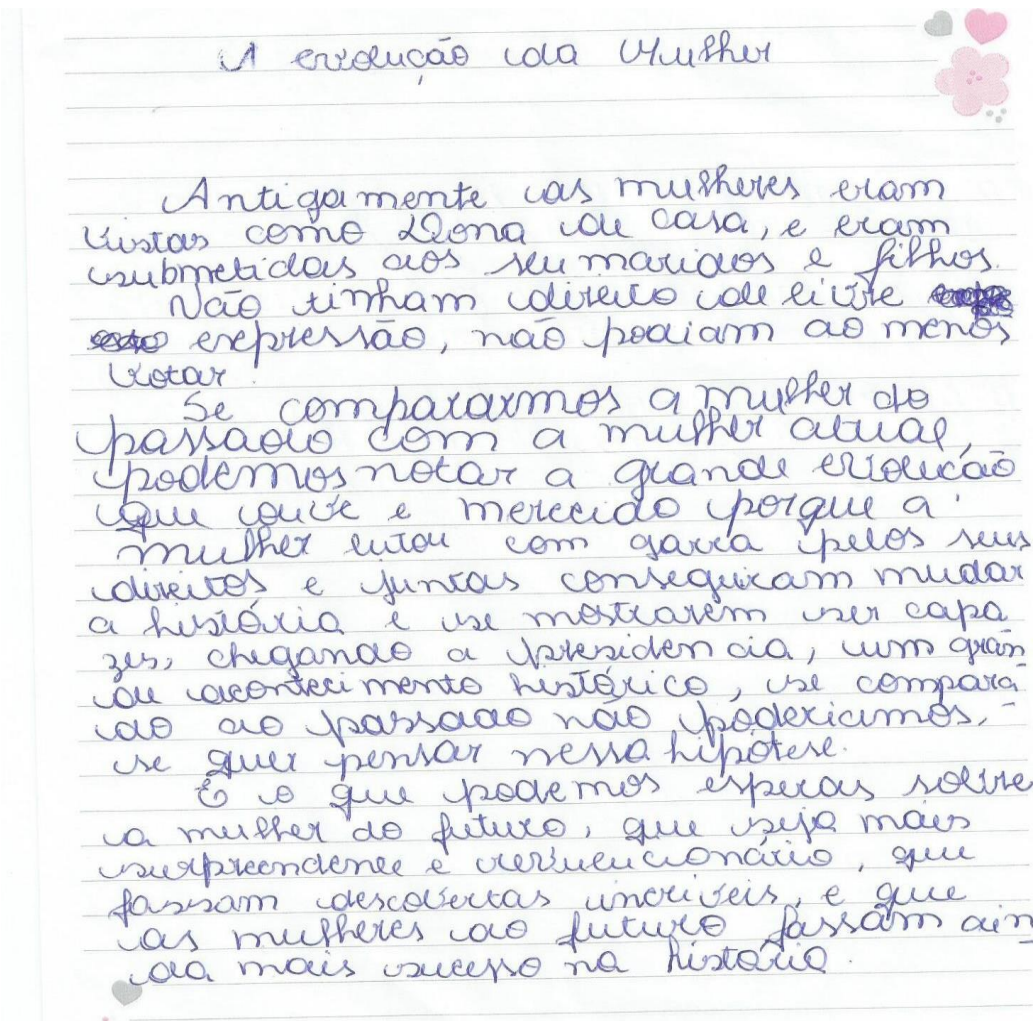


Imagem 4-Jornal Alessandra

A imagem escolhida é de uma personagem de quadrinhos, criada em 1941 pelo americano William M. Marston. A super-heroína teve sua própria revista em 1942, neste contexto, a personagem possui forte impacto, representando a força das mulheres que trabalhavam pelo país enquanto os homens estavam na guerra, a personagem que possui força e poder sem perder sua feminilidade.

A Mulher-Maravilha vem representada como uma mulher forte e auto-suficiente, que como no código das Amazonas não admite a ajuda dos homens, mostrando todo o espírito feminista representado na personagem. Mas ela também é feminina, é atraente, bonita, adoradora da deusa grega da beleza e do amor – sendo beleza e a capacidade de amar considerados qualidades ideais da mulher. (NOGUEIRA, 2010, p.6).

O criador da personagem Mulher-Maravilha, William M. Marston, foi um psicólogo que é citado como simpatizante do feminismo. Na criação do personagem, o autor mesclou elementos da mitologia das Amazonas e elementos patriotas expostos na própria roupa da personagem que carrega a bandeira norte-americana

Segundo Nogueira (2010), após a Segunda Guerra Mundial os valores atribuídos às mulheres sofrem um retrocesso. A personagem Mulher-Maravilha passa a perder o seu poder enquanto símbolo de mulher poderosa, parte disso deve-se também a morte de Marston, que escreveu suas histórias somente até 1947.

Assim, a super-heroína escolhida pela estudante, representa uma idéia de mulher forte, com superpoderes. Mesmo nos dias de hoje, as referências femininas a ideias de força e bravura ainda são muito limitadas nas mídias. Para Santos (2010):

Houve muitas heroínas durante a história dos *comics*, mas a maioria tinha mais o propósito de alimentar as fantasias de garotos adolescentes do que focar o interesse de uma audiência feminina. Nos quadrinhos de super-heróis, as personagens femininas foram quase sempre retratadas ora como mocinhas indefesas que precisavam de heróis para salvá-las, ora como vilãs sem moral, que provocavam os heróis virtuosos. (SANTOS, 2010,p.16)

Para Santos (2010) mesmo com o crescimento de personagens femininos nas histórias em quadrinhos, do pós guerra até os dias de hoje, estas personagens são representações de estereótipos de liberdade feminina construídos pelos homens, como no caso do quadrinho da personagem Rê Bordosa³² analisada pela autora.

A importância de construir uma história que reconheça as ações de ambos os sexos, assim como que não exclua a história de negros e indígenas, é um fator essencial na luta por uma sociedade igualitária. A conquista da democracia tardia de grupos vistos como “minorias” revela a necessidade de o sistema educativo estar engajado na ampliação e manutenção de seus direitos. Embora a sociedade tenha excluído as mulheres do direito a cidadania, “as mulheres não ficaram passivas”, muitas foram as mulheres de todo o mundo que lutaram, rompendo com modelo e padrões impostos.

Na fala da estudante Bruna, nota-se que ela estrutura a sua narrativa escrevendo em primeira pessoa, de forma que se inclui como personagem ativo que possui um passado comum a luta feminina.

As mulheres foram crescendo e conquistando o mundo... nós lutamos por tudo aquilo que sonhamos e conseguimos realizar, somos determinadas, não desistimos, pegamos trabalho bruto...As mulheres cada vez mais participam do mundo [...]. **Bruna**

Nesse sentido, percebe-se a relevância de apresentar um ensino de história que não veja as mulheres apenas como vítimas. Aguiar (1997) comenta sobre a importância dos

³² Rê Bordosa é uma personagem de histórias em quadrinhos criada em 1984 pelo cartunista brasileiro em Arnaldo Angeli Filho.

estudos que apresentam uma história menos “empobrecedora” das mulheres, que não consideram as ações femininas. Para o autor “[...] apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, através de complexos contrapoderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e "compensações" no jogo da sedução e do reinado feminino” (AGUIAR.1997, p.105). Assim, a história feminina não é inexistente e sim silenciada.

Para Colling (2004), o fato de a disciplina de história ter sido criada por homens, dependendo destes as produções históricas, levou a construção de uma história que marginalizou as mulheres e as “ocultou enquanto sujeitos”, mantendo-as invisíveis. Assim, o humano é chamado de homem, e as mulheres acabam não passando de meras coadjuvantes.

A análise das falas dos estudantes indica que a inserção das mulheres na história ainda é muito pautada na inserção das mulheres nos “espaços considerados masculinos”, como o espaço político e militar.

Hoje em dia as mulheres além de serem mães e donas de casa elas já podem votar, participar de guerras, ter cargos importantes nos governos e ser presidentas [...]. **Silvana**

Parte disso ocorre devido à forma como se trabalha em sala de aula, pois sem notar, trabalha-se a história do sujeito universal, presentes nas fontes em que as mulheres pouco aparecem ou quando histórias são narradas e pautadas em grandes marcos, grandes guerras e ações diplomáticas em que pouco se discute sobre o cotidiano, o medo, o vestuário, entre outras questões relevantes na aprendizagem histórica.

Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. Todo discurso sobre temas clássicos com o a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção. (RAGO,1995,p.81)

A reflexão sobre quais grupos são incluídos ou excluídos na prática diária do ensino de história muitas vezes tem passado despercebida. A dimensão que o espaço privado tem sobre a vida pública fica distante quando os “temas clássicos” da história apontados por Rago (1995) são trabalhados de uma forma tradicional e conteudista. A relação entre privado e público, já é

discutida dentro da academia por diversos pesquisadores³³, as lutas do movimento feminista foram muito significativas em incitar este debate.

O movimento feminista tem reivindicado o reconhecimento de perceber espaço doméstico de uma forma não excluída da vida social. Questões como o direito reprodutivo da mulher, divisão desigual do trabalho doméstico e da criação dos filhos são elementos que levam à manutenção do poder patriarcal e que ressignificam a noção de espaço político. Dessa forma, o ensino de história assume uma posição quando não trabalha a dimensão política do privado.

Em uma pesquisa realizada por Molina (2012), com as narrativas de estudantes entre 14 e 17 anos a respeito das questões de gênero e sexualidade na escola, a autora apresenta alguns dados interessantes de serem compartilhados. Ao questionar os estudantes sobre se disciplina de história discute as questões de gênero e sexualidade, apenas 8% responderam que sim e 92% responderam que não. Quando questionados sobre se os professores já auxiliaram a sanar dúvidas sobre gênero e sexualidade, a pesquisa apontam que os professores que mais auxiliaram os estudantes foram os de biologia, seguindo pelos de sociologia e filosofia e por último o de história e outras disciplinas, ainda segundo a pesquisa, 21% dos alunos acreditam ser importante discutir questões de gênero no ensino de história enquanto 73% acreditam que essas questões não tem nada a ver com a disciplina.

Molina (2012) conclui em sua pesquisa que a escola ainda é um espaço muito sexista, sendo as discussões em torno de gênero e sexualidade ainda muito limitadas a doenças e gravidez precoce. Para a autora, o currículo oculto presente na escola que exclui as questões de gênero contribui para a permanência de desigualdade e preconceitos no espaço escolar.

Propomos que educadores e educadoras observem o espaço escolar, quem o compõe, as relações que se estabelecem nesse espaço, quem tem voz e quem não tem, os materiais didáticos adotados nas diferentes áreas do conhecimento, as imagens impressas nas paredes das salas de aula, enfim, como a diversidade está representada, como e o quanto é valorizada (MOLINA, 2012, p.225).

Dessa forma, acredita-se no papel da escola como espaço aberto e comprometido a proporcionar uma visão ampla e crítica sobre o mundo e as relações entre os sujeitos que se constituíram ao longo da história, relações que em muitos casos são responsáveis por perpetuar desigualdades sociais. Para Silva:

Enquanto a narrativa do texto didático se mantiver circunscrita aos acontecimentos político-administrativos e às estruturas pseudo-

³³ Ver: OKIN, Susan Moller. Gênero o Público e o Privado. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

impessoais de poder, enquanto não se valorizar os aspectos do cotidiano, das sociabilidades locais e da vida privada, as relações de gênero não serão jamais evidenciadas e o mundo continuará a ser o que sempre foi, um espaço dominado pela presença e pelos valores masculinos. (SILVA, 2009, p.63)

Silva (2009) chama a atenção para as “estruturas pseudo-impessoais de poder”, que estão na forma como se constrói o saber histórico com os alunos em sala de aula, como relações naturais e sendo assim, não históricas. As formas como os sujeitos se relacionam em sociedade são pautadas por desigualdade, hierarquização, valores. Na narrativa do estudante, consegue-se identificar um elemento que define as relações entre os sujeitos históricos dentro das suas dimensões de poder:

As mudanças de poder observadas a sociedade atual são reflexos das grandes lutas das mulheres de anos atrás. **Andrew**

Ao conceituar gênero, Scott (1989) compreende este conceito na sua estreita relação com as dinâmicas de poder

...o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT,1989,p.21)

Assim, os novos arranjos sociais que se formam devem ser interpretados dentro de disputas estabelecidas entre os sujeitos ao longo da história, pois para Scott (1989) gênero “é uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade.”(SCOTT,1989.p.26)

Todavia, embora seja possível identificar significados de autonomia e autoria feminina expressos na fala dos estudantes, como na fala da aluna Paula “No futuro a mulher poderá governar o mundo”, identifica-se que as ações femininas no discurso dos alunos ainda são muito pautadas na inserção das mulheres na vida pública, sem um debate sobre as outras relações de poder que contribuem para perpetuar os papéis de gênero.

A mulher conseguiu superar as suas dificuldades e administrar o seu tempo a favor das suas atividades, para que as questões familiares não entrem em conflito com o profissional. **Juliana**

A narrativa da aluna Juliana expressa a necessidade de equilibrar as atividades referentes a essa nova mulher, que agora é um sujeito participativo e transformador da sociedade, com suas funções tradicionais de mães e mulheres do lar.

A mudança na estrutura narrativa apresentada pelos estudantes demonstra que, quando

estes entram em contato com discussões, fontes e materiais que levam a reflexão sobre as questões de gênero, os alunos têm maiores recursos teóricos para elaborar diferentes sentidos sobre a história. Ao significar elementos do passado histórico, os discentes passam a incorporar narrativas que levam em consideração as diferenças entre os sexos, assim como as relações de poder que estão imersas nessas relações, não obstante, alguns significados apresentados pelos estudantes revelam a permanência de modelos tradicionais de feminino e de saber histórico.

3.3 Representações femininas

Ao analisar as narrativas dos alunos é possível identificar que os estudantes possuem uma visão sobre feminino que foi categorizada por esta pesquisadora como “Representações Femininas”. Os significados elaborados pelos alunos sobre o que compreendem por ser mulher foram classificados em duas subcategorias: mulher do lar e mulher cidadã. Esta análise permite compreender quais sentidos os estudantes atribuem às questões de gênero e de que forma os conteúdos trabalhados em sala de aula, assim como a cultura histórica, influenciam na formação de seus pensamentos históricos. Para Ribeiro:

A significância histórica fundamenta a compreensão da História, pois está diretamente relacionada a como os sujeitos se relacionam com essa forma de conhecimento, é por meio da qualidade valorativa que os sujeitos podem conjugar, de maneiras diversas, objetividade e subjetividade.(RIBEIRO,2012,p.255)

Os sentidos que os jovens atribuem ao conhecimento adquirido geram formas de ver e interpretar o mundo. Ribeiro (2012) destaca a relação que este sentido possui com a constituição da orientação dos sujeitos para as suas ações na vida prática.

Ao pensar o feminino, os jovens apresentam visões distintas, ora apresentando uma mulher que categorizada como “A mulher do lar” e ora apresentando características de uma mulher qualificada por “A mulher cidadã”. “A mulher do lar” é apresentada como uma mulher frágil, submissa, que vive restrita ao lar. Para a maioria dos estudantes, essa mulher ficou no passado, dando espaço para uma nova mulher que é identificada no presente. “A mulher cidadã” é independente e livre, possui uma vida profissional e social, além de uma forte atuação política.

Categoria	Desdobramentos	Tipologia textual
Representações femininas	Mulher do lar	As mulheres eram vistas apenas como donas de casa, esposas e

		<p>mães.Andrew</p> <p>Enfrentando discriminações em relação aos afazeres femininos como cuidar a casa e da família [...] apesar de ser taxada como sexo frágil.Juliana</p> <p>A mulher era vista como submissa...a mulher cabia as responsabilidades domésticas.Christofer</p> <p>Antigamente as mulheres eram vistas como dona de casa, e eram submetidas aos seus maridos. Não tinham direito de livre expressão, não podiam ao menos votar. Alessandra</p> <p>Antigamente as mulheres não eram valorizadas...E quando chegavam em casa, ainda tinham que cuidar da família.Paula</p> <p>Antigamente as mulheres eram usadas como sendo escrava e objetos sexuais. Bruna</p> <p>As mulheres antigamente eram vistas como donas de casa e mães elas não tinham direito de nada [...]. Silvana</p>
	<p>Mulher cidadã</p>	<p>Estar por dentro de todos os assuntos, conhecer a realidade de seu país, colaborar com o desenvolvimento de uma sociedade...este é um dos muitos papeis atual da mulher.Andrew</p> <p>O avanço feminino frente à política e a economia mostra a força da mulher...Juliana</p> <p>Hoje em dia as mulheres...já podem votar, participar de guerras, ter cargos importantes nos governos e ser presidentas, podemos dizer que as mulheres hoje em dia são livres, podem</p>

		<p>fazer o que elas quiserem.Silvana</p> <p>A autonomia da mulher atualmente vem crescendo dia após dia, pois agora ela consegue manter uma vida profissional estável. Paola</p> <p>Nos dias atuais...a mulher deve ser vista como um ser humano, não ser tratada como inferior... Christofer</p> <p>E o que podemos esperar sobre a mulher do futuro, que seja mais surpreendente e revolucionária, que façam descobertas incríveis, e que as mulheres do futuro façam ainda mais sucesso na história.Alessandra</p> <p>As mulheres foram crescendo e conquistando o mundo, ficando mais ousadas, lindas e sensuais... Em alguns países felizmente podemos ver que algumas mulheres já aderiram ao mundo da política...as mulheres cada vez mais participam no mundo não só da política mas também do desporto, saúde, da engenharia, etc.Bruna</p>
--	--	---

A primeira concepção de feminino, pautada na idéia de uma mulher submissa e restrita ao universo doméstico, presente na fala dos estudantes vem de uma cultura muito antiga, na concepção grega e romana as mulheres ficavam exclusas da vida social. Para os gregos, as mulheres eram intelectualmente inferiores; para os romanos, o homem tinha poder jurídico sobre as mulheres, que deveriam ser submissas a estes (COLLING, 2004). Apreende-se claramente esta visão na fala da estudante:

Antigamente as mulheres eram vistas como dona de casa, e eram submetidas aos seus maridos. Não tinham direito de livre expressão, não podiam ao menos votar. **Alessandra**

Para Colling (2004), é a partir do corpo que a sociedade impõe os papéis de gênero. Como cabe ao corpo feminino o papel da reprodução, estas ficaram exclusas ao universo doméstico, ao cuidado com os filhos e com a família, ao emocional e ao afetivo. As mulheres são sempre lembradas por seus aspectos biológicos, seus órgãos e seus hormônios enquanto a

questão biológica masculina não recebe tanto enfoque. Foram necessárias muitas lutas e resistências para que as mulheres pudessem transgredir a este modelo socialmente imposto, e ainda é possível notar resquícios dessas imposições na sociedade atual.

No espaço de reclusão da mulher aparece como destaque a família. Núcleo fundamental para a perpetuação da estrutura social, lugar de reclusão unitário para a mulher onde se constrói o culto à invalidez feminina [...]. O lar burguês é o perfeito reduto de paz e tranquilidade para o esposo que retorna da fadiga do trabalho. Pureza, abnegação, o meticuloso cuidado da precária saúde, são os requisitos que se fazem a esta mulher, privada de discurso (COLLING, 2004, p.27).

Essa questão da reclusão das mulheres ao espaço doméstico faz retomar a questão da divisão entre público e privado, enquanto permanecer a ideia de que cabe à mulher o espaço privado e ao homem o espaço público, ainda irá se perpetuar as desigualdades de gênero. Tanto masculino quanto feminino são construções sociais, assim, os sujeitos não estão limitados a formas “verdadeiras” ou “corretas” de ser e agir, quando isso ocorre é porque existem forças que oprimem, reprimem e criam símbolos que visam moldar os indivíduos (COLLING, 2004, p.23).

No Rio Grande do Sul a influência do pensamento positivista de Augusto Comte, absorvidas por Julio de Castilhos, garantiram a força da manutenção das desigualdades entre os sexos. Esta corrente de pensamento afirmava que as mulheres deveriam viver reclusas ao lar, servindo a seus filhos e seus maridos, essa estrutura era a garantia da manutenção de uma sociedade conservadora.³⁴

O pensamento difundido pela Igreja Católica também construiu uma concepção de feminino pautada na submissão das mulheres para com os homens e na inferioridade natural feminina. A origem da mulher na visão católica esta associada à Eva e ao pecado original, embora também divida espaço com a presença simbólica da Virgem Maria. A mulher nesta vertente religiosa deve receber uma educação coercitiva que garanta uma vida reclusa ao lar ou ao convento.³⁵

Atualmente, embora o Brasil seja um país laico, a influência que a Igreja Católica e Evangélica atua sobre a sociedade ainda é muito significativa. O crescimento da bancada evangélica leva para dentro da política questões referentes ao pensamento religioso. Assim, muitas questões referentes aos direitos individuais, como o direito ao aborto ou políticas de

³⁴ Ver: CALEIRO, Regina Célia Lima. O positivismo e o papel da mulheres na ordem republicana. *UNIMONTES CIENTÍFICA*. Montes Claros, v.4, n.2, jul./dez. 2002

³⁵ Ver: AZZI, Riolando. Família, Mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCILIO, Maria Luiza. (org) Família, Mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil. LOYOLA, São Paulo. 1993.

combate a discriminação à homossexualidade sofrem interferências pelos representantes religiosos que atuam também como representantes políticos.

“A mulher do lar”, como um sujeito que faz parte de um passado já esquecido, é recorrente nas narrativas dos jovens de forma que se constata essa característica de forma bem visível na fala de três estudantes:

Antigamente as mulheres eram vistas como dona de casa, e eram submetidas aos seus maridos. Não tinham direito de livre expressão, não podiam ao menos votar. **Alessandra**

Antigamente as mulheres não eram valorizadas [...]. Enquanto chegavam em casa, ainda tinham que cuidar da família. **Paula**

Antigamente as mulheres eram usadas como sendo escrava e objetos sexuais. **Bruna**

Para os estudantes “A mulher do lar” é bem diferente da mulher atual. É plausível afirmar que os estudantes tem uma visão de feminino associada à liberdade, à ação e à participação social feminina, mas – ao mesmo tempo – há uma forte relevância da visão oposta que, embora apresentada pelos jovens como algo do passado, adquiriu bastante sentido nas narrativas elaboradas por eles.

Com o advento da modernidade, a globalização e as conseqüentes mudanças políticas, econômicas e culturais, a vida dos sujeitos passa a sofrer uma série de transformações, as identidades pessoais também se modificam.

Frente às questões sexuais do passado, a repressão e a anulação da mulher foram substituídas pela liberação e pela independência dos dias atuais. Assim, a mulher contemporânea, com base em novas redes de poder, impõe-se na sociedade em diferentes áreas, inclusive na vida sexual, tendo espaço para preferências e vontade em assuntos que antes não podiam sequer ser mencionados em discurso privado, quanto mais ser objeto de discurso público (VIEIRA, 2005, p.219).

Hoje em dia, embora as mulheres tenham conquistado altos cargos políticos e administrativos, estejam trabalhando em espaços anteriormente de predominância masculina e organizando espaços de luta e resistência, os veículos de comunicação ainda transmitem a visão de uma mulher que precisa de um lar, um marido e filhos para se sentir completa. Swain (2001) afirma que as formas de moldar os sujeitos estão presentes em diferentes espaços comunicativos, do discurso do senso comum das revistas de moda. Em seu trabalho, ela

analisa os discursos de revistas³⁶ femininas, segundo a autora, essas revistas resumem as mulheres a consumidoras de três tipos imagens de feminino, imagens associadas a aspectos “naturais”, de ”sedução” e de “reprodução”. Assim, os assuntos das revistas estão centrados no mundo doméstico, ao “mercado do sexo” e ao amor e à maternidade.

Ainda segundo Swain (2001), a mídia tem caminhado em direção a uma “homogeneização da condição feminina”. Assim, embora o movimento feminista lute para desconstruir a visão tradicional que aprisiona as mulheres a um modelo que estas devem seguir e representar socialmente, um movimento contrário busca recuperação da figura da “verdadeira mulher” (SWAIN, 2002, p.20). São conhecidas muitas mulheres que todos os dias fogem desses modelos, mulheres que já declararam morte à mulher submissa, mas deve-se considerar o peso dos discursos que atuam nos sujeitos, encerrando estes em padrões a serem seguidos, como fica claro na fala da aluna:

Hoje em dias as mulheres já podem votar, participar de guerras, ter cargos importantes nos governos e ser presidentas, podemos dizer que as mulheres hoje em dia são livres, podem fazer o que elas quiserem.

Silvana

Embora sejam identificadas nas narrativas dos alunos duas visões de feminino, segundo Swain (2001) a visão de mulher profissional e cidadã é vista pela sociedade como um elemento complementar a sua função essencial, de mulher do lar. Para Ferreira (2004), isso ocorre devido a não superação da dicotomia entre espaço privado e público no Brasil.

Embora a dicotomia entre espaço público e privado esteja se diluindo a partir da organização dos sujeitos historicamente excluídos (negros, mulheres, indígenas), ainda faz parte do imaginário coletivo a forma como as mulheres e negros foram privados da circulação em espaços pensados pelos e para os homens (brancos). (FERREIRA,2004,p.2)

Assim, o fato de uma mulher possuir um cargo político ou até mesmo dirigir um veículo sempre é mais cobrado socialmente do que no caso de homens exercendo essas atividades. Quando uma mulher faz uma manobra errada no trânsito sempre se associa este acontecimento ao fato dela ser mulher, no caso de cargos políticos quando as pessoas estão desapontadas com medidas políticas de mulheres são comuns críticas associadas a sua sexualidade, como “vadia”, ”vagabunda”, xingamentos que não são utilizados para políticos homens. Os alunos identificam a necessidade de romper com a antiga visão de inferioridade feminina, conforme o discurso do aluno:

³⁶ As revistas analisadas por Swain foram Nova, Marie Claire, revistas brasileiras e Elle-Québec e La Chatelaine de Quebec Canadá.(SWAIN,2001)

Nos dias atuais a mulher deve ser vista como um ser humano, não ser tratada como inferior [...].**Christofer**

Vianna e Ridenti (1998), ao analisarem as relações de gênero no ambiente escolar, discutem a respeito das “cristalizações das práticas escolares” que contribuem para a perpetuação de estereótipos e preconceitos sobre diferenças entre os sexos:

Mais especificamente presenciamos professores e professoras enaltecendo a igualdade entre os homens e mulheres, ao mesmo tempo em que, numa situação de disputa pelo poder, o preconceito aparece e justifica o estigma, mantendo as situações nas quais as mulheres tendem a ocupar um lugar inferior. Ou então, a diferença é utilizada como expressão de vitimização para favorecer interesses individuais. (VIANNA; RIDENTI, 1998, p.101)

Para Vianna e Ridenti (1998), o espaço escolar – ao mesmo tempo que rompe com os preconceitos de gênero – em outros momentos reforça esses preconceitos. Diante disso, a escola deve assumir o compromisso de questionar sua estrutura curricular e pedagógica, estar atentos as novas configurações que se forjam para garantir a manutenção de antigos preconceitos.

Na fala da estudante Bruna nota-se a exaltação à mulher moderna através da liberdade individual e social que esta conquistou:

As mulheres foram crescendo e conquistando o mundo, ficando mais ousadas, lindas e sensuais...Em alguns países felizmente podemos ver que algumas mulheres já aderiram ao mundo da política...as mulheres cada vez mais participam no mundo não só da política mas também do desporto,saúde,da engenharia,etc. **Bruna**

A ampliação do acesso à educação feminina, à inserção das mulheres no mercado de trabalho, o acesso a formas contraceptivas e a própria organização feminina em movimentos feministas, permitiu que as mulheres transformassem as condições nas quais viviam, ampliando assim as possibilidades de vivenciarem novas formas de ser e estar no mundo. Considera-se a presença de duas formas de representações femininas nas imagens escolhidas pela estudante Bruna na construção de seu jornal. As imagens escolhidas apresentam de um lado uma mulher nos afazeres domésticos e, no outro, mulheres vestidas de militares.

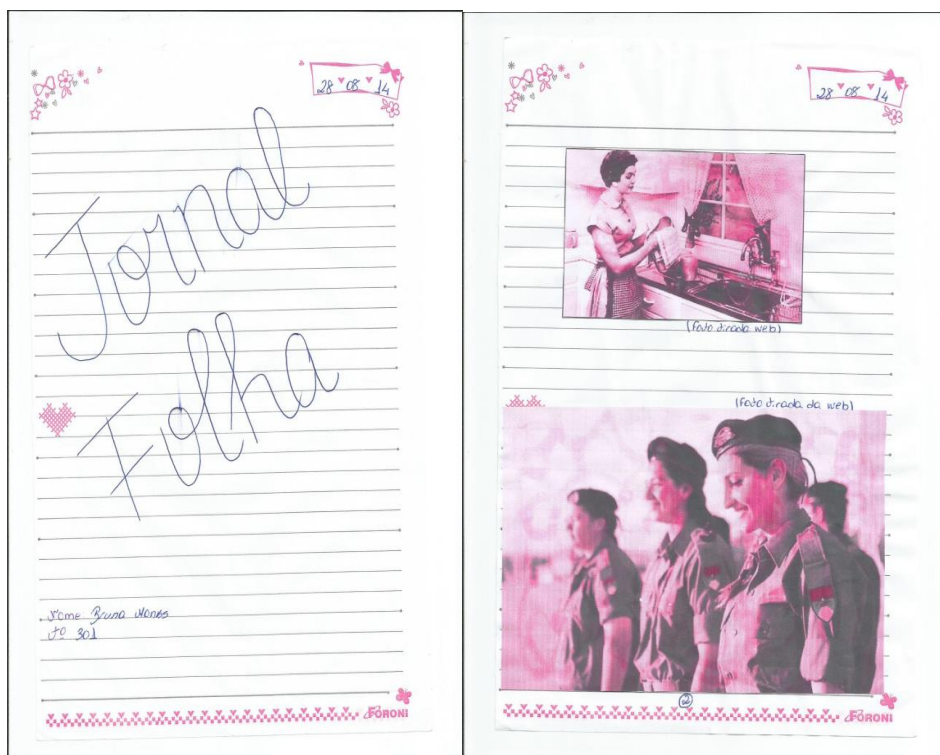
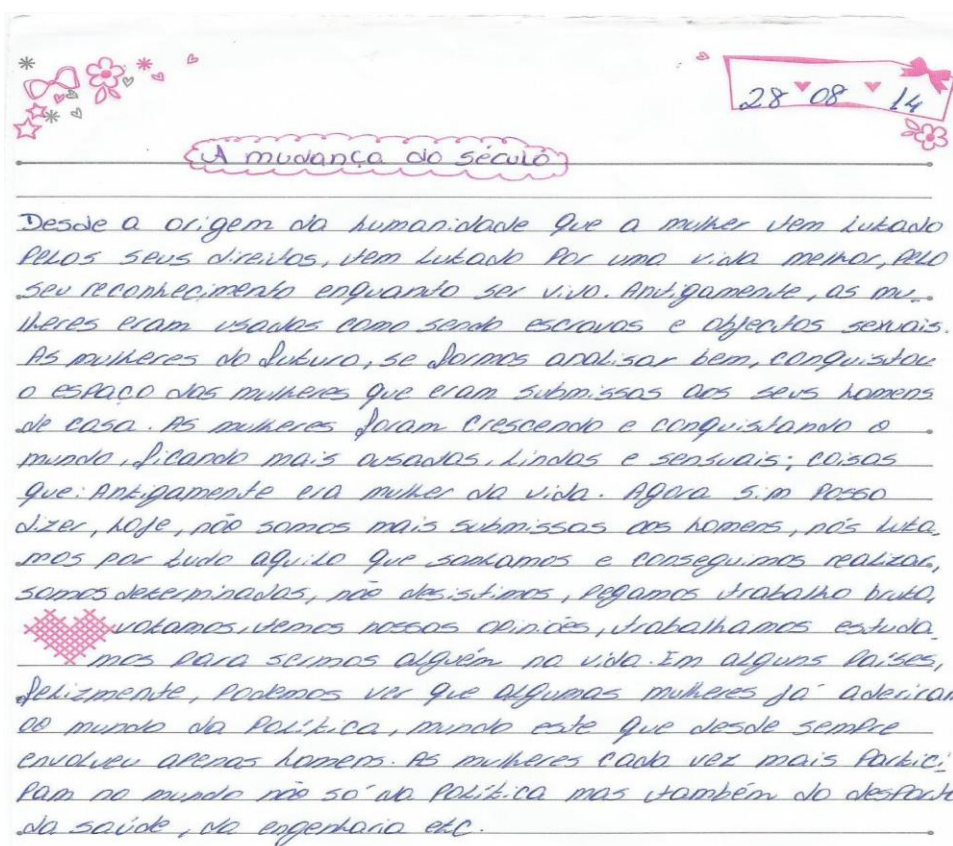


Imagem 5-Jornal Bruna

Imagem 6-Jornal Bruna³⁷

³⁷ Desde a origem da humanidade que a mulher vem lutando pelos seus direitos, tem lutado por uma vida melhor, pelo seu reconhecimento enquanto ser vivo. Antigamente as mulheres, as mulheres eram usadas como sendo

Segundo Gomes (2005), a história passa por um momento de transição, pois embora as mulheres estejam vivenciando sua inserção em novos espaços sociais, o peso da tradição patriarcal ainda é muito forte. Contudo, para o autor parece impossível a reversão das mudanças ocorridas nas últimas décadas, que colocaram as mulheres no mercado de trabalho e também em outros espaços sociais anteriormente negadas a estas, como é visto na fala da estudante:

Hoje em dias as mulheres já podem votar, participar de guerras, ter cargos importantes nos governos e ser presidentas, podemos dizer que as mulheres hoje em dia são livres, podem fazer o que elas quiserem.

Silvana

Embora os jovens não estruturarem seus discursos em concepções tradicionais de gênero, o que iria pelo caminho contrário às propostas trabalhadas em sala de aula, não é possível discernir uma crítica mais aprofundada que seja capaz de identificar as formas de subordinação e opressão de gênero na atualidade, que discuta a construção de uma “essência feminina”, responsável pela perpetuação de novas formas de preconceito e desigualdade. A fala da estudante traz uma perspectiva positiva sobre o papel das mulheres na sociedade do futuro, mas sem questionar esses papéis.

E o que podemos esperar sobre a mulher do futuro, que seja mais surpreendente e revolucionária, que façam descobertas incríveis, e que as mulheres do futuro façam ainda mais sucesso na história. **Alessandra**

Nesse sentido, vale a reflexão da forma como esses questionamentos foram apresentados aos alunos nesta pesquisa, e na forma como será apresentado nos espaços educativos de forma a proporcionar ou não uma leitura mais aprofundada das questões de gênero. Neste trabalho, foi possível concluir que, quando os estudantes entram em contato com fontes e discussões que tragam as questões de gênero na história, estes produzem narrativas e sentidos sobre essas questões. Seus trabalhos estão pautados em discursos presentes na sociedade, ainda perpetuados na cultura e no ensino.

escravas e objetos sexuais. As mulheres do futuro se formos analisar bem, conquistou o espaço das mulheres que eram submissas aos seus homens de casa. As mulheres foram crescendo e conquistando o mundo, ficando mais ousadas lindas e sensuais; coisas que antigamente era mulher de vida. Agora sim posso dizer, hoje não somos mais submissas aos homens, nós lutamos por tudo que sonhamos e conseguimos realizar, somos determinadas, não desistimos, pegamos trabalho bruto, votamos, temos nossas opiniões, trabalhamos, estudamos para sermos alguém. Em alguns países felizmente, podemos ver que algumas mulheres já aderiram ao mundo da política, mundo este que desde sempre envolveu apenas homens. As mulheres cada vez mais no mundo, não só da política, mas também do desporto, da saúde, da engenharia, etc.

Considerações Finais

Este trabalho buscou discutir de que forma as questões de gênero encontram-se imersas no espaço escolar, especialmente no ensino de história. Parte-se do princípio de que a escola brasileira atual configura um novo espaço que, ao propor-se mais democrático, deve passar por uma reformulação de suas antigas estruturas.

Por gênero entende-se a construção em torno das diferenças entre os sexos, que acarretam em relações de poder. Nesta pesquisa, refletiu-se sobre como a escola e o ensino de história são espaços responsáveis pela afirmação ou desconstrução das relações de gênero.

O debate sobre as questões de gênero no ensino é ainda muito atual e polêmico, embora já esteja presente nas indicações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que orientam e servem de referenciais para a educação brasileira. Sua inserção nos currículos escolares ainda é um processo que está por ser construído.

Quando se propõe o debate sobre gênero e sexualidade no espaço escolar, tem se enfrentado resistência de pais, alunos e até mesmo professores que acreditam que essas discussões devem estar restritas ao ambiente privado e familiar. Contudo, viu-se que a ausência desse debate em sala de aula não significa total negação dessas questões. Nas escolas, a todo o momento aparecem as questões de gênero, presentes nos discursos que fazem a exclusão de grupos que fogem da “norma”, diferentes do que é “considerado normal” ou dos modelos socialmente impostos.

A escola dos dias atuais, embora seja um espaço multicultural, divide espaço com discursos heteronormativos e androcêntricos que tendem a homogeneizar as formas de ser e agir em sociedade. Nesse processo, os currículos escolares merecem uma atenção específica, no caso da disciplina de história foi visto que esta não está imune a construções de gênero.

Hoje, a ciência histórica já considera a importância que o estudo das relações de gênero assume sobre o conhecimento do passado. Busca-se a desconstrução do sujeito histórico universal, predominantemente masculino, branco e heterossexual, incluindo assim

categorias, de gênero, raça e classe, capazes de produzir uma história menos excludente.

No processo de revisão do pensamento histórico, viu-se a importância que os movimentos sociais tiveram ao exigir a ampliação do discurso historiográfico. No que tange às questões de gênero, o movimento feminista tem uma influência muito relevante, é a partir desses movimentos que se começa a exigir dos historiadores a necessidade de escrever uma “história das mulheres”, o que gerou a necessidade dos pesquisadores buscarem novos temas e fontes capazes de responder às novas indagações e de rever a incompletude que a história tinha enquanto ciência que contava apenas a história de alguns grupos.

No ensino de história – embora muita mudança tenha ocorrido nos últimos anos – pouco se conhece sobre a inclusão das questões de gênero e seus impactos no processo de ensino aprendizagem. Fica sobre critério do professor de história escolher por trabalhar ou não as questões de gênero nos conteúdos programáticos. Este professor, em alguns casos, não tem qualificação ou interesse de trabalhar com gênero e sexualidade na sala de aula, tornando esse debate inexistente na sua disciplina.

Para investigar de que forma a temática gênero está presente no ensino de história, se escolheu como objeto de pesquisa o estudante de história, aluno regular do ensino médio de uma escola estadual. Partiu-se do arcabouço teórico oferecido pela Educação Histórica, que tem como objetivo investigar como os estudantes aprendem história, dentro desta linha acredita-se que as narrativas históricas são mecanismos que permitem ao estudante expressar sua consciência histórica.

Ao elaborar seu pensamento histórico o estudante mobiliza saberes que são mais significativos para estes. Com esses saberes, os estudantes se orientam no mundo. Assim foram analisadas nessa dissertação as narrativas de estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública estadual e periférica. Através destas narrativas, foi possível identificar quais significados os jovens atribuem às questões de gênero no ensino de história.

Ao analisar as ideias prévias dos estudantes foi possível identificar que os discentes possuem conhecimento sobre gênero, parte de seus conhecimentos ainda estão pautados em visões que naturalizam as diferenças entre os sexos, sendo as mulheres associadas a ideias de fragilidade e submissão e os homens, à força e ao poder. Quando questionados sobre a construção histórica das diferenças, os alunos conseguem identificar que essas fazem parte de construções que se alteram com o passar dos tempos, além disso, para alguns estudantes as desigualdades entre os sexos é uma realidade vivida no passado, que não possui reflexos no presente e não se perpetua nos dias atuais.

Para introduzir as discussões em torno das diferenças de gênero optou-se por utilizar o

livro didático dos estudantes como fonte para estimular a reflexão e o debate. Acredita-se na força que o livro didático possui no processo de aprendizagem, principalmente em regiões em que este é o único livro que frequenta o espaço familiar. Porém, no espaço educativo acredita-se também na importância que o professor tem no intuito de se tornar um mediador entre os conhecimentos apresentados pelo livro e a forma como ele vai ser absorvido pelo aluno.

Com auxílio do arcabouço teórico apresentado neste trabalho, foi possível identificar que os livros didáticos de história ainda têm apresentado histórias cheias de arquétipos de feminino/masculino, família tradicional, além da ausência das mulheres como sujeitos históricos. Além disso, pode-se identificar que os conteúdos ainda são apresentados de uma forma muito tradicional, privilegiando a história de grande marcos e líderes políticos, e negligenciando acontecimentos referentes ao cotidiano, a vida privada ou as mentalidades.

O livro didático utilizado pelos estudantes denominado “História ser protagonista” organizado por Fausto Henrique Gomes Nogueira e Marcos Alexandre Capellari. A obra tem uma divisão tradicional dos períodos históricos e apresenta uma narrativa que privilegia aspectos políticos e econômicos acrescentando aspectos culturais. Com relação à desconstrução de uma história baseada no sujeito histórico universal o livro dá poucos avanços, embora se proponha a introduzir a história indígena e africana e a combater todas as formas de preconceito, a estrutura da narrativa apresentada ainda é muito tradicional e quase não se nota a presença feminina nas suas narrativas históricas.

Assim, foi proposta aos alunos a análise de seus livros didáticos de história, onde se identificou que as visões de superioridade masculina e inferioridade feminina, apresentadas nas ideias prévias dos alunos, são utilizadas como argumentos para explicar a ausência das mulheres na história apresentada pelo livro didático. Ainda para os jovens, a ausência feminina na história é resultado de sua exclusão e impotência para atuar como sujeito histórico.

Após o levantamento destes dados e com base na relevância que os documentos históricos possuem no processo de aprendizagem, optou-se por trabalhar com o jornal como fonte histórica em sala de aula, para proporcionar o conhecimento sobre gênero. Foi apresentados aos alunos o jornal *Corymbo*, que circulou na cidade de Rio Grande durante sessenta anos, desde 1883, de propriedade das irmãs Revocata Heloisa de Melo e Julieta de Melo Monteiro. O jornal apresentou matérias com discursos feministas que visavam à conquista dos direitos femininos, como o acesso a educação, mundo do trabalho e o voto.

Assim através do conteúdo de República Velha foram introduzidas algumas questões de gênero. Foi trabalhado com os estudantes o próprio conceito de gênero e seus significados

no contexto atual, através de uma charge e de uma imagem, e foi utilizado o jornal *Corymbo* para discutir aspectos de gênero no início da República Velha. Nas aulas buscou-se incentivar os estudantes a produzirem suas próprias narrativas sobre a categoria “gênero” e “mulher” na história, essas narrativas foram estruturadas através da proposta dos jovens produzirem um jornal.

As produções dos estudantes permitiram identificar de que forma estes se apropriaram do conhecimento presente nas aulas de história e do jornal *Corymbo* para elaborar um pensamento histórico mais sofisticado sobre gênero. Os resultados encontrados apontam concepções bem variadas e não apenas uma forma de identificar os conflitos entre os sexos na história. Percebeu-se que o jornal *Corymbo* auxiliou no processo de construção de uma consciência que identifica o protagonismo feminino na história e que as aulas de história auxiliaram na compreensão dos estudantes sobre os discursos que normatizam os sujeitos na história.

Os estudantes estabelecem relações temporais que identificam rupturas e permanências nas questões de gênero na atualidade. Parte dos alunos que permanecem com a visão de que na atualidade não existem mais conflitos de gênero representam uma visão muito difundida pela sociedade atual, que compreende que a igualdade política e jurídica garantiu o fim das diferenças entre os sexos. Este pensamento ignora as reivindicações dos movimentos feministas atuais, que chamam a atenção da sociedade para a perpetuação das diferenças entre os sexos, através das diferenças salariais, da divisão desigual das tarefas familiares entre os sexos, além da crescente violência contra as mulheres e homossexuais, fruto de uma sociedade que ainda mantém idéias machistas e homofóbicas.

Pode-se identificar que aspectos como a inserção das mulheres no trabalho e na política, principalmente com o advento de uma presidente mulher no país, são os que mais adquirem sentido para os estudantes. Alguns estudantes narraram sobre as permanências das diferenças entre os sexos na atualidade, esses estudantes identificam essas permanências como resultados nas produções de discursos que visam à diferenciação dos papéis socialmente impostos.

Um aspecto bem importante que pode ser identificado nas narrativas dos educandos foi a forma como as mulheres passam de sujeito passivo da história a sujeito ativo e transformador. Nesse sentido, trabalhar com uma fonte histórica de autoria feminina, o jornal *Corymbo*, foi muito significativo para os alunos.

No entanto, percebe-se que a inserção das mulheres na história ainda é muito embasada na inserção das mulheres no “mundo dos homens”, o espaço público que durante

muito tempo foi visto como um espaço predominantemente masculino. Nesse sentido, observa-se o quanto a discussão entre o espaço público e privado possui um papel importante quando se trabalha com gênero. Identificar o espaço privado como espaço que também é político tem sido uma luta do movimento feminista e também deve ser levado para dentro das discussões realizadas sobre e no ensino de história.

Ao narrar, os estudantes produziram representações sobre o que entendem por feminino, organizadas em duas concepções gerais, uma que vê a mulher de uma forma tradicional ligando estas a seus aspectos maternos e de submissão aos homens e outra que vê a mulher como um sujeito moderno e independente. Na fala dos estudantes ficou claro que o momento vivenciado nos dias atuais faz parte de uma transição, apresentando tensões em que as identidades não são mais estruturas rígidas e pré- moldadas, mas muitos discursos ainda são produzidos no intuito de buscar a homogeneização dos sujeitos.

Espera-se que a iniciativa de produzir este trabalho auxilie professores e pesquisadores a compreenderem melhor o processo de ensino-aprendizagem. Identificando a relevância que as narrativas dos estudantes possuem neste processo, foi possível perceber como os estudantes relacionam gênero com a história. A partir de então, torna-se possível traçar alguns caminhos no intuito de possibilitar um ensino de história que permita a construção de um pensamento histórico capaz de orientar a vida dos estudantes e permitir a estes mecanismos para a construção de um mundo melhor.

Fonte e Referencias Bibliográficas

Fonte

Corymbo,Rio Grande,1918,1919

Referencias Bibliográficas

AGUIAR,Edinalva Padre.Reflexões sobre educação histórica e aprendizagem histórica. Anais do X ENPEH-São Cristovão,2013.

ALMEIDA,Helena.O feminismo na América Latina:Influência na ascensão da mulher ao poder político.Centro Universitário de Belo Horizonte.Belo Horizonte.2010

ALVES,Francisco das Neves.O ensino da História por meio de jornais antigos: as imagens acerca dos fatores políticos partidários à época imperial.in.Revista Historiae, volt 3 (1),Editora FURG,Rio Grande, 2012.

ARAUJO,Maria Paula.SILVA,Izabel Pimentel da.SANTOS,Desirree dos reis.(org) Ditadura militar e democracia no Brasil : história, imagem e testemunho Rio de Janeiro : Ponteio, 2013.

AQUINO,Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual.Rev. Fac. Educ. vol.24 n.2 São Paulo July/Dec. 1998

BALTHAZAR,Gregory da Silva.O feminismo e a Igualdade de gênero no Egito Antigo:Uma utopia de emancipação feminina. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

BEAUVOIR,Simone de.O segundo Sexo.1949.In: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf> 15/10/15 as 23:00

BARDIN,Laurence.Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, José D’Assunção. “Fontes Históricas – um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos” in Revista Albuquerque. Vol.3, nº1, 2010

BITTENCOURT,Circe,Maria,Fernandes.Ensino de História: Fundamentos e Métodos.São Paulo.Cortez.2011

BOUITONI,Dulcília,Schroeder.Imprensa Feminina.2ºed.São Paulo:Ática,1990.

BURKE, Peter. A escola dos annales(1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CACCIAMALI, Maria, Cristina; TATEI, Fábio; ROSALINO, Jackson, Willian. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: Limitações da mensuração padrão? planejamento e políticas públicas | ppp | n. 33 | jul./dez. 2009

CAETANO, Márcio, Rodrigo Vale. HERNÁNDEZ, Jimena de Garay. Para além das dicotomias: Performances de gênero, sexualidade e questões à escola. Revista Advir, Rio de Janeiro, p.38-54, julho, 2012.

CAMPOS, Ludmila, Calimam. No afrouxar dos espartilhos: uma análise interdisciplinar acerca da formação da identidade ocidental feminina durante Primeira Guerra Mundial sob a ótica da indumentária. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 12 – UFGD - Dourados jul/dez 2012

CERRI, Luis, Ferando. Cartografias temporais: metodologia de pesquisa da consciência histórica. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 59-81, jan./abr., 2011.

COLLING, Ana. A construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia, T, Lisboa; PREHN, Denise, Rodrigues. Gênero e Cultura: Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPURS, 2004.

COSTA, Aryana Lima. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: No aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. Revista de história Saeculum. João Pessoa, p.147-160 jan/jun, 160, 2007.

FERREIRA, Gleidiane. S. Feminismo e Redes Sociais na Marcha das Vadias no Brasil. Revista Ártemis, Vol. XV nº 1; jan-jul, 2013. pp. 33-43.

FERREIRA, Maria Cristina Ferreira. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. Temas psicol. vol.12 no.2 Ribeirão Preto, 2004

FILHO, Orlando José de Almeida. Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil. In: http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista01/Historiolog.pdf

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Grall, Rio de Janeiro. 1984.

GANDELMAN, M. Luciana. Gênero e Ensino: Paramentros curriculares, funcionalismo biológico e teorias feministas. IN: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

GEVAERD, Rosi, Terezinha, Ferrari. Conteúdos históricos: A relação entre a narrativa

dos manual didático, a explicação da professora e as narrativas dos alunos.in:
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/190_247.pdf

GONÇALVES, Jussemar Weiss. Na Encruzilhada dos Tempos: Uma contribuição ao Estudo do Público e do Popular na Moderna Educação Brasileira, Tese doutorado em educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2001.

GOUVEIA, Joana Mesquita Saldanha. Hábitos de leitura em crianças e adolescentes: Um estudo de caso em alunos do segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Supervisão e Coordenação da Educação, na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Universidade Portucalense. Porto. Junho de 2009.

Guia de livros didáticos : PNLD 2012 : História. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino de história: Experiências, Reflexões e Aprendizagens. Papirus. São Paulo, 2012.

GUBERNIKOFF, Gisele. A imagem: representação da mulher no cinema. Conexão-comunicação e cultura, UCCS, Caxias do Sul, v.8, n 15, jan/jun. 2009.

HOBSBAWN, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: A identidade Cultural da pós modernidade. DP&A. Rio de Janeiro. 2005.

HAHNER, June. Edith. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Santa Cruz do Sul: Ed. Mulheres, 2003.

ISMÉRIO, Clarice. Mulher: A moral e o imaginário 1889-1930. EDIPUCRS: Porto Alegre, 1995.

JESUS, Milena Santos. TEIXEIRA, Sylvia Maria Campos. A construção do feminino no discurso de posse de Dilma Rousseff. Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 9 - Edição 1 – Janeiro-Junho de 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Corpos, gêneros e sexualidades na escola: Por uma educação promotora do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação e sexualidade: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, homofobia.... Rio Grande. FURG: 2008.

LANG, Daniel Welzer. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas. ano 9. p.460-481. 2001. In: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf> 15/07/15 as 22:00.

LAZARETTI, Silvia. PAZ, Hélio, Sassen. Movimento feminista na Era Digital: "Eu não mereço ser estuprada" como comunidade. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para a obtenção de título de Especialista em Cultura Digital e Redes Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2013

LISBOA, Tereza, Kleba. O emponderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *Fazendo gênero 8-Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008.

LOURO, Guacira, Lopes(org). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira, Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro. Vozes. 2007

MARTINS, Marcos Lobato. *História Regional*. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org) *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.

MENDES, Samanta Colhado Mendes. *Anarquismo e Feminismo: As mulheres anarquistas em São Paulo na Primeira República*. In: <http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Samanta%20Colhado%20Mendes.pdf> (01/09/2015 as 18:00h)

MOLINA, Luana, Pegano, Peres. *Gênero, sexualidade e ensino de história nas vozes dos adolescentes*. *Revista da Católica, Uberlândia*, v. 4 n. 7, 2012

MORENO, Montserrat. SASTRE, Genoveva. LEAL, Aurora, BUSQUETS, Dolors. *Realidade silenciadas*. In: *Falemos de sentimentos: a afetividade como um tema transversal*. Moerna. São Paulo, 1999.

MUZART, Zahidé Lupinaci. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013 15/07/15 as 22:00.

NASCIMENTO, Elisa, Larkin. *As civilizações africanas no mundo antigo*. In: *Revista Thot*, Secretaria de Editoração e Publicações. Brasília, set-dex, p.223-226. 1997.

NARAYAN, Uma. *O projeto de epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental*. In: JAGGAR, Alison, M; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

NOGUEIRA, Natania, A, S. *Representações femininas nas histórias em quadrinhos: da ficção à realidade*. *Fazendo gênero 8-Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, 2008. In: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST24/Natania_Aparecida_da_Silva_Nogueira_24.pdf 15/10/15 as 22:54

OLIVEIRA, Flávia Roberta de Gusmão. *Mulheres no poder na América Latina e o paradoxo do feminismo masculinizado*. In: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT17/GT17_deGusmaoOliveira.pdf (01/09/2015 as 18:20h.)

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate : o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005

PAVAN, Ruth. Currículo a construção das identidades de gênero e a formação de professores. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Vol. 13 - n. 2 - p. 102-111 / mai-ago 2013

PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org) *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.

POTIER, Leda Virginia B.C. O Livro Didático de História: Algumas reflexões sobre seus usos, finalidades, indicações e sua relação com a Consciência Histórica. In: <http://www.rn.anpuh.org/evento/veeh/ST08/O%20Livro%20Didatico%20de%20Historia%20Algumas%20reflexoes%20sobre%20seus%20usos,%20finalidades,%20indicacoes%20e%20sua%20relacao%20com%20a%20Consciencia%20Historica.pdf> 15/10/15 as 23:00

PRIORI, Mary Del. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2014.

PROTO, Leonardo Vinicius Pereira. SILVEIRA, João Paulo de Paula. O gênero no livro didático de história: Arranjos de poder e consciência histórica. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU Iporá*, v. 1, n. 1, p. 102-112 – jan/jun 2012

RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da marcha das vadias. *Rev. Hist. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.43-63, jan./jun. 2012

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: <http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>. (08/11/14 ao 12:41h)

RIBEIRO, Regina Maria de Oliveira. Atribuição de significância histórica em narrativas da história do Brasil por estudantes do ensino fundamental. Tese de doutorado em educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. (FEUSP). São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Regina Maria de Oliveira. A construção de sentidos históricos: cultura histórica e atribuição de significância em narrativas de estudantes do ensino fundamental. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. ANPUH. Natal, Rio Grande do Norte, 2013.

RIGER, Flavia Gomes da Silva. Resenha: *EDUCAÇÃO HISTÓRICA: um campo repleto de possibilidades de investigação*. *EntreVer*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 319-325, jan./jun. 2012.

RUDIGER, Francisco Ricardo. O paradigma narrativista na moderna teoria da história. In: *Revista Letras de hoje*. n°81. Porto Alegre. PUC. 1990.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Praxis educativa*. Ponta Grossa. PR. v.1n.2.p 07-16. jul. dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Universidade de Brasília: Brasília, 2010.

SANTOS,Aline Martins dos. O Universo Feminino nas Histórias em Quadrinhos. História, imagem e narrativas N° 11.2010.In: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao11outubro2010/universo-femin-hq.pdf> 15/10/15 às 23:30

SILVA,Enaura Quixanbeira Rosa;BOMFIM,Eldima Acioli.(org)Dicionário de Mulheres de Alagoas:Ontem e Hoje.Maceió:EDUFAL.2007.

SILVA,Cristiani Baretta da.Gênero e sexualidade nos livros didáticos de História:Algumas questões sobre produção de subjetividades.Anais do VII Seminário de Fazendo Gênero.UDESC.2006

SILVA,Elizabete Rodrigues da.Feminismo radical:Pensamento e movimento.Travessias.ed.04.Educação,cultura,linguagem e arte.In: e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3107/2445 (18/12/2014 as 15:42)

SILVA,Izabel Priscila Pimentel da Silva.Entre livros e armas:Helenira Resende.Guerrilha, sim senhor!Niterói, v.8,n 2,p 389-394.2008

SILVA, Marcos.Tudo é história: o que ensinar no mundo multicultural.In:SILVA,Marcos.FONSECA,Selva Guimarães.Ensinar história no século XXI:em busca do tempo entendido.Campinas:Papirus,2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença.In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz Tadeu (org).Rio de Janeiro:Vozes,2012

SCHMIDT,Maria Auxiliadora.BARCA,Isabel.MARTINS,Estevão de Rezende.(org)Jorn Rusen e o ensino de história.Curitiba:ed.UFPR,2010.

SOIHET,Rachel.História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento. Cadernos pagu (11) 1998:PP.78-87

SOIHET,Rachel;Pedro,Joana Maria.A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero.Revista Brasileira de História.São Paulo.v 27,n°54,p.281-300.2007.

SCOTT,Joan.Gênero uma categoria útil para análise histórica.1989.in: <http://wesleycarvalho.com.br/wp-content/uploads/G%C3%AAnero-Joan-Scott.pdf> (17/12/2014 as 22:31h)

STREY,Marlene,Neves.Violência de gênero uma questão complexa e interminável.In:.,Marlene,Neves.AZAMBUJA,Mariana Ponto Ruwer de.JAEGER.Fernanda,Pires(org) Violência,gênero e políticas públicas.STREY Porto Alegre:EDIPUCRS,2004.

SWAIN.Tania Navarro.Feminismo e representações sociais:A invenção das mulheres nas revistas “femininas”. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001. Editora da UFPR

WEEKS,Jeffrey.O corpo e a sexualidade.In: LOURO,Guacira,Lopes(org).O corpo educado:Pedagogias da sexualidade.Belo Horizonte:Autêntica,200.

VAZ, Gislane de Almeida. A participação da mulher na política brasileira: A lei de cotas. Monografia de conclusão de curso de Especialização em Processo Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da Câmara dos Deputados. Brasília, 2008.

VIEIRA, Rosângela L. A relação entre o documento e o conhecimento histórico. Mimesis, Bauru, v. 20, n. 1, p. 147-155, 1999

VIEIRA, Josênia Antunes. A Identidade da Mulher na Modernidade. D.E.L.T.A., 21: Especial, 2005.

APÊNDICES

Roteiro de Atividades

Conteúdo: As representações femininas e as relações de gênero na República Velha

1ºEtapa: Levantar as idéias que os estudantes possuem sobre as questões de gênero.

Sugestões de questionamentos:

Para você as diferenças entre homens e mulheres são naturais ou históricas? Por quê?

A forma como a mulher é vista pela sociedade de hoje é diferente de tempos atrás? Justifique.

2ºEtapa: Propor que os estudantes analisem seus livros didáticos

Sugestões de questionamentos:

O livro didático apresenta a história sobre uma perspectiva de maior participação feminina ou masculina?

3ºEtapa: Trabalhar o conceito de gênero a partir das imagens
Possibilitar um espaço aberto para o debate, dúvidas e indagações.





4ª Etapa: Proporcionar aos estudantes a análise do jornal *Corymbo*.

1) Identificar o órgão de imprensa:

- a) Que tipo de jornal?
- b) local e data:
- c) autores :

2) Qual a linha editorial?

3) Sobre a reportagem selecionada, identificar:

tema, argumentos, personagens e objetivo do autor ao difundir a notícia.

Sugestão de Reportagem do jornal *Corymbo*: Cartas de Várias cores- Universina de Araujo Bastos

CORYMBO



Publicação quinzenal



Redactoras : Revocata H. de Mello e Julieta de Mello Monteiro

NOVA PHASE

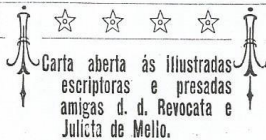


RIO GRANDE DO SUL, 15 DE SETEMBRO DE 1919



NUMERO 138

Cartas de Varias Côres



Carta aberta ás Illustradas
escriptoras e presadas
amigas d. d. Revocata e
Julieta de Mello.

Afectuosas saudações.

A vossa gentil advertencia inserida no recanto do vosso mimoso «Corymbo», veio tirar-me do torpor, ou por outra, da inercia em que o meu cerebro um pouco abatido jazia.

Ha mez e meio que estou doente e a enfermidade tem contribuido para me deixar avassallar pela apathia das idéas, que se recusam a produzir qualquer coisa de razoavel e que possa ser util ás letras.

As letras... eu as amo muito, mas sou uma simples curiosa, na arte, que não sabe burillar bellas phrases nem emitir conceitos elevados e que, só animada pela ancia do saber, procura a luz radiante e divina da inspiração, mas que a procura, em vão, porque ella não quer illuminar a com seus reflexos sublimes.

Mas como a lucta para expandir as trevas da ignorancia dignifica, não desanimo e trato de romper o estreito circulo de minhas idéas, a ver si descubro horizontes novos, impidos, de um azul diaphano em que resplandecem, como estrellas de brilho cadente, as luzes symbolicas e offuscantes do talento desejado. E' difficil, porém, ascender á meta almejada e en, na minha mediocridade intellectual, apenas posso produzir alguma coisa simples, sem belleza de linguagem, nem vastidão de pensamento, tendo unicamente o cunho da sinceridade.

E, a proposito, no palpitante momento em que as nações se congraçaram na paz, e que todos esperam o resurgimento de idéas novas que amparem e ajudem a

reparar o desequilibrio internacional, que se manifestou pela guerra, é natural que a mulher tambem se sinta com forças para luctar pelos seus direitos attendendo a, como ficou provado com a recente guerra, que a mulher não é tão fraca como julgam, nem sem aptidões.

Bello e sublime foi o exemplo que nos deu a mulher européa, concorrendo para a victoria de uma maneira efficaç, ora como enfermeira, soccorrendo os feridos no campo de batalha, ora como obreira, substituindo o homem no arduo trabalho da lavoura e em todos os encargos de responsabilidade, para os quaes julgavam ser incapaz a mulher.

Dupla victoria festejamos nós, não só a das armas, que se revelou a favor dos nossos, como a victoria feminina da lucta pela vida, a que tambem temos direito, como seres pensantes que somos e organisadas para não jazermos na inercia espirital e corporal, que abate e soffoca as melhores intenções.

A mulher brasileira tambem vae ganhando terreno em suas justas aspirações: já trabalha, já sente a necessidade que tem de preparar o futuro e dar bom exemplo ás suas filhas.

Algumas já estão concorrendo para, os empregos publicos, outras aprendem escripturação mercantil e estão ganhando nobremente o pão como caixa ou guarda-livros de casas commerciaes.

As difficuldades financeiras porque atravessa o paiz, estão, por fim, convencendo a mulher que ella não é apenas uma boneca para ser enfeitada e servir de «bijoux» ao marido que, muitas vezes pensosamente, mal ganha o necessario para o sustento e tem ainda que arcar para arranjar dinheiro para as «pinturas e retoques» da esposa.

Algumas ha que já comprehendem que não devem ser sómente um «fardo» para o esposo, porém a companheira de todos os dias, no labor quotidiano.

Nem todas as mulheres podem ser intellectuaes e ganhar o sustento por meio da penna, mas todas ellas podem ser boas donas de casa, sobrias e economicas, fazendo prosperar o lar por meio de habets combinações domesticas que não absorvam todo o dinheiro ganho.

Nem sempre o ideal da mulher é o casamento, ou por outra, muitas vezes uma moça casa-se sem consultar o coração, sómente por seus paes serem pobres e necessitarem de apoio material.

Dahi o grande mal que corrompe a sociedade—a discordia no lar. Sem homogeneidade de pensamentos, sem predisposição de sympathia mutua, não pôde haver felicidade no casal.

E si essa moça estivesse sufficientemente preparada para auxiliar seus paes ou para adquirir seu sustento no caso de ser orphã, não precisaria contrariar a sua inclinação do celibato, ou esperaria que encontrasse o homem que constituisse o seu ideal no casamento.

Mas, sem instrução, nem energia para trabalhar succumbe necessariamente, e, de um ser racional, torna-se um ser sem vontade propria, servindo apenas para ser guiada pelo esposo, quando é docil, e tornando se um extorvo ou tropeço, quando é de genio irritavel e teimoso.

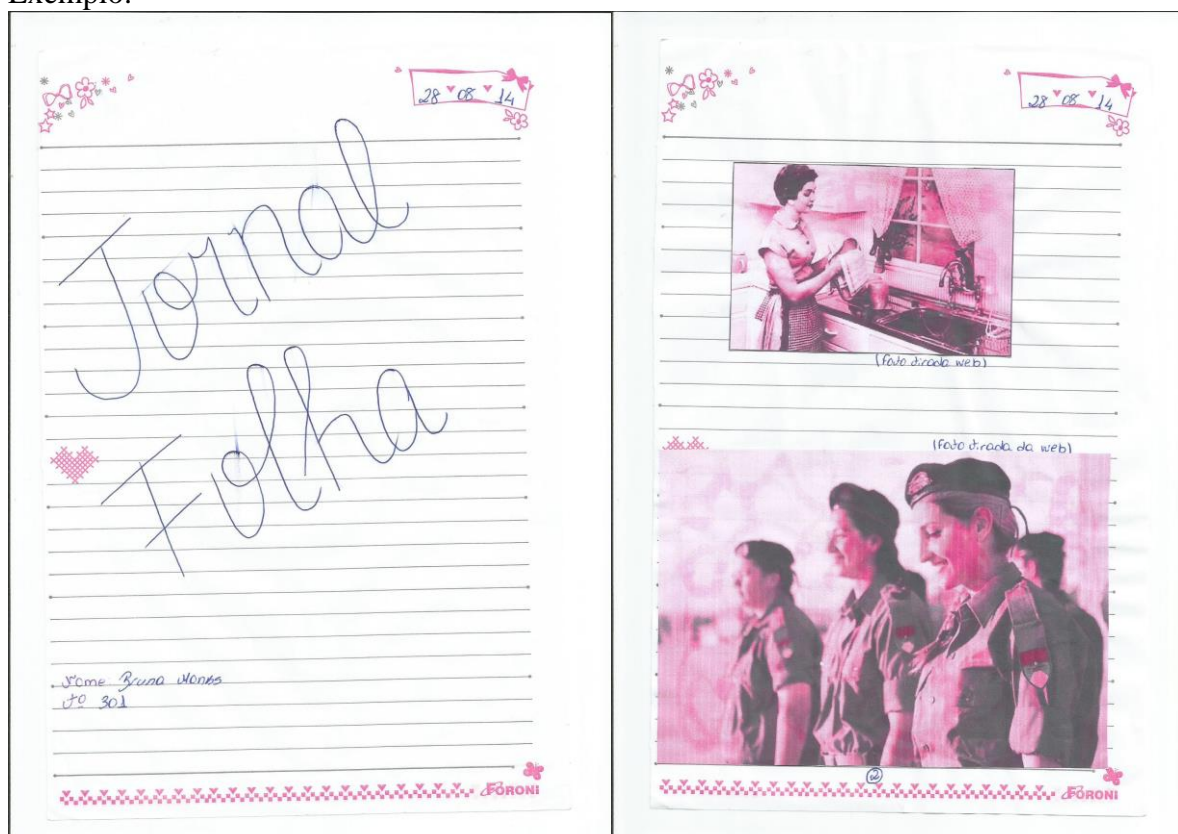
Demasiado tenho me alongado em considerações sobre o nosso sexo que, felizmente, parece que já transpôz uma nova phase de progresso; existem já muitas brasileiras compenetradas de seus deveres e as retrogradas ou retardatarias pouco a pouco irão seguindo o exemplo das pioneiras do progresso e da civilização da mulher patricia.

Almejando ás gentis amigas muita felicidade, a par de muita prosperidade com o imperterrito «Corymbo», aperto lhes amistosamente a mão.

UNIVERSINA DE ARAUJO BASTOS

5ª Etapa: Propor aos estudantes a produção de jornais sobre Mulher e as questões de gênero - solicitar que os jornais possuam texto e imagens.

Exemplo:





28 08 14

A mudança do século

Desde a origem da humanidade que a mulher vem lutando pelos seus direitos, vem lutando por uma vida melhor, pelo seu reconhecimento enquanto ser vivo. Antigamente, as mulheres eram usadas como sendo escravos e objectos sexuais. As mulheres do futuro, se formos analisar bem, conquistou o espaço das mulheres que eram submissas aos seus homens de casa. As mulheres foram crescendo e conquistando o mundo, ficando mais ousadas, lindas e sensuais; coisas que antigamente era mulher da vida. Agora sim posso dizer, hoje, não somos mais submissas aos homens, nós lutamos por tudo aquilo que queremos e conseguimos realizar, somos determinadas, não desistimos, pegamos o trabalho bruto, votamos, temos nossas opiniões, trabalhamos estudamos para sermos alguém na vida. Em alguns países, felizmente, podemos ver que algumas mulheres já aderiram ao mundo da política, mundo este que desde sempre envolveu apenas homens. As mulheres cada vez mais participam no mundo não só na política mas também do desporto da saúde, na engenharia etc.